

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM CIÊNCIAS HUMANAS – PPGICH/UEA

ARACELLI CRISTIANE DA CRUZ FODRA

NESTA SOBREVIDA AINDA EXISTE UMA RESPIRAÇÃO:

Manaus e os Cemitérios Periféricos de Nossa Senhora
da Piedade e Nossa Senhora da Conceição das Lajes

ARACELLI CRISTIANE DA CRUZ FODRA

NESTA SOBREVIDA AINDA EXISTE UMA RESPIRAÇÃO:

Manaus e os Cemitérios Periféricos de Nossa Senhora
da Piedade e Nossa Senhora da Conceição das Lajes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas, na área de concentração em Teoria, História e Crítica da Cultura e linha de pesquisa Espaços, memórias e configurações sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Tatiana
de Lima Pedrosa Santos

MANAUS/AM 2025

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).

**Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do
Amazonas.**

FODRA, ARACELLI CRISTIANE DA CRUZ

NESTA SOBREVIDA AINDA EXISTE UMA

RESPIRAÇÃO :

Manaus e os Cemitérios Periféricos de Nossa Senhora da
Piedade e Nossa Senhora da Conceição das Lajes / ARACELLI
CRISTIANE DA CRUZ FODRA . Manaus : [s.n], 2025.

214 f.: color.; 21,0 cm.

Dissertação - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Ciências Humanas - PPGICH- Universidade do Estado do
Amazonas, Manaus, 2025.

Inclui

Bibliografia. Inclui

Apêndice.

Orientador: TATIANA DE LIMA PEDROSA SANTOS.

CDU(1997)1/2+3

ARACELLI CRISTIANE DA CRUZ FODRA

NESTA SOBREVIDA AINDA EXISTE UMA RESPIRAÇÃO

Manaus e os Cemitérios Periféricos de Nossa Senhora

Da Piedade e Nossa Senhora da Conceição das Lajes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas, na área de concentração em Teoria, História e Crítica da Cultura e linha de pesquisa Espaços, Memórias e Configurações Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tatiana de Lima Pedrosa

Dissertação Defendida e Aprovada em 03 de abril de 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



TATIANA DE LIMA PEDROSA SANTOS

Data: 05/06/2025 17:20:50-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora-Presidente Prof.^a Dr.^a Tatiana de Lima Pedrosa Santos

Documento assinado digitalmente



RAFAEL ALE ROCHA

Data: 09/06/2025 17:24:38-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro Interno: Prof.^o Dr. Rafael Ale Rocha (PPGIH/UEA)

Documento assinado digitalmente



PAULO DE OLIVEIRA NASCIMENTO

Data: 09/06/2025 11:13:43-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro Externo: Prof.^o Dr Paulo De Oliveira Nascimento (IFPB)

À minha mãe, por ser uma fortaleza e um farol em meio às tempestades da vida.

À minha irmã por sempre se fazer presente.

À Manu e Manoel por serem a minha luz

***Em memória de minha bisavó Emília,
minha avó Maria Emília, de tio Carlos e
tio Tarcísio...***

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, por todas as bênçãos até aqui alcançadas.

Assim como agradeço aos Orixás por estarem presentes em minha vida, mesmo quando eu ignorava a presença deles junto a mim. Este mestrado foi um presente que a espiritualidade me concedeu e, portanto, eu reconheço e agradeço a oportunidade que me foi concedida.

Agradeço ao meu babamim Francismar Ty Ogum, e ao meu babakekerê Josiano Ty Oxalá por estarem nos meus caminhos e cuidarem da minha espiritualidade sempre orientando e zelando.

À minha família: minha mãe, minha filha, meu marido e minha irmã, pelo apoio e palavras de ânimo nos momentos de dificuldade, a vida não é fácil, e seguir sozinho é mais complicado ainda. Obrigada por estarem comigo, dando apoio nos momentos mais sombrios.

À Secretaria de Estado da Educação e Desporto (SEDUC) por realizar este convênio com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e com isso permitir que os professores e pedagogos aprovados pudessem tirar a licença para estudo remunerado, o que proporcionou um aproveitamento fantástico das disciplinas e eventos realizados pelo curso, bem como a participação em congressos externos. Espero que muitos mais possam ser beneficiados por esse programa de incentivo à qualificação profissional, e que venha o convênio para o Doutorado!

À UEA por ofertar este curso incrível que ampliou nosso horizonte acadêmico, permitindo que novos interesses se manifestassem em nós, através das discussões acadêmicas, leituras dos textos, análises das obras, participação em eventos como o Transfronteiras e o Encontro de Perspectivas, sem contar as rodas de conversas, aulas magnas, convidados especiais, minicursos, palestras e visitas técnicas.

Ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) por possuir um grupo de profissionais incríveis e dedicados que elevaram nosso conhecimento e favoreceram a discussão acadêmica, ampliando nosso raciocínio e permitindo expandir nossos interesses pessoais.

À todos os professores, em especial à professora Dr^a. Lúcia Puga, e à professora Dr^a Gimima Silva por estarem à frente da coordenação do curso de forma tão brilhante.

À minha querida orientadora professora Dr^a Tatiana Pedrosa, não sei o que seria de mim sem a sua orientação, seu cuidado, conselhos e diretrizes, apreender suas aulas é um deleite, o tempo passa e não percebemos. Só posso dizer “MUITO OBRIGADA” por tudo.

Ao professor Dr. Alfredo Wagner que com sua memória afiadíssima inspirou nossa turma a dedicar-se mais ainda aos conteúdos trabalhados, e felizes em poder fazer o professor rir em situações incomuns. Muito obrigada professor pelo seu exemplo, pela sua dedicação e por todas as avaliações e considerações que o senhor fez cuidadosamente em nossos trabalhos, onde o horário cronometrado acabava sendo ignorado em favor das aulas e do conhecimento ali apresentado.

Ao professor Dr. Geraldo Valle, que esteve na minha banca de arguição do pré-projeto e foi extremamente participativo e interessado, além de durante o curso, mostrar-se um ser humano maravilhoso, com uma capacidade reflexiva impressionante, capaz de nos fazer esquecer que o tempo existe.

Ao professor Dr, Leandro Gomes, que ampliou nossa compressão sobre o que é Patrimônio, e os caminhos que percorremos ao desenvolver a pesquisa patrimonial e de manutenção e preservação da memória popular e coletiva.

Ao Apoio Técnico nas pessoas da Dayane Dagnaisser e do Ítalo Mendes, que sempre nos socorreram e resolveram nossos problemas de forma ágil e solícita, não sei o que seria de nós sem a atenção de vocês.

Aos estagiários do PPGICH que foram meus alunos na rede pública e hoje, universitários, trilham um caminho de crescimento intelectual que enche de orgulho a ex-professora.

Agradeço também ao estagiário Edemir Neto, por ter me acompanhado ao Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IGHA) e ao Cemitério Piedade, sua companhia e apoio foram fundamentais no processo da pesquisa.

Às secretárias do curso, inicialmente a dona Shirlei, por toda ajuda que sempre nos deu. Também à Sara e à Gleides que sempre foram muito amáveis e pacientes em momentos de desespero dos discentes.

Agradeço aos funcionários da SEMULSP, em especial às senhoras Rosana e Paula que foram muito solícitas comigo e sempre atenciosas. Assim como os administradores dos cemitérios Nossa Senhora da Piedade, o senhor Renato Evangelista, administrador, e o senhor Francisco Lima Fernandes, agente de inumação, e o senhor Raimundo Nonato Magalhães, administrador do Cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes.

Aos meus amigos queridos, que tornaram esse momento menos solitário, obrigada por tudo, mesmo à distância, foi fundamental a presença de vocês em minha vida nessa jornada.

Aos amigos da “Cúpula do Mal”, Germana, Muriell, Larissa, Leide, Nitya, Maison e Mayara, que mesmo cada um em uma escola diferente, estamos unidos, o apoio de vocês foi fundamental. Aos amigos da “Panelinha”, Najara e Cícero, que sempre deram vida ao grupo. Às “Candinhas”: Bruna, Cintia, Cristina, Ingrid, Lurian, Naiana e Rafaela. Muito obrigada por tudo.

Às queridas amigas Fabiana, Aline, Sabrina, Silvia, Manuela, o contato com vocês nesse período foi fundamental para manter a mente sã e conseguir seguir em frente.

Aos colegas e amigos do Centro Educacional Arthur Virgílio Filho, pela parceria e apoio, muito obrigada.

E por fim, mas não menos importante, à minha querida gestora Luana Naiady, que sem você eu não teria feito a inscrição para este mestrado, as tuas palavras de incentivo foram determinantes: “este mestrado é teu” foi o impulso que eu precisava para enfrentar o medo e acreditar ser possível. Obrigada por todo apoio, por todo incentivo e pela confiança.

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar como é a relação entre a cidade e os cemitérios Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora da Conceição das Lajes, em Manaus, caracterizados como cemitérios periféricos, ou seja, aqueles que não apresentam edifícios arquitetônicos em seus túmulos e sepulturas, e por localizarem-se em áreas distintas da área central da cidade. Apesar de serem cemitérios centenários, possuem divergências sobre a data de seus surgimentos e ainda perdura um desconhecimento da população sobre a existência deles. Entendemos que a necessidade de preservar a existência patrimonial cemiterial de um lugar corresponde também à necessidade de manutenção da memória coletiva que o cemitério possui, uma vez que ele representa a vida, o crescimento e desenvolvimento da cidade, e através de seus inumados, documentos e histórias, temos a continuidade da história da cidade, para que haja um ressurgimento sobre a história e relevância deles para aqueles que dele necessitam. Este trabalho ainda está em fase de elaboração e tem como objetivo complementar as futuras pesquisas na área de cemiterial.

Palavras-chave: Manaus, cemitérios periféricos; cidade; estudos cemiteriais, memória

ABSTRACT

The present work aims to present the relationship between the city and the cemeteries Nossa Senhora da Piedade and Nossa Senhora da Conceição das Lajes, in Manaus, characterized as peripheral cemeteries, that is, those that do not feature architectural buildings in their tombs and graves, and for being located in areas distinct from the city center. Despite being century-old cemeteries, there are discrepancies regarding their dates of establishment, and there is still a lack of awareness among the population about their existence. We understand that the need to preserve the cemeterial heritage of a place also corresponds to the need to maintain the collective memory that the cemetery holds, as it represents the life, growth, and development of the city. Through its burials, documents, and stories, we have the continuity of the city's history, so that there can be a resurgence of their history and relevance for those who need it. This work is still in the drafting phase and aims to complement future research in the field of cemeteries.

Keywords: peripheral cemeteries; city; cemetery studies.

RESUMEN

El presente trabajo busca presentar cómo es la relación entre la ciudad y los cementerios Nuestra Señora de la Piedad y Nuestra Señora de la Concepción de las Lajas, en Manaos, caracterizados como cementerios periféricos, es decir, aquellos que no presentan edificios arquitectónicos en sus tumbas y sepulturas, y por localizarse en áreas distintas del área central de la ciudad. A pesar de ser cementerios centenarios, existen divergencias sobre la fecha de sus surgimientos y aún persiste un desconocimiento de la población sobre su existencia. Entendemos que la necesidad de preservar la existencia patrimonial cementerial de un lugar corresponde también a la necesidad de mantenimiento de la memoria colectiva que el cementerio posee, ya que representa la vida, el crecimiento y desarrollo de la ciudad, y a través de sus inhumados, documentos e historias, tenemos la continuidad de la historia de la ciudad, para que haya un resurgimiento sobre la historia y relevancia de ellos para aquellos que lo necesitan. Este trabajo aún está en fase de elaboración y tiene como objetivo complementar las futuras investigaciones en el área de cementerios.

Palabras clave: cementerios periféricos; ciudad; estudios cementeriales.

TABELA DE FIGURAS

Figura 1 : ARANHA, João Batista de Figueiredo Tenreiro, 1798-1861 Planta da cidade de Manaus [Cartográfico]: croquis. 1897. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart544139/cart544139.jpg	35
Figura 2: Cemitério da Cruz Fonte: NERY, 1885. Ilustração acessada no acervo do Instituto Durango Duarte. Disponível em https://idd.org.br/iconografia/antigo-cemiterio-dos-remedios/#materia . Acesso em 23/012025.....	38
Figura 3: Cemitério da Cruz Ilustração acessada no blog Manaus de Antigamente, disponível em: https://manausdeantigamente.blogspot.com/2019/10/cemiterio-antigo-de-manaus-que-existiu.html em 24/01/2025.....	39
Figura 4: Cemitério São José, acessada no acervo do Instituto Durango Duarte em: https://idd.org.br/iconografia/antigo-cemiterio-sao-jose/ em 27/01/2025	40
Figura 5: Carta cadastral da cidade de Manaus e arrabaldes, levantada por João Miguel Ribas na administração de Eduardo Ribeiro, 1895, com o Cemitério Municipal de São João destacado por círculo preto e o cemitério São José pelo círculo vermelho grifos da autora	45
Figura 6: Fonte: Louis Agassiz. Viagem ao Brasil 1865 – 1866. In: Otoni Mesquita, 2019. p. 40	58
Figura 7: Relatório dos Presidentes de Província (1857), Pg 43.....	66
Figura 8: Relatório dos Presidentes de Província (1857), Pg 44.....	67
Figura 9: Planta de Zoneamento de Manaus, 1951. Fonte: OLIVEIRA, 2003, p.94	91
Figura 10: Mapa de 1895, mostrando então o percurso de duas linhas de bonde em Manaus. (Disponível em: https://idd.org.br/iconografia/bondes-em-manaus-10/ Acervo IDD acessado em 20 de janeiro de 2025)	94
Figura 11 Cemitérios Urbanos de Manaus - 1: Cem. São Joao Batista; 2: Cem. Municipal Nossa Senhora da Piedade; 3: Cem. Santo Alberto; 4: Cem. Santa Helena; 5: Cem. São Francisco; 6: Cem. Nossa Senhora Aparecida. Pesquisa e marcação feita no Google Maps.....	99

Figura 12: Cemitérios Rurais de Manaus. 1: Cem. Santa Joana do Puraquequara; 2: Cem. São José do Jatuarana; 3: Cem. Nossa Senhora do Carmo; 4: Cem. Nossa Senhora da Conceição das Lajes. Pesquisa e marcação feita no Google maps, no dia 23/01/2025.....	100
Figura 13: Cemitérios Urbanos e Rurais de Manaus. Pesquisa e Marcação feita no Google Maps no dia 23.01.2025	100
Figura 14: Acervo pessoal realizado em 10 de outubro de 2023. Inscrição na lápide: Aqui jaz os restos mortaes de Francisco José Ribeiro. Nascido em 14 de novembro de 1852. Fallecido em 15 de outubro de 1898. Lembrança de sua família	104
Figura 15: Termo de abertura do Cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes. Acervo Pessoal. 10 de outubro de 2023.....	105
Figura 16: Capa do livro de inumações do cemitério Nossa Senhora da Piedade. Acervo pessoal, 07 de novembro de 2024	107
Figura 17: Termo de abertura do livro de inumações do cemitério Nossa Senhora da Piedade. Acervo pessoal. 07 de novembro de 2024.	108
Figura 18: Sepulturas do Cemitério Nossa Senhora da Piedade.(Fotos: Antônio Menezes disponível em: https://www.acritica.com/manaus/em-funcionamento-desde-1864-cemiterio-do-cariri-esta-abandonado-em-meio-ao-matagal-1.164331) acesso em 20/01/2024	115
Figura 19: Sepulturas do Cemitério Nossa Senhora da Piedade. (Fotos: Antônio Menezes disponível em: https://www.acritica.com/manaus/em-funcionamento-desde-1864-cemiterio-do-cariri-esta-abandonado-em-meio-ao-matagal-1.164331) acesso em 20/01/2024	115
Figura 20: Capela do Cemitério Nossa Senhora da Piedade. Disponível em: https://portalamazonia.com/cultura/cemiterio-do-cariri-conheca-o-menor-cemiterio-de-manaus/ Acesso em 20/04/2024	116
Figura 21: Vista aérea do Cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes disponível em: https://portalamazonia.com/amazonas/conheca-o-cemiterio-construido-em-uma-ilha-na-amazonia/ acessado em 15 de janeiro de 2025	117
Figura 22: Acervo pessoal. Sede da adinistração do Cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes. Em 10.10.2023.....	118

Figura 23: Acervo pessoal. Escadaria de acesso ao cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes . Em 10.10.2023	119
--	-----

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Imagens do Cemitério Nossa Senhora da Piedade.....137

APÊNDICE B – Imagens do Cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes..194

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. QUANDO A MORTE É LEGISLADA.....	25
1.1 Legislação na Colônia e Império e a Necessidade do Cemitério Secular	25
1.2 Legislação Cemiterial na Província do Amazonas.....	32
1.3 Códigos de Postura Municipal de 1838 a 1910	48
CAPÍTULO 2 – FRAGMENTOS DA MORTE: EXPLORADORES, MOLÉSTIAS, HOSPITAIS E CEMITÉRIOS EM MANAUS NO SÉCULO XIX.....	56
2.1 A Comarca na visão dos exploradores Bates e Agassiz.....	56
2.2 Os primeiros anos da Província do Amazonas e as moléstias	61
2.3 Os hospitais em Manaus	68
2.4 Os cemitérios em Manaus e as doenças.....	72
CAPÍTULO 3: NESTA SOBREVIDA AINDA EXISTE UMA RESPIRAÇÃO	78
3.1 Manaus em Expansão – Onde está localizado o Cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes?	78
3.2 Manaus em Expansão – Onde Está Localizado o Cemitério Nossa Senhora da Piedade?	87
3.3 Manaus e os Cemitérios Periféricos	95
3.4 Cemitérios Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora da Conceição das Lajes.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFRÊNCIAS	125
APÊNDICES.....	137

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Durante a minha infância em Campina Grande, na Paraíba, visitava frequentemente com minha avó materna o cemitério onde o meu avô estava enterrado, e enquanto ela cuidava da sepultura dele e negociava com os funcionários o que era para ser feito a respeito da limpeza e ornamentação com plantas, eu perambulava vendo as sepulturas e lendo as inscrições ali deixadas.

Apesar de ser uma criança medrosa eu gostava de visitar e passear pelo cemitério, observando os detalhes que os túmulos possuíam. O Cemitério do Cruzeiro era para pessoas simples, com sepulturas comuns, poucos jazigos familiares e nada de excêntricos, porém era justamente essa simplicidade ali presente que me encantava.

Apesar de Campina Grande possuir outros cemitérios, nunca os visitava pela questão da distância de onde morávamos, e o medo por conta das histórias que eram contadas por familiares e amigos, acabavam por paralisar qualquer ideia de ir a um cemitério, principalmente sozinha. As visitas com a minha avó se davam porque ela sempre me conduzia junto, fazendo com que eu tivesse que enfrentar meu medo.

Quando viemos morar em Manaus, em 1995, o cemitério São João chamou muito a atenção, principalmente pela sua localização privilegiada atualmente e por receber as principais personalidades locais em jazigos que chamam muito a atenção na sua estrutura arquitetônica e escultórica.

No entanto, não houve interesse em desenvolver pesquisa acadêmica voltada para o estudo cemiterial. A ideia era apenas realizar visitas turísticas e fotografar as sepulturas e túmulos que mais chamassem minha atenção, mantendo assim um registro fotográfico sobre as formas variadas de túmulos e epitáfios ali presentes.

O interesse pelos estudos cemiteriais veio alguns anos depois, ao me deparar com postagens em redes sociais sobre o Dia de Finados e ver informações mais detalhadas sobre antigos cemitérios de Manaus que hoje não existem mais como os antigos cemitérios São José e São Raimundo – que foi construído para o enterro de vítimas de doenças epidêmicas uma vez que pela legislação da época não se podia exumar os corpos infectados que estavam ali sepultados e posteriormente foi desativado e seu local transformado na escola

estadual Marquês de Santa Cruz e o bairro surge após o cemitério, herdando assim o nome São Raimundo.

Os estudos cemiteriais no Amazonas estão crescendo, mas ainda há muito a ser realizado e muitos cemitérios a serem pesquisados como história e memória de um povo e um lugar em busca de reconhecer e reconectar-se com seu passado não tão distante que precisa ser preservado para que as pessoas possam entender o presente.

Este trabalho vem do interesse particular sobre a história da cidade, em especial, seus cemitérios e como o desenvolvimento e crescimento da cidade, lida com sua presença, nem sempre desejada, porém necessária, onde comecei a fazer uma busca bibliográfica sobre trabalhos acadêmicos, de preferência em Manaus, sobre os estudos cemiteriais.

Nessa minha busca, descobri uma infinidade de trabalhos realizados Brasil afora, com uma extensa rede de pesquisa voltada para os aspectos arquitetônicos, escultóricos, de conservação, preservação, turismo cemiterial, milagreiros populares, além da existência da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais -ABEC, fundada em 2004 após o I Encontro sobre Cemitérios Brasileiros, que aconteceu na USP, tendo como organizadores a professora doutora Maria Elizia Borges, o geógrafo mestre Eduardo Coelho Morgado Resende e o historiador Harry Rodrigues Bellomo.

A ABEC caracteriza-se por reunir diversos pesquisadores, sejam historiadores, arqueólogos, antropólogos, arquitetos, engenheiros, e profissionais das demais áreas em que a pesquisa possa ser desenvolvida, além das mais diversas manifestações acerca da morte e do morrer no Brasil e até mesmo em outros países.

Ter conhecimento dessa rede de pesquisa cemiterial serviu de impulso para a organização do projeto de pesquisa e realização dele, buscando acompanhar as produções existentes e as pesquisas realizadas dentro do ambiente acadêmico tanto no âmbito regional, como no âmbito nacional.

Anteriormente à ideia de realizar pesquisa acadêmica, o meu interesse pairava sob o conjunto escultórico-arquitetônico, além do interesse nos epitáfios presentes nas lápides e mausoléus do cemitério São João Batista, dada a grande representatividade de elementos presentes principalmente nas sepulturas mais antigas. Entretanto, ao começar o levantamento bibliográfico sobre a pesquisa

local, o cemitério São José acabou gerando interesse também, fazendo assim com que o foco fosse desviado do cemitério São João, para o cemitério São José.

Inicialmente, a ideia era apresentar o antigo cemitério São José, desde o processo de criação à desativação e traslado das sepulturas e criação do ossuário ao cemitério São João Batista, tendo como inspiração os trabalhos da professora doutora Elisiana Trilha Castro, *Aqui jaz um cemitério: A transferência do cemitério público de Florianópolis 1923-1926* e *Quando os mortos mudam de endereço: mudanças no espaço cemiterial e novos ritos funerários a partir da transferência do cemitério público de Florianópolis (1923-1926)*.

Todavia, ocorreram alterações de foco, graças às orientações da professora Tatiana, onde migramos para cemitérios centenários, porém, que ainda estejam ativos, como é o caso do cemitério Nossa Senhora da Piedade, localizado na avenida Torquato Tapajós e que mesmo com a data oficializada pela administração pública de sua existência a partir de 1901, permanece desconhecido por uma parcela da sociedade manauara.

Além do cemitério Piedade, surgiu a proposta de investigar o cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes, localizado na ilha de Mauá, no bairro Mauazinho, que já desfruta de um pouco mais de reconhecimento de sua existência, principalmente pelo fato de no período das cheias dos rios, seu acesso ser realizado apenas via pequenas embarcações.

Dos cemitérios dentro das igrejas durante o período medieval, e que se estende por longos períodos, chegando até o século XIX onde permanecem os enterramentos nos solos das Igrejas, o campo santo, onde aguardariam o juízo final, chega-se aos cemitérios seculares, com os túmulos individualizados, que registra a presença dos que partiram, tentando em morte deixar marcada a sua importância, não só no seio familiar, como quem ou o que ele representava em vida, para a sociedade. (Ariès, 2003)

O estudo da morte, é, inicialmente, um estudo sobre a vida, como as pessoas lidam com as perdas, como as cidades lidam com os cemitérios. Renato Nogueira, em seu livro *O que é o luto*, apresenta-nos uma reflexão que pode ser estendida sobre a cidade e o morrer

Em certa medida, nós poderíamos ler nossa vida a partir das perdas. O luto pode ser compreendido como um afeto poderosos que nos atordoa,

nos separando do mundo. A desconexão do mundo não deixou de ser uma forma de defesa. Ao mesmo tempo que o luto nos informa um desgosto, ele se configura como uma forma de vivenciar a impermanência da vida. (Nogueira, O que é o luto, pg 11)

A presença da morte nas cidades é um incômodo, assim como a existência dos cemitérios, é tratada como um mal necessário, que deve ser ocultado o máximo possível das vistas das pessoas.

Procura-se realizar uma pesquisa abrangente, que possa incluir diversos aspectos relevantes ao tema, além de examinar jornais e periódicos antigos, além de análises em documentos escritos, pictóricos e cartográficos, bem como relatórios dos presidentes de Província, Governadores, Inspetoria de Higiene Pública e publicações em Diário Oficial.

Para a realização da pesquisa documental foi utilizado em grande parte o acervo da Biblioteca Nacional, a partir da sua hemeroteca onde disponibiliza jornais, periódicos além dos relatórios dos presidentes de província e governadores.

Na procura por acervo bibliográfico, tomei conhecimento da iniciativa do governo do estado em disponibilizar em portal eletrônico boa parte do acervo local através da criação do Centro de Documentação e Memória da Amazônia onde é possível ter acesso a uma gama de documentos e livros digitalizados, o que possibilitou o acesso a um extenso acervo, onde foi realizado um trabalho de “garimpo” do que poderia ou não ser utilizado na dissertação.

Também serão realizadas leituras e análises críticas de publicações técnico-científicas, tanto locais como nacionais através de trabalhos de conclusão de curso, dissertações, projetos de iniciação científica e relatórios acadêmicos de pesquisa disponíveis nos acervos universitários.

O estudo apresenta uma abordagem exploratória relevante, que engloba fases como pesquisa bibliográfica, investigação iconográfica, interpretação de dados, consolidação de informações e redação da dissertação, resultando na defesa perante uma banca avaliadora. O objetivo é analisar a cultura e seus múltiplos aspectos ligados ao assunto, por meio da utilização de abordagens interdisciplinares que visem o enriquecimento e agregação de olhares ao tema proposto.

Morin (2005; 2011) e Bachelard (2006) serão usados como suporte teórico-metodológico acerca do fazer científico e suas limitações, onde o diálogo com o objeto de estudos e sua dinamicidade podem levar a mudanças para adequação da pesquisa, promovendo o fortalecimento das ideias apresentadas.

Quando da abordagem sobre a Cultura e os conceitos a ela relacionados, utilizaremos Geertz (2008); Laraia (2009) e Van Gennep (2011) com seus embasamentos antropológicos sobre culturas, tradições e ritos de passagem, bem como faremos uso de aportes teórico-metodológicos interdisciplinares com a História e a Sociologia.

Geertz via a cultura como um conjunto de símbolos, crenças, valores e práticas compartilhados por um grupo de pessoas, conferindo-lhes identidade e significado. Ele defendia que a cultura não era algo inato aos seres humanos, mas sim aprendido e transmitido ao longo das gerações.

Para Laraia, a cultura é influenciada pelos indivíduos e também os influencia, sendo um processo complexo e em constante transformação.

Sobre a morte e o morrer, faremos uso dos estudos apresentados por Ariès (2003; 2014), Morin (1970); Vovelle (2010), e Lauwers (2015), além de artigos e publicações nacionais sobre a temática da morte no Brasil e em Manaus.

Ariès em seus estudos demonstrou que as atitudes perante a morte vão sendo modificadas em um longo recorte temporal, como a chamada morte domada, na Idade Média, onde as pessoas aparentam um conformismo religioso, até a morte interdita ou selvagem, onde ela já não pertence mais ao morto, nem ocorre no seio familiar, mas em instituições, como hospitais.

O cemitério contemporâneo, tal como o que percebemos atualmente, é o produto de uma intensa mudança histórica e cultural. Conforme Philippe Ariès, essa transformação evidencia uma nova relação da sociedade ocidental com a morte, caracterizada pelo afastamento e pela romantização. Antigamente, os falecidos eram sepultados perto dos vivos, nas lojas ou nas proximidades, incorporando a morte ao dia a dia das comunidades. Contudo, a partir do século XVIII, com a secularização e a limpeza dos espaços urbanos, os cemitérios resultaram no distanciamento das cidades, transformando-se em locais de memória aos falecidos, mas também de demarcação entre a vida e a morte.

Esta distância física dos cemitérios representou uma quebra cultural. Antes presente e familiar, a morte foi relegada a um lugar marginal, espelhando uma

sociedade que procurava se afastar do conceito de finitude. Ariès ressalta que essa transformação veio acompanhada de uma nova estética funerária: os cemitérios modernos, cuidadosamente organizados e projetados como jardins, transformaram-se em locais de peregrinação privada, onde os vivos puderam visitar e prestar homenagens aos seus falecidos em um ambiente isolado do dia a dia.

Além disso, o cemitério contemporâneo tornou-se um local de expressão pessoal e familiar. Antes simples e coletivos, os túmulos e monumentos funerários evoluíram para serem feitos e personalizados, espelhando a posição e os sentimentos das famílias que os construíram. Ariès nota que esses marcos não só honram a memória dos falecidos, mas também refletem a identidade e os princípios dos vivos, convertendo os cemitérios em depósitos autênticos da memória coletiva (Ariès, 1977, p. 45; 78;120).

Segundo Morin, a morte é o problema central da existência humana, uma vez que através da consciência da finitude o ser humano passa a buscar significados, criando culturas, mitos ou religiões que transcendam sua mortalidade e traga um significado maior à vida. A consciência da morte pelos seres humanos desencadeia um traumatismo, levando à busca por uma adaptação a essa realidade, frequentemente encontrada na crença na imortalidade. (Morin, 1997, p.32;78)

Para Vovelle, A morte vai além de um mero evento biológico, sendo uma manifestação social e cultural que se modifica com o passar do tempo, refletindo as mentalidades e as estruturas fundamentais de uma sociedade. As cerimônias fúnebres, testamentos e rituais ligados à morte refletem as posturas humanas relativas ao termo da vida, expondo valores, convicções e obrigações sociais. Essas representações não são imutáveis; elas se alteram de acordo com elementos como fé, economia, medicina e mudanças políticas. Portanto, a história da morte é, em grande medida, uma narrativa das transformações nas posturas humanas perante a morte, ilustrando como as pessoas e as comunidades enfrentam o medo, a dor e a transcendência ao longo dos séculos" (Vovelle, 1983, p. 13, 23, 45, 67).

Lauwers apresenta um estudo minucioso sobre o surgimento do cemitério ocidental no período medieval e os ritos ali imputados pela tradição pagã e cristã ao longo do tempo e como esses espaços refletiam a estrutura social da época

mantendo a distinção entre nobres, eclesiásticos e servos. Segundo Michel Lauwers, os cemitérios medievais iam além de serem apenas locais de sepultamento. Eles simbolizavam locais sagrados que uniam vivos e falecidos, presentes como locais de gravação e manutenção das posições sociais. Lauwers ressalta que a provisão desses locais espelhava a estrutura da sociedade feudal, onde nobres e clérigos eram enterrados em regiões centrais, enquanto os servos eram sepultados em regiões periféricas. Essa diferenciação geográfica não só intensificava as desigualdades de status durante a vida, mas também as estendia para além do óbito, fortalecendo a memória coletiva de uma sociedade fortemente segmentada.

Lauwers também destaca o processo de conversão dos cemitérios medievais ao cristianismo, que resultou na conversão de práticas funerárias pagas em rituais e símbolos cristãos. Essa utilização religiosa do espaço dos falecidos destacou a função da Igreja como diversão entre o mundo físico e o espiritual. Assim, os cemitérios se transformaram em locais de expressão do poder eclesiástico, onde a crença cristã se sobrepunha às tradições passadas, incorporando-as a uma nova ordem espiritual.

Finalmente, Lauwers destaca que os cemitérios medievais eram locais fluidos, caracterizados por conflitos e acordos entre o sagrado e o profano, o pessoal e o coletivo. Eles não se destinavam apenas à segurança dos falecidos, mas também ao fortalecimento de identidades familiares, comunitárias e religiosas. Por meio de mausoléus, inscrições e cerimônias, os vivos expressavam suas convicções, princípios e metas, convertendo os cemitérios em autênticos depósitos da memória coletiva (Lauwers, 2005, p. 78;95;134).

Sobre a organização textual, decidi inicialmente contextualizar como estava a Província do Amazonas para que o leitor possa entender como se deu esse processo de forma relativamente cronológica, possibilitando assim uma amplidão da relação da província, futuro estado do Amazonas, e da cidade de Manaus, através do seu desenvolvimento.

O primeiro capítulo apresenta a legislação desde o período colonial brasileiro, e como se realizavam os enterros na colônia, através das cartas régias e testamentos dos colonos a respeito dos ritos funerário-religiosos que deveriam ser realizados para encomendação de sua alma, tendo o território paulista como local dessa documentação. Apresentaremos também os relatórios dos

presidentes da província do Amazonas e os Códigos de Posturas de Municipal entre os anos de 1838 e 1910 que visam organizar e modernizar a cidade e tirar-lhe o aspecto interiorano que lhe era aferido pelos viajantes vindos de outras partes do Brasil e do exterior.

O segundo capítulo apresenta-nos a visão dos exploradores que estiveram na cidade e na região, suas impressões, além de como se deram os primeiros anos da Província do Amazonas com as moléstias, os hospitais e os primeiros cemitérios, São José e São João, uma vez que a lei imperial determinava que não se enterrassem mais nos terrenos das igrejas. Entretanto, a cidade passava por um crescimento e os locais onde os cemitérios estudados se localizam, não faziam parte da área geográfica da cidade de Manaus, o que acaba fazendo com que eles mesmos não sejam “vistos” nesse momento e que daremos uma atenção mais específica no último capítulo.

No terceiro capítulo, dou ênfase à localização dos cemitérios Nossa Senhora da Conceição das Lajes e Nossa Senhora da Piedade, objetivando apresentar o processo de colonização das terras onde eles se localizam e quando passam a constar na documentação oficial do governo além dos jornais e periódicos como cemitérios pertencentes à municipalidade manauense.

CAPÍTULO 1. QUANDO A MORTE É LEGISLADA

1.1 Legislação na Colônia e Império e a Necessidade do Cemitério Secular

Para que possamos adentrar na história local, faremos um breve acompanhamento sobre a situação colonial e imperial a respeito dos enterramentos que eram realizados antes e depois da legislação. Observando como se dava esse processo, nosso foco estará na província do Amazonas e nas particularidades da cidade de Manaus.

Neste trabalho, daremos atenção especial à cidade de Manaus, a partir do momento em que o Amazonas deixa de ser Comarca e passa a ser uma Província em 1850, e através dos relatórios dos Presidentes da Província temos registrado como estava a localidade e as medidas tomadas através de recursos próprios ou recebidos do governo imperial para manutenção em geral. Esta é uma pesquisa qualitativa que terá um caráter bibliográfico e documental, fazendo uso de livros, dissertações, relatórios dos presidentes da Província e dos governadores além dos periódicos de circulação da época estudada.

A Província passará por uma mudança econômica expressiva a partir da exploração da *hevea brasiliensis*, mais conhecida como borracha e que necessita de mão de obra para realizar a extração do *látex*, passando a receber levas de colonos vindos principalmente do atual nordeste brasileiro, contando também com a vinda de estrangeiros em busca da riqueza que a borracha poderia proporcionar.

Nesse sentido, teremos em Manaus uma mudança significativa em busca de uma apresentação mais adequada para atrair a atenção dos investidores estrangeiros que se dirigiam à cidade a fim de negociar a borracha com as casas aviadoras. Nesse contexto de explosão demográfica que a Província vivencia, tem-se também o aumento significativo de doentes e mortos que necessitam de atendimentos médico-hospitalares e de sepultamentos.

Tendo como diretrizes o crescimento populacional e o aumento na incidência de doenças buscaremos através das fontes já citadas e de revisão bibliográfica obter um cenário de como se organizou a cidade de Manaus com relação às doenças e aos sepultamentos.

Faz-se necessário que haja uma atenção maior ao estudo da história local,

com suas gentes, seus prédios e instituições a fim de tornar a dinâmica social mais visível e assim ser possível vislumbrar da melhor forma como estava organizada a sociedade e o enfrentamento dos problemas que acarretam o crescimento das cidades como a necessidade de hospitais, cemitérios, obras de saneamento, escolas e diversos outros serviços essenciais.

É mister reforçar que no período colonial, com a forte presença religiosa nas terras brasileiras, o medo de não preparar-se para a morte era muito maior que o medo de morrer, uma vez que está diretamente ligado à entrada no paraíso ou não. Del Priore, apresenta-nos como os testamentos serviam para seguir os ritos fúnebres, de acordo com a legislação canônica onde “quem dispunha de seus bens sem contemplar a instituição se arriscava a não receber a extrema-unção e não ser enterrado em solo sagrado” (Del Priore 2016, p.385).

Machado (1980), apresenta-nos um cenário riquíssimo e interessante sobre os registros de testamentos através dos inventários processados de 1578 a 1700 do território de São Paulo. Ao longo da análise de 122 anos de documentação disponibilizada pelo governo à época, Machado pôde fazer uma leitura sobre o modo de viver do bandeirante. Em seu livro, *Vida e morte do bandeirante*, inicialmente publicado em 1929, o autor, ao longo dos capítulos vai nos apresentando um cenário distinto daquele que estamos acostumados a vislumbrar nas leituras mais superficiais.

Apesar da preocupação do autor em expor de forma esmiuçada a questão das fortunas coloniais, em determinada parte da obra o autor também detalha a questão religiosa presente nos testamentos e como a mesma interfere diretamente nos textos e na divisão dos bens.

O horror de se perder na danação eterna fazia com que as pessoas registrassem a encomenda de esmolas, missas em benefício de suas almas, derramando assim, “doações e pagamentos, óbolos e espórtulas” (idem, p.385). De acordo com Alcantara Machado, era comum na capitania de São Paulo os moradores, mesmo os indigentes, fazerem testamentos com detalhes e pedidos sobre seu sepultamento, missas e afins para que a alma fosse encaminhada e não houvessem pendências com a divindade.

Outrora, longe de ter feição puramente econômica, o testamento era uma solene demonstração de fé. Interessava a todos os fiéis. Julgavam-se obrigados a fazê-lo os mais desvalidos e miseráveis, como aquela Maria Leite, tão pobre e carregada de filhos, que pedia uma cova pelo amor de Deus no convento de S. Francisco, e implorava pelo amor de Deus que a acompanhassem o vigário e mais três sacerdotes, e pelo amor de Deus suplicava a levassem a enterrar na tumba da Misericórdia. Sabem quem era essa desventurada, que em seu mealheiro não tinha o bastante para as despesas de encomendação e covagem: Filha natural de Fernão Dias Pais Leme, o caçador de esmeraldas. (Machado, 1943; Pg 212)

O testamento estava atrelado ao ato confessional, visto que a confissão era considerada uma espécie de “remédio”, posto que a alma e o corpo eram um só, portanto, aliviar a alma, significava aliviar o corpo. Após a confissão, seguia-se o testamento, onde falava-se com detalhes, sobre o enterro, da mesma forma que todo o cerimonial que deveria seguir-se, igualmente os locais de inumação que eram descritos minuciosamente como a utilização dos átrios das igrejas, da mesma forma que seu terreno adjacente como apresentado por Del Priore (2016, p.389), a vestimenta – que poderia ser um hábito franciscano ou carmelitano, com os símbolos da confraria a que pertencessem os falecidos, como também a celebração de muitas missas, podendo ser “cantadas com responsos, com vésperas e ladainhas, ofícios de nove lições em riba do corpo, ofícios vários com noturnos” (*idem*, p.392), o que encarecia ainda mais o serviço e mostrava sinais exteriores de honra e ascensão social.

Nas províncias o surgimento das irmandades e confrarias serviam para que houvesse uma assistência fúnebre dos irmãos e o cuidado das missas pelas suas almas, atendendo aos afiliados e não permitindo que ficassem expostos à morte natural nem à voracidade dos animais

Confrarias, ou melhor, irmandades e ordens terceiras, associações religiosas de leigos que se reuniam para louvar um santo, foram nevrálgicas nos ritos de morte. Elas também localizavam os lugares sociais de cada um, no seio das coletividades. Na colônia erma milhares, de brancos, mulatos, pardos e negros, livres, forros e escravos. A possibilidade de reunir-se oficialmente em confrarias congregadas por etnia permitiu aos negros a vivência do culto africano: dentro das igrejas, veneravam os santos católicos e, fora delas, seus orixás. Nas festas de santos e santas da irmandade dos homens pretos e pardos, as tradições africanas se manifestavam. Tornaram-se uma expressão do sincretismo religioso do Brasil Colonial. Estas associações estão na origem do

Em Salvador, no ano de 1785, a Câmara investiria contra o Campo da Pólvora, um cemitério que abrigava os escravos pagãos que não eram permitidos ser enterrados nas igrejas. Começa a ocorrer uma preocupação com a salubridade da água, uma vez que

o Dique, um dos reservatórios de água mais usados, estava ameaçado pela proximidade do Campo da pólvora “devido a sua corrupção [...] e mau cheiro que exala, do que resulta a padecerem os Povos grandes enfermidades”. Ou seja, os miasmas cadavéricos contaminavam, pelo ar, a água do Dique. Os vereadores pediram ao arcebispo que impedisse enterros ali, ou em qualquer lugar próximo às fontes da cidade. Não sabemos de sua resposta. Eles também informariam o governo de Lisboa sobre a situação (Reis, 1991, p.273)

Reis ressalta que a poluição das águas e do ar pelos cadáveres, apresentadas pela Câmara e pelo cronista Vilhena denotam a familiaridade com os miasmas da época e o medo da contaminação proveniente dos cemitérios de escravos, considerado um local profano, de morte pagã, permitindo-nos inferir que o problema se dava pela origem dos mortos e sua procedência, uma vez que eram considerados inferiores.

A Carta Régia nº 18, de 14 de janeiro de 1801, proíbe os enterros nas Igrejas das cidades populosas do domínio ultramarino, determinando que sejam construídos cemitérios separados, cujo terreno não seja úmido, mas com ventos na direção norte e leste e que possam ser sepultadas todas as pessoas, assim como o terreno deve ter boa extensão para evitar de abrir as sepulturas antes que estejam consumidos os corpos, ficando assim proibido o enterro dentro dos templos quando construídos os ditos cemitérios.

Apesar desta Carta Régia ser destinada ao Rio de Janeiro, percebe-se nos escritos do século XIX a preocupação com a contaminação dos solos e os vapores que contaminariam os ambientes, causando as pestilências e aumentando as comorbidades e flagelos que assolariam as pessoas. A partir de 1830, a visão

médica ganhará mais espaço sobre a morte no Brasil e reforçará a necessidade de cemitérios distantes dos centros urbanos.

Para os médicos, a ritualística funérea e os enterros, assim como os cadáveres, eram focos de contaminação, que deveriam ser extirpados da sociedade moderna, no entanto eram “mantidos pela mentalidade atrasada e supersticiosa”, de acordo com a fala do Dr. Fausto Augusto d’Aguiar no Relatório enviado ao Presidente da Província em 1851.

João Jose Reis (1991) apresenta-nos como os médicos do período imperial pensavam as doenças “dentro das categorias de contágio e flagelo”, deixando de ser um castigo divino para transformarem-se num mal natural e contagioso. A teoria dos miasmas, do ar impuro ganhariam forças, o que favoreceria a necessidade de fazer o ar circular no ambiente em que as pessoas convivessem, portanto, higienizar o meio ambiente e vigiar seus odores.

A influência francesa na medicina brasileira do século XIX é visível em vários escritos sobre saúde e higiene pública, principalmente porque muitos médicos brasileiros se formavam na França, uma vez que ela representava o progresso, portanto, se queríamos enquanto nação ser considerados evoluídos, deveríamos ter como modelo principal, a nação que melhor simbolizava o progresso e a civilidade.

É principalmente a partir dessa interpretação médica, que teremos a morte legislada, onde serão definidos os locais e modelos a serem seguidos de enterros e sepulturas, como pode ser observado a partir do texto da Carta Régia de 14 de janeiro 1801:

[...] Eu, o Príncipe Regente vos Envio muito saudar. Tendo chegado á Minha Real Presença, huma muito atendível Representação sobre os damnos, a que está exposta a Saude Publica, por se enterrarem os Cadaveres nas Igrejas que ficão dentro das Cidades populosas dos Meus Domínios Ultramarinos; visto que os vapores, que de si exhalão os mesmo Cadaveres impregnando a Atmosphera, vem a ser a cauza, de que os Vivos respirem hum ar corrupto, e inficionado; e que por isso estejam sujeitos, e muitas vezes padeção moléstias epidêmicas, e perigosas. E tomando Minha Real Consideração hum objecto , em que tanto interessa a conservação da vida dos Meus fieis Vassallos: Sou Servido ordenar-vos, que logo receberdes esta Carta regia, procureis de acordo com Bispo desta Diocese fazer construir em Sitio separado desta Cidade do Rio de Janeiro, e cujo terreno não seja húmido mas lavado dos Ventos, principalmente do Norte, e Leste, hum ou mais Cemiterios, onde hajão de ser sepultadas, sem excepção, todas as Pessoas, que

falecerem, devendo estes ter a sufficiente extensão a fim de que não seja necessário abrir as sepulturas, antes que estejam consumidos os Corpos, que nelas se houverem depositado; sendo porém permitido à qualquer Família, o formar dentro dos mesmos Cemiterios, hum Carneiro sem luxo, onde possão enterrar os Individuos, que pertencem aquella Família, e ficand prohibido, como com effeito Prohibido, que dentro dos Templos se continue a dar Sepultura aos Cadaveres, logo que estiverem construídos os mencionados Cemiterios. E porque convem que estes Edifícios, com razão do fim, a que são destinados, sejam erigidos, e conservados com a possível decência, deveis ordenar que em cada hum delles, haja hum Altar, em que se possão celebrar o Santo Sacrificio da Missa e no qual se deva officiar solemnemente no dia da Commemoração dos Defuntos; podendo tambem em cada Cemiterio haver hum Capelão, que diga Missas quotidianas, pelos que alli se enterrarem e celebrar com mais solenidade (ilegível) assim o quiserem. (ilegível) Escripto no Palacio de Queluz, em quatroze de Janeiro de mil oitocentos e Hum.

Sobre as práticas fúnebres é possível encontrar relatos mais detalhados em locais como São Paulo, Minas Gerais e Bahia. No Amazonas, os estudos cemiteriais ainda estão avançando nesse aspecto, sendo possível encontrar mais trabalhos voltados para o Cemitério São João – considerado o mais importante por conta do seu conjunto escultórico e arquitetônico, porém há uma ausência sobre os ritos de passagem, sendo possíveis alguns vislumbres em periódicos e jornais, priorizando figuras proeminentes da sociedade. Esta lacuna sobre os enterros das gentes comuns, esperamos que através desta pesquisa, desperte-se o interesse em mais pessoas para que se possa desenvolver um aprofundamento desse nicho de pesquisa.

Reis, aponta-nos que apesar da ordem régia, ela nunca foi posta em prática, e a transferência da Corte para o Brasil em 1808, não fez avançar o projeto, sendo preciso esperar a Independência para que houvesse nova tentativa legislativa a esse respeito, como o decreto imperial de 1825 que atacava as práticas tradicionais de enterro, tendo por ordem do imperador que fossem transferidos os sepultamentos para fora da cidade. Para isso usar-se-ia o conhecimento médico para determinar o tamanho e a localização dos novos cemitérios (Reis, 1991, p. 275).

No periódico paraense Treze de Maio de 1846, na sessão de 09 de setembro, da Assembleia Legislativa Provincial, podemos observar a demora em aprovar o projeto de construção de um cemitério público, visto que o projeto inicial

datava de 1841, sendo adiado em 1843 e finalmente realizando-se a apresentação do mesmo em 1846:

„A Comissão de Obras Publicas, reconhecendo a precisão e utilidade de hum Cemiterio nesta Cidade, cuja obra se pode fazer sem se augmentarem tributos o povo, vem apresentar com o devido respeito ante est Assembleia o seguinte Projecto,, - A Assembléa Legislativa desta Provincia do Pará Decreta.

Art. 1º A Camara Municipal desta Cidade traspassará á Santa Casa de Misericordia o terreno que se acha destinado com os alicerces para o Cemiterio.

Art. 2º A Mesa da Santa Casa da Misericordia fa´ra edificar o Cemiterio com os meios á sua disposição submetendo o risco, e orçamento á aprovação do Governo da Provincia

No periódico O Teo Teo edição de julho de 1848, vemos apelos para a construção do Cemitério público que ainda não havia se materializado, o que nos permite perceber que apesar da legislação vigente, há uma demora na aplicação e consolidação daquilo que se dispõe a administração pública, apesar dos esforços da Assembleia Provincial em dar continuidade ao decreto que destinava à Santa Casa de Misericórdia o terreno para a construção da necrópole como nos apresenta o periódico Treze de Maio, edição de outubro, onde finalmente a mesa da Santa Casa faz publicação para o cumprimento do Artigo 2º da lei Provincial nº 142 onde se poria em arrematação em 26 de outubro a edificação do dito cemitério. Entretanto, em publicação distinta, temos nova data agendada uma vez que nem os membros da mesa compareceram no dia marcado.

Atrai nossa atenção a edição de 5 de maio de 1849 onde vemos uma publicação do Consulado dos Estados Unidos oferecendo gratificação de R\$100.000 a quem descobrisse e provasse quem havia desenterrado o cadáver de uma senhora americana recém falecida e enterrada no Cemitério Inglês, porém sem maiores detalhes sobre o ocorrido. O que nos leva a pensar sobre a segurança dos locais considerados adequados para o sepultamento, o que dizer então de locais clandestinos ou periféricos?

Durante a pesquisa não encontrei relatos sobre violação de sepulturas ou cadáveres nos cemitérios que dão título ao trabalho, exceto reportagens mostrando o estado de abandono em que se encontravam, com matos cobrindo

as sepulturas, no caso do Piedade e barrancas de terras caídas no cemitério das Lajes, que retomaremos esse assunto no capítulo 3.

Na edição de 1853 o periódico Treze de Maio apresenta que a capital da Província do Pará passa por melhoramentos sanitários com a fundação dos cemitérios extramuros, além de outras obras como a criação de um Hospital. Vemos o discurso higienista presente nas argumentações para livrar a cidade dos perigosos miasmas que contaminam o ambiente, e realizam estudos para a criação de uma Companhia que se encarregue da limpeza das casas e do esgoto das águas das ruas, com isso melhorando a qualidade de vida da população e dando um ar de modernidade à Província.

Durante este período em que o Amazonas pertenceu à Província do Pará há uma dificuldade em encontrar legislação específica sobre a cidade de Manaus, uma vez que a maior parte das informações acabam privilegiando a cidade de Belém e os municípios paraenses, dado que a administração da Comarca do Rio Negro também precisava realizar suas solicitações e ser colocadas em pauta nas reuniões da Assembleia Legislativa.

Em se tratando de Manaus, como veremos a seguir, essa prática de se enterrar na Igreja ou no seu terreno adjacente só vai encerrar com a construção do primeiro cemitério secular mandado construir no ano de 1855.

1.2 Legislação Cemiterial na Província do Amazonas

Anísio Jobim (1957, pg 151-153) apresenta o processo de desmembramento do Amazonas pela província do Pará, com o Código de Processo Criminal entrando em vigor em 1832. A alteração prevista naquele estatuto incluía uma cláusula que permitia aos presidentes das províncias implementarem-nas em seus territórios correspondentes.

Foi imediatamente posto em prática no Pará, estabelecendo uma nova divisão administrativa e judicial.

Três novas comarcas foram estabelecidas: a do Grão Pará, a do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas, que englobava a antiga Comarca do Rio Negro.

A Comarca do Alto Amazonas, que engloba quatro termos, Barra do Rio Negro, Luzéia, Tefé e Mariuá, estava sob a jurisdição do Pará. De acordo com a

nova divisão, a Barra do Rio Negro era elevada à categoria de Vila, recebendo o nome de Manaus.

Através da divisão territorial é possível notar que os termos ou cabeças de termos possuíam superfícies extensas, como é o caso da vila de Manaus que abrangia em seu território o baixo Amazonas, parte do rio Negro até Airão, e Solimões até Castro de Avelãs. (Jobim, 1957. p 152)

Antes pertencente à Província do Grão-Pará, a Comarca do Alto Amazonas, através da lei de 1850 conquista sua autonomia como mostra a publicação original:

LEI Nº 582, DE 5 DE SETEMBRO DE 1850

Art. 1º A Comarca do Alto Amazonas, na Província do Grão Pará, fica elevada á categoria de Província com a do Amazonas. A sua extensão 2' e limites serão os mesmos da antiga Comarca do Rio Negro (Publicação: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1850, Página 271 Vol. 1 pt. I)

A nova Província depende de recursos parcos e vê-se sem poder realizar obras públicas como informa o vice-presidente Dr Manoel Gomes Corrêa de Miranda em sua fala dirigida à Assembleia Legislativa em 5 de setembro de 1852:

A falta de materiaes, e mesmo de pessoas, que se proponhão a tomal-as por arrematação tem sido a cauza porque não tem dado andamento a muitas obras de muita urgência, como a Matriz, Cemitérios, Pontes &. (Relatorio do Presidente da Província do Amazonas, 1852, p.6)

A situação não melhora no ano seguinte, onde é possível encontrar na fala do Presidente Ferreira Penna, na seção das obras públicas, ele destacando que procura dar a particular atenção para a necessidade das obras de construção, uma vez que os edifícios tanto para a administração pública como para serviços diversos, encontravam-se “quase todas mal acomodadas”, bem como a necessidade da construção da Igreja Matriz que sofrera um incêndio em 1850, três pontes sobre os igarapés que dividiam os bairros São Vicente, Matriz e Remédios, um cemitério público e o encanamento das águas que acabavam por não ser realizados devido ao baixo orçamento

A Lei do Orçamento Provincial apenas consignou para a edificação da Matriz 800\$000 réis, para o cemitério 500\$, para as pontes 1:000\$, e para o melhoramento das estradas da Capital 200\$; e posto que algumas d'estas obras que tenho mencionado devão ser consideradas propriamente municipaes, baldada seria a intenção de incubi-las á Camara, que dispondo de mui pequena renda, e sempre onerada com a despesa do sustento dos presos pobres, não tem podido aplicar quantia alguma ao calçamento das ruas da Cidade, alias tão necessário e pouco difícil, nem mesmo preparar uma casa própria para suas Sessões (Relatorio do Presidente da Provincia do Amazonas, 1853, p.20)

Apesar dos esforços, a capital permaneceu sem seu cemitério público, e a administração continuou a fazer uso do cemitério da Igreja dos Remédios, inclusive organizando o preparo do mesmo, que apesar das ressalvas observadas pelo Presidente da Província sobre ser uma obra provisória, o mesmo afirmava que não faltava decência e segurança, uma vez que ao ser realizada a conclusão da obra, cessaram “o triste e repugnante espetáculo dos enterramentos sem resguardo algum no Largo da antiga Matriz, e em outras paragens da Cidade igualmente frequentadas” (Relatorio do Presidente da Provincia do Amazonas, 1854, p15).

Através da análise da figura 1 referente à planta da cidade de Manaus, podemos observar o quão pequena era a cidade, em comparação com os dias atuais. Ainda assim, havia muita dificuldade em realização das obras públicas, ora por falta de orçamento suficiente para a realização das mesmas, ora pela ausência de mão de obra que pudesse exercer tal atividade.

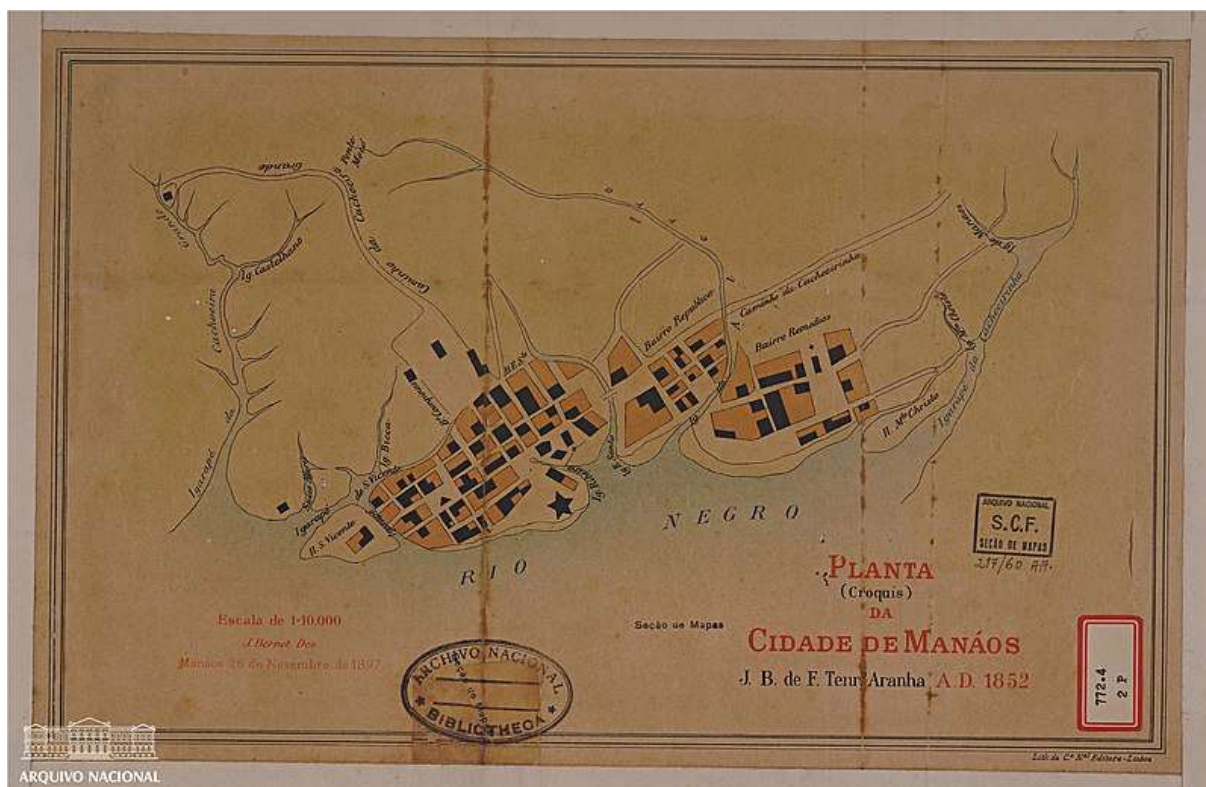


Figura 1 : ARANHA, João Batista de Figueiredo Tenreiro, 1798-1861 Planta da cidade de Manaos [Cartográfico]: croquis. 1897. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart544139/cart544139.jpg

Uma observação que pode ser feita sobre os relatórios dos presidentes da Província do Amazonas, é a respeito da ausência das estatísticas de óbitos da capital, que passam a ser apresentadas a partir do ano de 1854, sendo o primeiro registro no relatório apresentado sobre a posse do novo pároco da freguesia de Nossa Senhora do Bom Socorro do Andirá, o reverendo João Estevão da Cunha e Oliveira, que fez realizar-se um culto público e havendo cessado o exercício do missionário Fr. Pedro de Ciriana, o mesmo apresentou os dados estatísticos da freguesia, onde constam entre a população os registros de óbitos, que somam a quantia de 156 inumações.

O segundo registro, ainda no mesmo documento, refere-se às informações sobre o estado sanitário da Província do Amazonas, onde o relator Dr Antonio José Moreira apresenta as moléstias que manifestam-se com mais frequência na Capital tais como as “febres intermitentes simples, febres biliosas, *dysenterias*, *catarrhos bronchicos*, e anginas” causadas principalmente pela volubilidade atmosférica relativa aos fenômenos meteorológicos, a umidade do ar devida ao

calor, que acaba contendo mais ou menos materiais em putrefação. O relator aproveita para esclarecer que apesar do aumento populacional e findar-se a época de maior mortandade, se observa que no fim do sexto mês, ocorreram a metade das mortes no mesmo período do ano anterior, no qual apresenta tabela resumida onde em 1853 aparecem 90 óbitos relacionados entre homens, mulheres e inocentes (homens e mulheres); conquanto que em 1854 ocorreram apenas 45 falecimentos até a data de 15 de julho de 1854.

Na fala do Presidente da Província à Assembleia Legislativa em 1º de agosto de 1854, Herculano Ferreira Penna na sessão de obras públicas apresenta as dificuldades em se conseguir mão de obra, materiais e até mesmo dispor de verba para o pagamento dos salários que os possíveis candidatos anseiam.

Ferreira Penna relata que possui um contingente muito pequeno de trabalhadores regulares compostos por um mestre de obras, oito pedreiros, três carpinteiros, dois oleiros, dois aprendizes de ferreiro e quarenta e um trabalhares sem ofício. Além destes, também dispunha de um sentenciado e seis africanos livres que lhe foram enviados da corte pelo Exmo. Senhor Ministro do Império ao tomar ciência das necessidades da província.

Além de destacar as obras que se fazem necessárias, o presidente provincial também cita o preparo do antigo Cemitério dos Remédios, deixando claro que o cemitério foi feito como uma obra provisória, “*mas não lhe falta a decencia e segurança necessaria a taes lugares*”. (Relatório, 1854, pg 15)

Nos relatórios dos anos de 1855 não há informações sobre o cemitério dos Remédios ou algum outro na cidade, nem sobre as despesas de manutenção dos mesmos, tornando a ser citado no ano seguinte, na sessão sanitária da Província, apresentada pelo presidente doutor João Pedro Dias Vieira, que apesar da epidemia de *cholerina* que se desenvolvia em algumas partes da província, ainda assim, o obituário do ano anterior (1855) foi inferior ou igual aos anos de 1853 e 1854.

Através da chegada do Vapor Marajó ao final do mês de junho de 1855, souberam que a *cholera-morbus* era a moléstia reinante no Pará e que algumas pessoas a bordo foram vítimas, sendo que duas haviam acabado de falecer. Ordenou-se então que fossem “sepultados em lugar distante d’esta Cidade” (Relatório, 1856, pg 4).

Não se pode dizer o mesmo sobre a febre amarela que tomou largas proporções desde o primeiro caso por eles notificado, atingindo também Serpa e a Vila de Silves, chegando a contaminar até dois terços da população, uma vez que a doença se manifestou com mais intensidade e “onde mais se demorou” (Relatório Sanitário, 1855, pg 5)

Dada a situação de óbitos e necessidades de espaço apropriado para os enterramentos, o cemitério existente no Bairro dos Remédios foi vedado e que se abrisse outro na estrada da *Caxoeira*, “que é o que actualmente está servindo”. (Relatório Sanitário, 1855, pg 5).

O Cemitério de São José foi mandado construir em 1855, no caminho da Cachoeira Grande, assim denominado até idos de 1866, passando a ser denominada de Estrada Epaminondas (Cupper, 2009, p.56). Sabe-se que no centro da cidade, no Largo da Matriz, faziam-se enterros, muitas vezes em covas de pouca profundidade, sendo suas sepulturas por diversas vezes violadas por animais (Silva, 2009, p.90) como mostra a publicação do periódico A Estrella do Amazonas

É bem notório que o Exmº Presidente da Provincia, reconhecendo quanto se faz sensível a falta de um cemiterio publico n'esta Cidade, como já ponderou no seu Relatorio à Assembléia Provincial, te a intenção de o mandar construir ou no lugar já designado na estrada da Caxoeira, ou em outro que por pessoas competentes seja indicado como preferível; mas essa construcção não pode deixar de soffrer demora por faltarem não só operários que n'ella sejam empregados sem prejuízo de outras obras em andamento, mas também os materiaes precisos, principalmente para a Capella que alli se deve edificar. Não devendo entretanto continuar a repugnante e lamentável pratica, que todos os dias observamos de enterrarem-se os cadáveres no largo da extincta Matriz (um dos lugares mais frequentados da Cidade e que nunca sérvio de Cemiterio) e nas imediações da Igreja dos Remédios, onde se tem visto restos mortaes de nossos semelhantes espalhados sobre a terra, e expostos sem o menor resguardo a voracidade dos cães e outros animaes (Estrella do Amazonas, 13 de maio de 1854)

Como é possível observar (figura 2), o cemitério dos Remédios não possuía quaisquer proteções contra invasores ou animais, o que acabava favorecendo para que cenas como as relatadas no periódico Estrella do Amazonas fossem denunciadas, exigindo das autoridades providências para resolver o problema. Além disso, o terreno irregular também não era favorável

para a inumação (figura 3) e organização das sepulturas, dificultando ainda mais a situação das famílias que necessitavam enterrar seus entes queridos.



Figura 2: Cemitério da Cruz Fonte: NERY, 1885. Ilustração acessada no acervo do Instituto Durango Duarte. Disponível em <https://idd.org.br/iconografia/antigo-cemiterio-dos-remedios/#materia> . Acesso em 23/012025



Figura 3: Cemitério da Cruz Ilustração acessada no blog Manaus de Antigamente, disponível em: <https://manausdeantigamente.blogspot.com/2019/10/cemiterio-antigo-de-manaus-que-existiu.html> em 24/01/2025

Através da figura 4, podemos observar o cemitério São José que dispunha de uma estrutura organizacional para preservar os inumados, com cercas e capela no terreno, onde também é possível observar que as sepulturas e túmulos eram relativamente modestas, uma vez que na região não havia marmoristas para serem contratados pelas famílias. O periódico Estrella do Amazonas em seu relato faz questão de ressaltar que o cemitério, quando de sua inauguração, se encontrava “cercado todo de achas de acaryquara, muito bem pregadas com simetria, promete longa duração” (Estrella do Amazonas, 11 de maio 1859, ed. 373. p.3) numa clara mostra de cuidado administrativo com os corpos ali depositados.



Figura 4: Cemitério São José, acessada no acervo do Instituto Durango Duarte em: <https://idd.org.br/iconografia/antigo-cemiterio-sao-jose/> em 27/01/2025

Em 1859 foi aprovado o Regulamento do Cemitério Público da Capital, onde foram instituídas regras como poder numerar as sepulturas, delimitação do tamanho que deveriam ter e a distância a se manter de uma para a outra. Também houve a preocupação com os mortos que fossem vítimas de epidemias, ficando proibida a sua exumação durante cinco anos. Para as sepulturas perpétuas e hereditárias houve a possibilidade da construção de mausoléus e desde que previamente aprovado na Câmara Municipal.

As graves secas que atingiram a província do Ceará entre 1877 e 1879 causaram grandes fluxos migratórios. As deslocações provocaram pânico em grande escala entre as autoridades. Além do colapso econômico causado pela morte do gado e pela quase inexistência da produção agrícola, saques, rebeliões e pedidos de ajuda pública por parte de agricultores e artistas desempregados abalaram completamente as normas de controle social. Naquela época, Fortaleza, capital do Ceará, era o destino de mais de 100 mil migrantes da época, conhecidos como retirantes, um total que se aplicava à população local, que era de 25 mil habitantes. Outras localidades do litoral e do interior enfrentaram desafios semelhantes, intensificados pelo progresso de conflitos e pela epidemia de varíola.

Os líderes cearenses recorreram à concessão de passagens e ao incentivo à migração para outras províncias para tentar restaurar a ordem. As províncias ao oeste do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, foram as que mais acolheram o fluxo de imigrantes. Nos portos de desembarque, os trabalhadores foram recrutados como mão de obra em construções públicas, colônias agrícolas e seringais.

No entanto, os constantes desembarques e o desvio de fundos públicos comprometeram a capacidade de assistência nas províncias que receberam os cearenses em fuga. (Barboza, 216, p. 131-155)

Apesar das escassas referências sobre a temática, Reis (1989, p.220-225) fez um rápido registro informando que em março de 1879 já haviam entrado em Manaus mais de seis mil retirantes cearenses. O governo criou colônias agrícolas, sendo duas nas cercanias de Manaus. Apesar dos esforços do governo em aumentar o abastecimento da cidade, Reis aponta o declínio no período de 1860 até a República, tendo um dos motivos apontados, a fuga de braços para a região de extração da borracha, o que acirrava rivalidades entre setores da elite local.

A dissertação de Mestrado em História defendida por Júlio Santos da Silva (2012), na Universidade Federal do Amazonas, foi um trabalho sobre o adoecer na cidade de Manaus de 1877 a 1920, em que a cidade passava pelo seu *boom* de crescimento por conta do período áureo da borracha, além do crescimento populacional com a chegada de migrantes principalmente oriundos da província do Ceará, o que também provocou um certo desordenamento urbano e a culpabilização desses migrantes como únicos responsáveis pelas doenças

ocorridas no período como aparece também no relatório de 1889: O relatório emitido pela Higiene Pública apresenta aumento de casos de enterite e sarampo informando que “o obituário tem crescido enormemente. Comparando-se com o período de 1888, houve um acréscimo de 658 óbitos para mais no corrente anno” (Inspeção da Higiene Pública do Amazonas, 18 de março de 1889)

As epidemias advindas desse período, de acordo com Silva (2012) revelam que havia uma preocupação sobre o que fazer com os doentes e com os que vinham a falecer, onde enterrá-los dentro das novas regras de higiene pública, porquanto a “cidade deveria disciplinar e retirar os mortos dos átrios e jardins das igrejas para enterrá-los em cemitérios públicos em conformidade com as normas de higiene” (SILVA, 2012, p.89). Ainda de acordo com Silva, os cemitérios eram construídos em áreas afastadas do centro da cidade pois só assim o ambiente estaria livre do foco de epidemias.

Rosineide de Melo Gama em sua dissertação de Mestrado em História intitulada *Dias Mefistofélicos: A Gripe Espanhola nos Jornais de Manaus (1918 – 1919)* apresenta-nos o comportamento social da cidade de Manaus diante da presença da morte representada no surto da gripe espanhola ¹ que afetou a cidade no final de 1918 e início de 1919. Apesar de não estar focada no estudo cemiterial a autora dispõe de algumas linhas analisando a situação dos enterramentos das vítimas da influenza que ficavam muitas vezes expostas nas ruas à espera do carro de coleta para serem enfim levados aos cemitérios onde teriam seu destino final. É necessário perceber que diante das epidemias que assolam determinados lugares há uma falha nos serviços públicos e as áreas periféricas normalmente são

¹ A gripe espanhola, também conhecida como *la dansarina*, gripe pneumônica, peste pneumônica ou simplesmente pneumônica, foi uma devastadora pandemia que assolou o mundo entre 1918 e 1919, resultando em milhões de óbitos, principalmente entre os jovens. A expressão "gripe espanhola" foi criada devido ao fato de que muitas informações sobre a doença foram divulgadas pela mídia espanhola. Os meios de comunicação deste país, que permaneceu neutro durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), não estavam sujeitos à censura em relação às informações sobre a epidemia, ao contrário da mídia dos países em conflito. Portanto, ao chegar a um país, a gripe era imediatamente apelidada de "espanhola". Desconhece-se sua origem geográfica, mas sabe-se que o primeiro caso observado se verificou nos Estados Unidos em março de 1918, no Texas, e uma semana depois, em Nova Iorque. Estima-se que a pandemia tenha impactado, direta ou indiretamente, aproximadamente 50% da população global, resultando na morte de 20 a 40 milhões de indivíduos - mais do que a Primeira Guerra (cerca de 15 milhões de vítimas) -, motivo pelo qual foi classificada como a mais séria pandemia da história. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/gripe-espanhola> acessado em 20/07/2024

as mais afetadas pela falta de infraestrutura necessária e a autora abarca também essa ausência dos serviços públicos em áreas mais afastadas dos centros onde ocorreu uma exposição maior dos mortos nas ruas por vários dias à espera do serviço de coleta.

Devido à enorme quantidade de corpos espalhados pelas ruas, Manaus, nos dois últimos meses do ano, mais se pareceu como uma grande necrópole. Eram corpos em frente às igrejas, em praças, empilhados nos bairros carentes, em frente aos mercados, em canoas abandonadas na travessia de São Raimundo para Aparecida. O pavor, as lágrimas, o medo, a miséria, a fome, os mortos, a confusão de cadáveres, a dor e o desespero deram ao espaço urbano um ar verdadeiramente sinistro. (Gama, 2013, p. 133)

Maria Terezinha da Rosa Cupper apresenta em sua dissertação de Mestrado em Educação o tema *Educação Cultural: Leitura do Cemitério São João Batista – Manaus/Am* onde a mesma apresenta a importância de se trabalhar o espaço cemiterial nas escolas como forma de valorização da cidade e de sua história.

É possível através do seu trabalho ver um entrelaçamento entre a criação e desativação do Cemitério São José e o traslado dos restos mortais e túmulos para o Cemitério São João Batista de acordo com a importância social dos que ali estavam enterrados.

[...] no campo constatou-se que o traslado de um cemitério para outro procurou preservar as peças escultóricas de maior valor, em muitas delas o material utilizado foi o mármore de Carrara. Possivelmente os túmulos de pessoas oriundas de famílias tradicionais da sociedade amazonense tiveram o traslado do túmulo e dos adornos para o novo cemitério de São João Batista. Porém, muitos outros foram enterrados no túmulo monumento coletivo. Uma placa indica os nomes dos enterrados ali. (Cupper, 2009, p. 138, 139)

No capítulo dois intitulado “O cemitério e a produção da cidade”, a autora apresenta o processo de secularização dos cemitérios que ocorreu aqui no Brasil a qual deixa claro que esse processo ocorreu em tempos diferentes

Temos uma controvérsia em relação a provável data de quando realmente este processo foi iniciado. O importante é que mais pesquisas sejam realizadas sobre os cemitérios no Brasil para que os estudos possam balizar trabalhos de reconstituição histórica da Cidade dos Mortos comparando os estudos com a “Cidade dos Vivos.” De toda forma o final do século XIX é o marco inicial da construção de cemitérios secularizados tanto na Europa, Brasil e demais países da América Latina. (Cupper, 2009, p. 55)

Em seguida passa à análise da secularização dos cemitérios em Manaus e como se deu essa relação entre a cidade dos vivos e a cidade dos mortos. Com isso, Cupper também faz referência ao Cemitério São José, a necessidade de sua criação, sua utilização e o seu desativamento e traslado de túmulos para o São João Batista

Em Manaus, o cemitério de São José localizava-se no atual Clube Rio Negro, foi incorporado ao Cemitério de São João Batista construído em 1891. Os túmulos de maior valor do desmonte do Cemitério de São José, encontram-se enfileirados numa quadra próxima a área central do São João Baptista e, muitos restos mortais foram enterrados em um ossuário coletivo construído para este fim, conforme placa de indicação. (Cupper, 2009, p. 64)

Na Carta Cadastral de Manaus de 1906, (figura 5) é possível perceber o quanto a cidade conseguiu se desenvolver, ainda mais comparando com o mapa da cidade de 1852 (figura 1). Esse desenvolvimento deve-se principalmente por conta da riqueza advinda da exploração da borracha, como por conta da vinda de migrantes brasileiros e estrangeiros para a cidade, fazendo com que os investimentos em infraestrutura melhorassem. Na figura 5, os cemitérios de São José e São João estão destacados para uma melhor identificação dos mesmos no mapa, sendo o círculo preto onde se localiza o Cemitério São João e o círculo vermelho, para o Cemitério São José.



Figura 5: Carta cadastral da cidade de Manaus e arrabaldes, levantada por João Miguel Ribas na administração de Eduardo Ribeiro, 1895, com o Cemitério Municipal de São João destacado por círculo preto e o cemitério São José pelo círculo vermelho grifos da autora

Resta o questionamento de Cupper sobre os porquês do traslado e a mesma traz uma resposta como possibilidade, lembrando que a pesquisa dela estava voltada para o Cemitério São João Batista e não para o Cemitério São José

Em Manaus, o cemitério de São José localizava-se no atual Clube Rio Negro, foi incorporado ao Cemitério de São João Batista construído em 1891. Os túmulos de maior valor do desmonte do Cemitério de São José, encontram-se enfileirados numa quadra próxima a área central do São João Baptista e, muitos restos mortais foram enterrados em um ossuário

coletivo construído para este fim, conforme placa de indicação. (Cupper, 2009, p. 64)

No Relatório do Inspetor da Higiene do Estado apresentado ao governador Eduardo Ribeiro em vinte de junho de 1893, encontramos suas considerações sobre o que fazer ao cemitério São José:

Há em um dos mais importantes locais d'esta cidade um estabelecimento que urge ser arrasado e substituído por um jardim: - é o cemitério de S. José. Fechado há mais de dous anos, hoje representa um espectro que deve ser evitado à vista de publico. Provavelmente a presente lembrança horrorizará a muitos que lá guardão como relíquias os restos mortaes de seus parentes e amigos, mas a hygiene publica julga inconveniente a permanência de tal estabelecimento e para facilitar a retirada de taes relíquias lembra a ideia de ser dado pela Intendência no cemitério publico de S. João um lugar a todos que tenham direito ao repouso eterno no cemitério S. José por motivo de compra. (RELATÓRIO, 20 de junho de 1893)

Para a administração local da época, era inadmissível que um cemitério ficasse às vistas das pessoas na cidade, portanto essa urgência em fazer o traslado dos corpos e desativar por completo qualquer lembrança que poderia haver sobre a existência do antigo cemitério.

Em sua dissertação intitulada *Comprando Saúde – o consumo de remédios e seu contexto na Manaus antiga (1892 – 1939)*, Samuel Lucena de Medeiros apresenta-nos um cenário da Manaus em transição do período áureo da borracha para a sua futura decadência e que lida com as necessidades medicamentosas e de acordo com as posturas e códigos da época e como a administração pública vem lidando com as enfermidades que assolam a cidade de Manaus, principalmente com a criação de hospitais e lazaretos para permanência dos doentes como no caso dos portadores da elefantíase. Outro estabelecimento que é mencionado diz respeito ao Hospital São Vicente que se encontrava em ruínas no início da década de 1850, e realizava atendimentos ao público militar, mas também atendia pessoas de baixa renda.

O autor também faz um levantamento das mensagens, instruções e relatórios dos presidentes de província e dos governadores sobre as moléstias que mais incidiam na época e que requeriam mais atenção da Intendência de

Higiene: “As doenças que mais insidiam eram já conhecidas: a elefantíase dos gregos, a febre amarela, e a varíola”. (Medeiros, 2020, p.28). Apesar de haver vários registros de doenças endêmicas na província do Amazonas, a quantidade de médicos era insuficiente para a demanda:

A pouca assistência pública à saúde proporcionou o triste cenário que se viu no ano de 1856, quando, de acordo com os dados de Antonio Jose Moreira apresentados no relatório daquele mesmo ano, a primeira epidemia de febre amarela reduziu a população da Cidade da Barra para cerca de 1300 habitantes, morrendo a maior parte dela (Medeiros, 2020, p.29,30).

Em sua tese intitulada *La Belle Vitrine*, Otoni Mesquita apresenta como a reforma urbana ocorrida em Manaus no final do século XIX tratava-se de uma propaganda procurando trazer ares de modernidade e com isso, atrair investidores e trabalhadores que se dispusessem a desbravar o norte do país, principalmente por conta da importância da *hevea brasiliensis* na indústria internacional. Fazia-se necessário tirar a aparência de vila que a cidade ainda carregava e criar elementos que pudessem destacar a arquitetura e a paisagem, daí Manaus passar a ser a “Paris dos Trópicos”, afinal a França era a referência cultural.

Mesquita então, vai discutir a transformação do espaço urbano visto que a cidade não é rígida em sua forma, mas sim, modelável, ou seja, sofre adaptações através de acontecimentos políticos, sociais e culturais de determinados grupos. Nem sempre essas mudanças são possíveis de se perceber de imediato. Porém, as ações promovidas através da administração pública são mais facilmente validadas e reconhecidas.

À medida que a cidade cresce, se transforma e ao mesmo tempo resiste às alterações impostas, principalmente nas áreas centrais, podemos observar, principalmente por meio dos jornais da época, o desenvolvimento e a diversidade que se manifestam nos habitantes e os desafios que os enfrentam menos privilegiados.

Enquanto a administração pública visava reestruturar a parte central da cidade, promovendo reformas nos prédios, melhorias nas avenidas e praças, os

moradores das áreas adjacentes ficavam sem assistência, sendo possível apenas perceber essa negligência através de queixas realizadas nos jornais, em pequenas notas.

1.3 Códigos de Postura Municipal de 1838 a 1910

Após a Independência do Brasil, faz-se necessário estabelecer as leis que regerão o país e darão o ar de modernidade e civilidade que se espera de uma nação. Por conta disso, além da Constituição, é necessário organizar normas sobre a construção de prédios e repartições, imóveis para moradia e alojamentos; além das medidas sobre o controle policial nas localidades.

Os Códigos de Posturas, também conhecidos como Posturas Municipais, surgiram no século XIX como uma necessidade de um novo enquadramento jurídico que reorganizasse as relações sociais, as relações de produção e a coexistência urbana. O ambiente urbano como fonte de problemas humanos será o foco de legisladores, engenheiros, médicos e sanitaristas que elaboraram códigos e leis para prevenir a disseminação de enfermidades e regular o ambiente urbano e a população. A noção de punição remete à noção de prevenção, ou seja, a punição é vista como um mal positivo que deve ser corrigido através da prevenção. Uma comunidade e sociedade específica, portanto, também assumem um âmbito normativo.

As disposições de conduta seguem uma perspectiva correlacional, garantindo a ordem e a segurança da população. São um conjunto de regras que estabelecem padrões de comportamento e coexistência para uma determinada comunidade e sociedade, assumindo, portanto, uma natureza normativa. (SCHMACHTENBERG, 2008)

Para completar nossa análise legislativa, não poderemos deixar de observar o Código de Posturas Municipal, uma vez que o Artigo 169 da Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824 estabelecia que era tarefa das câmaras municipais a formulação e aplicação dos seus códigos de postura. A partir de 1834 ocorre uma alteração, passando a ser responsabilidade das Assembleias Legislativas Provinciais a aprovação dos códigos propostos pelas câmaras municipais.

Temos registrado em 1838 o primeiro código de posturas policiais que deveriam ser observados na Vila de Manaus, onde apresentam-se em vinte e quatro artigos as normas que devem ser obedecidas na cidade, sem que haja, porém, quaisquer referências a sepultamentos, enterros, inumações ou similares dentro e fora das igrejas ou dos limites da cidade. Bem como não cita moléstias, nem doenças ou epidemias que possam assolar a cidade, exceto no artigo dezenove onde cita o mal de elefância:

Art. 19 - O Fiscal terá toda vigilância possível, sobre as penas, digo, as pessoas que tiverem o mal de elefância e denunciará disso imediatamente ao Juiz competente, para que faça logo expoliar de dentro da vila, Freguesia ou sítio, que tenham vizinhos pertos a Capital para que lá façam recolher ao Hospital do Lazarêto – e se assim o não fizer, ficará responsável. (Posturas municipais, Amazonas (1838-1967). Organização de Patrícia Melo Sampaio. – Manaus: EDUA 2016. 406 p.

Baseados na Lei Imperial de 1828, no Título III das Posturas Policiais, no artigo 66 que determina que terão a seu cargo tudo quanto diz respeito à polícia e serão responsáveis pelas posturas dos seguintes objetos:

*§2º Sobre o estabelecimento de cemitério
s fóra do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade ecclesiastica do lugar; sobre o esgotamento de pantanos, e qualquer estagnação de aguas infectas; sobre a economia e asseio dos curraes, e matadouros publicos, sobre a collocação de cortumes, sobre os depositos de immundices, e quanto possa alterar, e corromper a salubridade da atmospherá.*

§ 3º Sobre edificios ruinosos, escavações, e precipicios nas vizinhanças das povoações, mandando-lhes pôr divisas para advertir os que transitam; suspensão e lançamento de corpos, que possam prejudicar, ou enxovalhar aos viandantes; cautela contra o perigo proveniente da divagação dos loucos, embriagados, de animaes ferozes, ou damnados, e daquelles, que, correndo, podem incommodar os habitantes, providencias para acautelar, e atalhar os incendios.

(Lei de 1º de outubro de 1828. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm

Teremos em 1848 no Título I das Posturas Gerais, que regem todos os municípios da Província do Grão-Pará, o Capítulo I acerca dos cemitérios, informa que se até o final de 1852 as Câmaras Municipais não fizerem cumprir o que determina a legislação imperial, serão multados em trinta mil réis por cada um dos membros, pelo Presidente da Província, se não cumprirem tais deveres.

No artigo 4º e 5º determinam que é responsabilidade das Câmaras, caso não tenham terreno para a edificação dos cemitérios, que seja proposto ao Governo os meios de obtê-lo, e uma vez que os cemitérios sejam construídos fica proibido enterrar “nos templos, ou átrios destes, sob pena de ser multado o infrator em vinte mil réis ou oito dias de prisão” (Posturas Municipais, Amazonas 1838-1967.pg 18).

Com a elevação do Amazonas à categoria de Província em 1850, Manaus obtém legislação própria a partir de 1869, através da lei nº 196 de 26 de maio, onde aprovam-se alguns artigos de posturas da Câmara Municipal, porém, sem fazer referências a enterramentos, cemitérios e demais disposições a respeito das inumações, sejam em igrejas, terrenos adjacentes ou fora dos limites da cidade.

Sob a Lei nº 247 de 1 de junho de 1872, Manaus tem a promulgação de seu Código de Posturas Municipais e no Título II sobre Cômodo e Segurança Pública o artigo 30 dispõe sobre a proibição de livre trânsito das pessoas alienadas ou acometidas de elefantíase ou outras doenças contagiosas que deverão ser tratadas em casa ou recolhidas a algum estabelecimento que for designado, com aplicação de multa de trinta mil réis ou oito dias de prisão e o dobro em caso de reincidência. (Posturas municipais, Amazonas (1838-1967)).

O título X do mesmo código refere-se aos cemitérios e enterramentos, composto dos artigos 104 e 105. O artigo 104, versa sobre a condução dos cadáveres em caixões para que não exalem cheiro, com o pagamento de multa de vinte mil réis e o dobro do valor em caso de reincidência da infração. No artigo 105 informa que os terrenos ao sul dos cemitérios são locais apropriados para que sejam enterrados animais, com pagamento de multa no valor de dez mil réis por infração. (Posturas municipais, Amazonas p.57).

Tornaremos a ter legislação cemiterial a partir do Código de Posturas nº 49, de 24 de novembro de 1896, onde no Capítulo X teremos as informações sobre os cemitérios e enterramentos. Composto por oito artigos, é do século XIX até

agora, o maior registro que temos na cidade de Manaus sobre a legislação cemiterial.

É importante ressaltar que neste período Manaus vivia o crescimento econômico promovido pela exploração da borracha. A cidade passa a receber pessoas vindas do exterior para realizar negócios aqui, consequentemente fazendo a administração pública preocupar-se com o Plano de Embelezamento da cidade, como apontado por Mesquita (2005; 187).

Dito isto, temos uma legislação que busca regular de forma criteriosa o funcionamento do serviço funerário em Manaus, desde a legitimação dos locais de enterramento, e em caso de infração, penalidade de multa e prisão. Além de determinar os horários em que ocorrerão as inumações, assim como os procedimentos para os casos de morte por doenças contagiosas. Observa-se também a exigência de atestado que comprove a identidade do falecido e a causa da morte com risco de aplicação de multa aos infratores.

No artigo 282 fica determinado que as exumações só serão permitidas após passarem ao menos, três anos do enterramento, salvo casos em que se faça necessário por uso de diligência da polícia ou atestado pela Repartição de Higiene do Estado for provado não haver inconveniência para a salubridade pública.

Interessante notar que o último artigo, 284, proíbe expressamente o dobrar dos sinos aos finados, sob multa de 20\$000 réis ao infrator e o dobro em caso de reincidência. O dobre dos sinos era uma prática comum que servia para anunciar certos acontecimentos na cidade, desde um aviso de incêndio, como relatado pelo padre Manoel Raymundo Alves, na sessão Publicações Solicitadas, que *“estando-me ausente de minha residência, sou dispertado por gritos e pelos toques dos sinos da matriz que annunciavão incêndio”*. (Jornal do Amasonas, anno 1, 2 de abril de 1876, Publicações Solicitadas, Rio Negro. Padre Manoel Raymundo Alves, Barcellos, 14 de março de 1876)

Entretanto, é possível encontrar em periódicos como o Amazonas, na edição de 27 de abril de 1879, também na sessão Publicações Solicitadas, que o dobre dos sinos aos finados *“não pertence mais aos nossos dias”*, demonstrando claramente um descontentamento e incômodo com a prática que para o autor do artigo, remete a um comportamento de povo bárbaro, anos antes de sua proibição no Código de Posturas:

O dobre de sinos pelos finados é uma uzança, que não pertence mais aos nossos dias.

Em paiz nenhum civilizado, e á excepção, única talvez, da capital do Pará, em que nenhuma outra cidade adiantada do Brasil se faz uso de tal signal para anunciar que a igreja romana também sente a morte dos seus filhos.

Na corte do Império, que é o centro para onde devem convergir-se todas as nossas vistas, está inteiramente abolida essa usança dos tempos bárbaro e que sem duvida prejudica o estado melindroso dos enfermos e dos moribundos, que se impressionam com esses gemidos não da igreja, como se diz, mas dos parochos, gemidos hypocritas, que, para atestar o atraso da nossa civilização, são pagos á peso de ouro, e quantas vezes, sabe Deus, com que sacrificios!

Avisamos, pois, aos habitantes desta cidade que devem cessar com a pratica retrograda de mandar dobrar os sinos pelos finados.

É preciso acompanhar a civilização e banir do nosso lar essas idéas anachronicas, que há muito perderam a sua actualidade.

Sejamos catholicos, os que professam a santa religião de Jesus Christo, mas sejamos tambem cidadãos civilizados, para que não nos lancem em face o labéo de povo bárbaro. Pedro Botelho (Amasonas, 1879, nº 270 p.3)

Essa proibição à prática de dobrar os sinos em anúncio à morte de alguém, remete-nos ao que Ariès apresenta na chamada morte interdita. Em seu livro *O homem diante da morte*, somos apresentados aos rituais característicos da sociedade ocidental do período medieval onde a morte era domesticada, em casa, familiar, quase uma encenação do que acontecia, onde amigos e parentes cercavam o moribundo, contemplando-o em suas horas derradeiras, uma vez que “durante séculos, a morte era um espetáculo público que ninguém pensaria em esquivar-se” (Ariès, 2003, p.22).

Por não ser possível impedir a morte, buscou-se silenciá-la, por ser vista como uma ruptura e não mais uma continuidade da vida, como nas sociedades primitivas, “no ser humanos, o surgimento da razão trouxe necessariamente consigo a assustadora certeza da morte” (Schopenhauer, 2020, p.3) e “como permanência antropológica, tem tido o ser humano, ao longo dos tempos, que negociar com essa morte, no sentido de diminuir a angústia mortal dessa ausência/presença, ruptura/continuidade, promoção/destruição que é morrer.” (Bellato, 2005)

A cidade vai sendo organizada e modelada de acordo com acontecimentos políticos, sociais e culturais, nem sempre visando o interesse de toda a população,

portanto, o atendimento oferecido a cada agrupamento social é diversificado, uma vez que para exaltar uma qualidade, é necessário esconder um defeito.

No Relatório de 1901, no capítulo VIII – Cemitérios e enterramentos, mantêm-se basicamente as instruções do relatório anterior, exceto sobre o dobrar dos sinos que não é citado em nenhum dos seis artigos.

Em 1910 temos um novo Código de Posturas promulgado a 13 de setembro, onde temos no capítulo V, sobre as edificações urbanas, a proibição de construção de prédios em terrenos próximos ao cemitério, sem que sejam feitas as obras necessárias para impermeabilizar e evitar a infiltração da água proveniente da necrópole, sendo expressamente proibida a abertura de poços e cacimbas para evitar quaisquer contaminações.

No mesmo código, no capítulo XXIII, aparecem vinte e um artigos a respeito dos sepultamentos, com determinações mais específicas que os anteriores:

Art. 336 - Somente nos cemitérios públicos ou em lugares permitidos pela Superintendência, se consentirá o enterramento de defuntos. Ao infrator, multa de 100\$000.

Art. 337 - Os cemitérios ou lugares de inumações deverão ser instalados longe dos centros populosos, a 300 metros, pelo menos, afastados das habitações.

Art. 338 - O terreno para cemitério deverá ser moderadamente poroso e formado de granulações até grande profundidade.

Art. 339 - Para isso, deverão ser escolhidos, de preferência, os terrenos calcários e ferruginosos.

Art. 340 - Cada cadáver será enterrado em cova separada, que terá no mínimo 1,50 de profundidade sobre 0,80 de largura, devendo ser o comprimento na medida de 2 metros para adulto, e de 1 ½ metros para crianças.

Art. 341 - Entre duas sepulturas contiguas deverá haver um espaço de 60 centímetros.

Art. 342 - As inumações serão feitas:

a) Das seis horas da manhã até às seis da tarde, salvo nos casos de epidemia.

b) Somente 24 horas depois de ocorrido o óbito, à exceção dos casos de moléstias infetuosas, em que o médico assistente declarará no atestado a necessidade de pronto enterramento.

c) Em caixões fechados, de madeira leve e de fácil decomposição.

Parágrafo Único - Os contraventores destas disposições serão multados em 100\$000.

Art. 343 - Os enterramentos dos cadáveres de pessoas vitimadas por moléstias infetuosas ou contagiosas, serão feitos dentro do menor prazo possível depois de obtido e depois de satisfeitas as exigências da lei.

§ 1º - Os cadáveres, nos casos previstos neste artigo, serão envoltos em lençóis fortemente embebidos em soluções antissépticas, e os caixões serão pregados em toda a sua extensão.

§ 2º - Aos infratores, multa de 100\$000.

Art. 344 - Incorrerão na multa de 50\$000, aqueles que apresentarem, sem os documentos da lei, cadáveres para serem inumados.

Art. 345 - É proibido o enterramento de defuntos nas igrejas, sob pena de multa de 100\$000.

Art. 346 - Os enterramentos deverão ser feitos de modo que não prejudiquem a saúde pública.

Art. 347 - É proibido o transporte de cadáveres em carros que não sejam exclusivamente destinados a isso, sob pena de multa de 100\$000.

Art. 348 - Os carros fúnebres deverão ser construídos por forma tal, que se prestem as lavagens e desinfecções rigorosas que se tornarem necessárias.

Art. 349 - O lugar onde houver de pousar o caixão deverá ser revestido de placa metálica impermeável.

Art. 350 - Os caixões para transporte de cadáveres de indigentes e que não tenham de ser com os mesmos enterrados, deverão ser sólidos e forrados de metal.

Parágrafo Único - Esses caixões deverão ser, indispensavelmente, desinfetados sempre que tiverem servido.

Art. 351 - Os carros fúnebres que transportarem cadáveres de pessoas vitimadas por moléstias transmissíveis deverão ser sempre rigorosamente desinfetados.

Art. 352 - Nenhuma exumação será feita sem prévia notificação a família do morto, e sem as prescrições legais e higiênicas serem escrupulosamente obedecidas.

Art. 353 - A exumação só será permitida:

a) Em caso de diligências policiais.

b) Quando o médico municipal verificar e declarar não haver nisso inconveniência para a salubridade pública, - nunca, porém, antes de decorridos três anos contados da data da inumação.

Art. 354 - A incineração dos cadáveres será permitida logo que sejam instalados fornos crematórios.

Art. 355 - Aos administradores dos cemitérios cumpre executar fielmente as determinações destas Posturas.

Art. 356 - É expressamente proibido que se toquem na cidade, dobres a finados. Ao infrator, multa de 50\$000 (Posturas Municipais, Amazonas (1838-1967))

A necessidade de se apresentar a cidade como um local moderno, que segue os padrões exteriores e acompanha o que outras cidades do Brasil e do exterior vivenciam, faz parte do projeto de modernização que a administração pública buscava apresentar sobre a cidade de Manaus nesse período de fertilidade econômica promovida para exploração da borracha.

Ao observarmos que a proibição do dobrar dos sinos e os mais detalhamentos sobre como proceder nos atos de enterramento e exumação, ocorrem em anos específicos, somos levados a crer que essas medidas ocorrem durante o período em que a cidade é acometida por mortandades causada por doenças contagiosas, e serão exploradas no próximo capítulo.

O cemitério público secularizado se transformou numa 'instituição cultural', além de ser de natureza religiosa. Está intrinsecamente ligado à invenção moderna, participa da reestruturação da sociedade que, a partir de agora, lida com o embate dialético entre duas realidades conceituais de vida: 'a cidade dos mortos'. Em relação à 'cidade dos vivos', a burguesia se empenhou em estabelecer novos padrões gerais de urbanização e novos tipos de serviços, tais como moradias, escolas, teatros, acomodações e indústrias. Inicialmente, as construções tinham como objetivo o bem-estar coletivo e o avanço, provenientes da Revolução Industrial. Em relação à 'cidade dos mortos', a burguesia se permitiu construir uma arquitetura funerária que refletisse seu gosto e suas modestas fantasias. Simulou, em escala reduzida, os estilos arquitetônicos da cidade idealizada (Borges, 2002, p.30)

CAPÍTULO 2 – FRAGMENTOS DA MORTE: EXPLORADORES, MOLÉSTIAS, HOSPITAIS E CEMITÉRIOS EM MANAUS NO SÉCULO XIX

2.1 A Comarca na visão dos exploradores Bates e Agassiz

Henry Walter Bates, explorador naturalista e explorador inglês, que passou onze anos na região amazônica, teve uma passagem pela cidade da Barra onde deixou algumas impressões, fazendo um pequeno levantamento histórico da localidade, informando que em 1809, Barra foi elevada à cabeça do distrito, vindo portugueses e brasileiros fixar residência, onde no curso de trinta ou quarenta anos, conseguiu tornar-se, depois de Santarém, a principal povoação às margens do Amazonas. Entretanto, por ocasião de sua visita, encontra-se em declínio, onde, em 1850, possuía cerca de três mil habitantes. (Bates.1944; 362;363)

Quando da criação da nova Província em 1852, a cidade da Barra foi escolhida como a nova capital e batizada com o nome de Manaus, porém a situação da cidade apesar de, na visão de Bates, possuir muitas vantagens como clima salubre, ausência de pragas e insetos, solo fértil e outrora agradável lugar de residência, encontrava-se em lamentável estado de escassez, tanto de gêneros alimentícios mais necessários, quanto de mão de obra para produzir os alimentos.

O censo de 1858 indicava uma população de 55 mil habitantes, e o “distrito da Barra, que compreende larga área em torno da capital, tem apenas 4500 habitantes.” Em compensação, possuía imensa quantidade de funcionários na administração pública acumulados na capital que apesar das formalidades características dos brasileiros, a maior parte do tempo, ficavam sem ter o que fazer. (Bates,1944. p.364)

Essa situação gera uma indignação em Bates ao perceber que os portugueses preferem a atividade comercial ao trabalho braçal na lavoura, mesmo que lhes renda poucos recursos e este tenha grandes possibilidades de lucro

Os portugueses, que emigram para o Brasil, parecem preferir o pequeno comércio aos trabalhos muito mais nobres da agricultura. Se os ingleses são uma nação de mercadores a retalho o que dizer dos portugueses. Conte em Barra uma tenda para cada cinco casas de residência. Estas tavernas geralmente não tinham mais de 50 libras de mercadorias como capital, e os seus proprietários, portugueses altos e robustos, passavam

o dia todo atrás dos imundos balcões para vender alguns vintens de cachaça ou de mercearia. Todos estes homens dão a mesma desculpa. porque não se dedicam à agricultura: não haver braços para trabalharem o solo. Nada se pode fazer com os índios. De facto eles estavam rapidamente abandonando os subúrbios, e a importação de negros escravos, no louvável estado de espírito atual dos brasileiros, está fora de cogitações. (Bates, 1944; 364, 365)

Em 1865, o casal Agassiz empenhados em executar a expedição Thayer, de caráter científico às terras brasileiras e consequentemente aportando também em Manaus realizaram registros sobre a cidade e suas experiências por aqui. Elizabeth Agassiz é quem narra as informações da viagem e compartilha suas impressões sobre os lugares por onde passam.

A primeira vez que cita Manaus, é sobre o trajeto que farão de Pará até a “pequena vila situada na embocadura do rio Negro” (Agassiz, L; Agassiz, E 2000. p.158) e que levaria cerca de cinco dias, porquanto a companhia brasileira de navios a vapor dispensou-lhes por um mês, uma embarcação para realizarem o trajeto sem que houvesse preocupações com outros passageiros, o que lhes permitiria fazer paradas ao longo do trajeto para explorar os locais que lhes atraíssem.

A senhora Agassiz procura narrar o máximo de detalhes possíveis, desde as acomodações no navio às paradas que se fizeram durante o trajeto até o ao encontro dos rio Negro e Solimões e a chegada enfim a Manaus, onde foram alojar-se na casa do Major Coutinha que havia cedido-lhes a moradia, e de onde a senhora Agassiz faz elogios à hospitalidade que lhes cercaram.

Quanto às suas impressões sobre Manaus, ela começa se perguntando sobre o que dizer da cidade, uma vez que, apesar de ser a capital da Província, não possuía ares modernos, contrastando com Nova Iorque, Rio de Janeiro e até mesmo Belém, suas falas não foram das melhores no quesito desenvolvimento estrutural como é possível observar na figura 6, onde temos um vislumbre da aparência da cidade de Manaus ao tempo da visita do casal Agassiz.

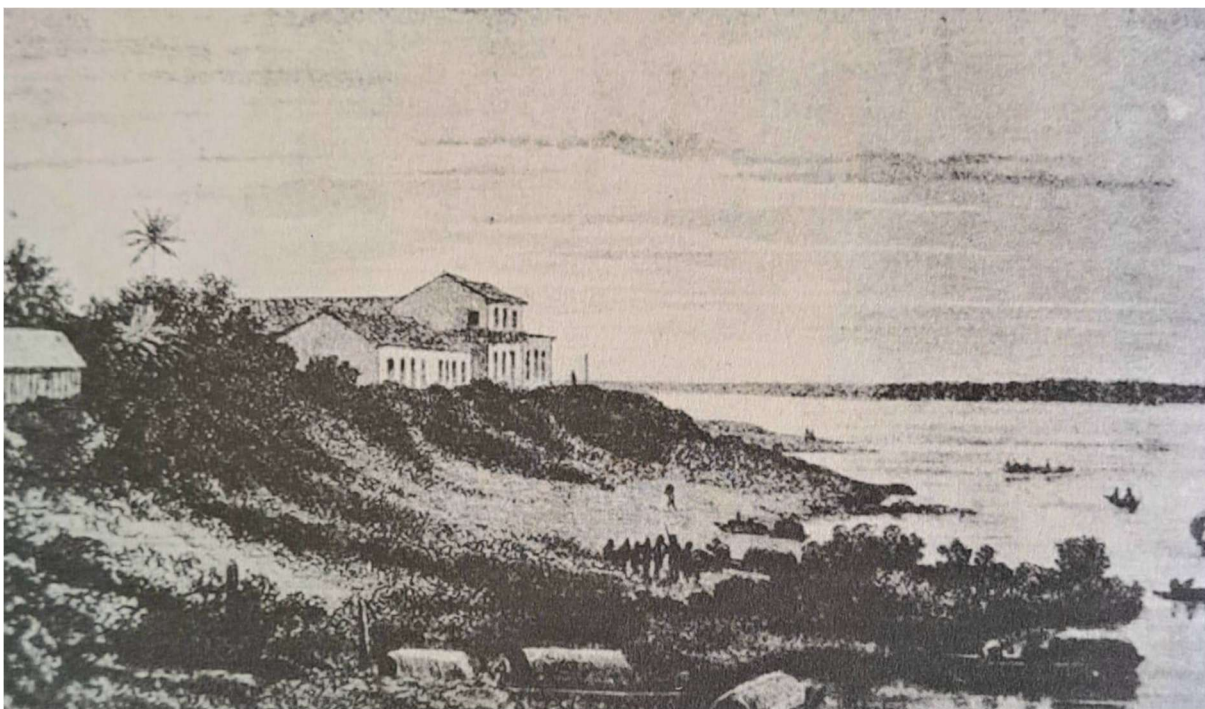


Figura 6: Fonte: Louis Agassiz. Viagem ao Brasil 1865 – 1866. In: Otoni Mesquita, 2019. p. 40

Que poderei dizer da cidade de Manaus? É uma pequena reunião de casas, a metade das quais parece prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara legislativa, Correios, Alfândega, Presidência. Entretanto, a situação da cidade, na junção do rio Negro, do Amazonas e do Solimões, foi das mais felizes na escolha. Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação. Mas quando se pensa na imensa vastidão dessas terras cobertas ainda por florestas impenetráveis, nas consideráveis dificuldades que impedem a criação de povoações nesta região – insetos, clima, comunicações difíceis – parece bem longe o dia em que uma população numerosa venha se fixar nas margens do Amazonas, em que embarcações a vapor venham circular dos seus portos aos do Mississípi e em que todas as nações do globo venham buscar a sua parcela nos ricos produtos desta bacia. (AGASSIZ, L; AGASSIZ, E. 2000.pp 196,197)

Apesar dessas considerações de não vislumbrar a possibilidade de navegação e crescimento nos rios amazônicos, em 1867 houve a admissão para que navios mercantes de todos os pavilhões, nas águas do rio Amazonas. (Agassiz, L; Agassiz, E 2000. p.197)

Partiram a 12 de setembro em direção à Tabatinga, e só retornariam a Manaus em 23 de outubro, onde abrigaram-se “num velho edifício caindo aos

pedaços” que funcionava a secretaria de finanças.

Juntamente ao casal Agassiz, fazia parte da expedição o artista suíço Jacques Burckhardt, responsável pelas aquarelas, e graças ao seu trabalho, podemos ter uma noção de como era a cidade de Manaus, não só no que diz respeito às impressões dos viajantes, mas por conta dos detalhes captados pelo artista em suas obra, fazendo com que as descrições ganhem mais expressividade quando visualizamos as pinturas.

Na obra organizada pelo casal Agassiz, temos algumas pinturas sobre Manaus que nos permitem perceber, que neste primeiro momento, a cidade ainda carecia de fato de investimentos, não podemos esquecer que por antes fazer parte da Província do Grão-Pará, havia uma dificuldade pelo Presidente da Província em dar assistência às localidades mais afastadas, como era o caso da Comarca do Amazonas.

As aquarelas representando a cidade, mostram uma localidade ainda necessitando de infraestrutura e investimentos, o que acaba por justificar as impressões da senhora Agassiz sobre a cidade, uma vez que ao longo dos seus relatos, fica evidente que a parte ocupada de fato é bem menor do que a área ainda com vegetação natural.

É importante observar que de modo geral, esses exploradores estavam mais preocupados em observar aquilo que para eles, era o exótico, diferente, principalmente no que diz respeito à fauna, flora e aos nativos, que eram objetos de grande interesse.

Consequentemente, não presenciamos muitas informações sobre as doenças que assolam a localidade, exceto pelo receio de serem acometidos pelas febres que grassavam a região no período. Entretanto não se observa em seus relatos, informações sobre funerais, mortes, enterros, e quaisquer outras cerimônias fúnebres que pudessem estar acontecendo na região, como ausência de relatos fúnebres, mesmo entre os nativos, que eram o principal objetivo de suas explorações, porém encontramos alguns relatos advindos das expedições realizadas por Bates.

Bates veio para a Amazônia em 1848 e permaneceu até 1859, tendo residido em Belém, Cametá, Óbidos, Santarém, Ega e São Paulo de Olivença. Em seu livro, ele vai detalhando suas experiências durante sua passagem pela Amazônia, desde a chegada ao Pará ate as excursões além de Ega e enfim o

seu regresso à Inglaterra.

Sobre a cidade da Barra, Bates informa que em 1850 contava com cerca de tres mil habitantes. Em 1809 Barra foi elevada á cabeça do distrito do Rio Negro o que proporcionou um aumento populacional, recebendo portugueses e brasileiros advindos de outras províncias o que permitiu que a cidade se tornasse após Santarém a principal povoação das margens do Amazonas, o que permitiu que em 1852 a cidade da Barra fosse escolhida como capital e batizada com o nome de Manaus (Bates, 1944, p.362).

Bates considerava o clima salubre e o solo fértil o que favorecia a produção de gêneros agrícolas tropicais, o que favoreceria o crescimento da cidade por conta da navegação a vapor que já ocorria desde 1853, tendo a cidade da Barra como a principal escala das linhas dos vapores que foram estabelecidos na região, recebendo a cada quinze dias navegação entre o Pará e a cidade da Barra, e de dois em dois meses de o porto da cidade da Barra e Nauta, localizado em território peruano.

Apesar dos elogios feitos à cidade e ao clima, Bates também relata o estado crítico em que se encontra a cidade da Barra com a escassez de gêneros alimentícios e ausência de mão de obra para exercer o plantio, o que precariza ainda mais a vida da população e quando se consegue obter novilhos, geralmente são monopolizados pelas famílias dos empregados públicos. (Bates, 1944, p.363).

Ao contrário do casal Agassiz que apenas observa a localidade que está visitando e retrata o que encontrou do lugar, Bates tem a preocupação de fazer um breve levantamento histórico da localidade o que engrandece mais ainda o seu trabalho ao relatar como se deu o processo de colonização do local ou até mesmo os conflitos políticos que ocorreram na região.

No entanto, o seu interesse assim como o casal Agassiz estava mais voltado para a fauna e a flora regionais, o que não permite termos relatos mais consistentes sobre o cotidiano das cidades visitadas, como os hábitos religiosos e eventos fúnebres que porventura estivessem sendo presenciados.

Nos dois volumes do trabalho de Bates sobre sua viagem à Amazônia, temos como relato de nota de rodapé, a descrição sobre os povos Chumanas ou Jumanas onde, é relato o costume desse povo de queimar os ossos dos seus mortos e tomar as cinzas nas bebidas por acreditarem que a alma reside

nos ossos, e dessa forma estaria assim, perpetuando a existencia dos falecidos. (Bates, vol 2. 1944, p.229).

Sobre os povos Passés, Bates relata que Ribeiro, um oficial português que viajou por aquelas terras entre 1774-5, escreveu em seu relatório de viagem como costumavam enterrar seus mortos em grandes vasos de barro, apesar de não ser uma característica exclusiva desse povo (Bates, vol 2. 1944, p.232).

A única referência a enterros, diz respeito ao fato de alguns conhecidos terem falecido, onde o autor relata que “acompanhei seus restos mortais até a ultima morada, no rústico cemiteriosinho na orla da floresta que cercava a cidade” (Bates, vol 2. 1944, p.178).

Infelizmente não houve essa preocupação em relatar os ritos funerários presenciados em terras brasileiras durante a passagem do casal Agassiz e de Bates em terras amazônicas, principalmente por conta do contato que esses exploradores tiveram com populações indígenas e rurais da região que trariam um conhecimento a mais sobre as atividades cotidianas realizadas no período em que estiveram aqui e que carecemos de informações em primeira pessoa.

2.2 Os primeiros anos da Província do Amazonas e as moléstias

Nos últimos anos a pesquisa acadêmica voltada para a Amazônia de forma geral e o Amazonas em específico, tem crescido grandemente, graças aos cursos de graduação, mestrado e doutorado que vêm aumentando e se solidificando, favorecendo para que mais pesquisadores surjam. Apesar desse crescimento, ainda existem lacunas nas pesquisas que esperamos sejam objeto de interesse dos atuais e futuros pesquisadores, principalmente porque há ainda ausência de informações dos períodos que antecederam ao crescimento da cidade no período áureo da borracha.

Como fontes primárias farei uso dos documentos disponíveis do período, como os Relatórios dos Presidentes das Províncias, Códigos de Posturas Municipais, além dos periódicos e jornais da época que trataram do assunto sobre as moléstias que assolaram a cidade e como a administração pública lidou com o

problema, sempre que possível procurando manter a grafia da época, e utilizando o itálico para destacá-las.

Nosso primeiro Relatório de Presidente da Província é de 1851, onde por conta da criação da Província do Amazonas, o Presidente da Província do Pará apresenta a Tenreiro Aranha o estado em que se encontra a nova Província que ele irá administrar.

Dr. Fausto Augusto d'Aguiar apresentou um pequeno resumo sobre como a nova Província se encontrava, para que o novo presidente soubesse o que o lhe cabia administrativamente.

A Província formava uma só Comarca, com dois Termos com foros independentes, quatro Municípios, vinte Freguesias, dezoito Distritos de Paz, dois Delegados e onze Subdelegacias. (Relatório, 1851, pg 6).

Possuía oito escolas de instrução primária, frequentadas por 107 (cento e sete) meninos, e uma escola secundária, frequentada por 17 (dezesete) alunos, sendo 13 (treze) internos.

A população à época de acordo com os recenseadores era composta por 29.798 indivíduos, sendo 7.185 homens livres e 225 escravizados. 8.772 mulheres livres e 272 escravizadas. 6.776 menores do sexo masculino livres e 117 escravizados e 5.685 menores do sexo feminino livres e 136 escravizadas (Relatório, 1851, pg 9).

No mesmo documento, temos o Auto de Instalação da Província do Amazonas de 1º de janeiro de 1852, onde Tenreiro Aranha acrescenta suas observações às informações que lhe foram repassadas. Temos suas anotações referente à catequese indígena onde informa que há falta de pároco, principalmente por conta da moléstia grave que afligia o Frei José dos Santos Inocentes, que foi substituído por Frei Gregorio Maria de Bene que se encontrava *“desempregado e aproveitável para em qualidade de Missionario dos Gentios (...) tambem fazer os officios parochiaes”* (Relatório, 1851, p 20).

Sobre as escolas, das oito que foram criadas para a instrução primária, achavam-se com professores as das vilas de Maués e Ega, e com a professora do sexo feminino na capital, uma vez que o professor de meninos *“com moléstia grave falleceo, e os dos outros lugares, sem a menor cerimonia, abandonarão as cadeiras”* (Relatório, 1851, p 38).

Pode-se observar que não há um detalhamento a respeito do tipo de enfermidade que acometeu as pessoas citadas no documento, porém, ao menos no caso do professor, sabemos que foi mortal, entretanto, não há nenhuma relação de pesar sobre a perda do professor, ou alguma referência sobre onde fora sepultado.

Na sessão da Saúde Pública, começamos a ter maiores detalhes sobre determinadas enfermidades que assolaram a Província e outras que mereciam cuidados para evitar uma situação de epidemia mais extrema que viesse a causar maiores danos à cidade, principalmente por não possuir estrutura para poder lidar com uma possível calamidade.

Considerado como satisfatório o estado sanitário da Província, contando com apenas 19 óbitos na capital, apesar do contágio do sarampo ter dizimado centenas de pessoas, antes da chegada do Presidente da Província, sendo a maior parcela das vítimas, indígenas Muras que possuíam suas habitações às margens dos lagos próximos à Capital.

A incidência de casos de bexigas em embarcações vindas do Pará causou um certo incômodo ao Presidente Tenreiro Aranha, principalmente quando aportou uma embarcação com indivíduos doentes, que *“forão mandados para um lugar á duas legoas de distancia, onde forão tratados, e ficaraõ saõs”* (Rellatorio, 1851, p 48).

A ausência de vacinas, falta de médicos ou cirurgião que pudesse ser o vacinador também causou transtorno ao Presidente, no entanto, demonstrou assombro com a *“ideia supersticiosa, que esta gente simples por aqui tem, de que a vaccina he peste que se mette no corpo, bem difficil foi de vencer...”* (Rellatorio, 1851, p 48). Apesar desses contratemplos, e pela ausência de médicos, ainda considera que a Capital é o lugar mais saudável da Província e talvez do Brasil, uma vez que há uma baixa taxa de mortalidade.

Todavia, apesar de suas considerações positivas, Tenreiro Aranha demonstra preocupação com certas moléstias que grassam entre os povos indígenas principalmente, como a *elephantiasis dos Gregos*

A elephantiasis dos Gregos no seu maior gráo, tem já atacado alguns indivíduos, e certa espécie de morphea vai passando dos Índios,

principalmente das Tribus Purús e Purupurús, para as pessoas de outras castas. Esta moléstia não se apresenta com os tubérculos empolados, da elephantíases, que se engrossão nas partes mais salientes do rosto; mas conhece-se por manchas e pintas,, que lavrão por todo o corpo: da-se-lhe a denominação aurana, que quer dizer impígen ou herpes, e se atribue á mãos homores alterados por alimtnos continuados de peixes gordos e nocivos. (Rellatorio, 1851, p 49).

Tenreiro Aranha reforça que se faz necessário ter médicos na capital e na Província, e apesar da população estar sadia, existe uma moléstia que assola alguns locais entre os rios Negro e Japurá, como o antigo lugar de Poiares, a Freguesia de Thomar, que se encontrava quase desabitada, pelo rio Negro, a Freguesia de Moura e a Vila de Barcelos, que antes foi a Capital da Capitania, além dos Lugares de Lamalonga, Santa Izabel, Castanheiro, Boa Vista, Santo Antonio, São Bernardo e Santa Anna, todas estas localidades acometidas dessa epidemia.

Para o administrador da Província o mal encontrava-se nos grandes lagos, entre os rios Negro e Japurá onde

Mortíferos venenos e pútridos restos de peixe que (á seu efeito) morrem, infeccionão as aguas e concorrem para as exalações de miasmas tão pestíferos. A febre he intermitente, mais ou menos maligna, conforme são as estações de mais ou menos calor e humidade. (Rellatorio, 1851, p 50).

Em 1854, Ferreira Pena, Presidente da Província, em seu relatório, apresenta os dados sobre a saúde pública e o estado sanitário da Província do Amazonas fornecidos pelo cirurgião militar doutor Antônio Jose Moreira e pelo professor de homeopatia Marius Porte, onde destaca-se a necessidade de fundação de um Hospital de Caridade e a propagação da vacina, que apesar dos preconceitos existentes, avançava.

Com relação às moléstias endêmicas que se faziam presentes, na Capital, as principais são as febres intermitentes simples, febres biliosa, *dysenterias*, *catarrhos bronchios* e anginas, sendo considerada a volubilidade atmosférica,

umidade do ar que continha mais ou menos materiais em putrefação. Em Barcelos e Moura, são as febres intermitentes, atribuídas às águas do rio Padauri. Enquanto nas margens do Japurá, Içá, Purus, Borba também há prevalência das mesmas febres intermitentes, porém sem identificar as causas. Serpa, Silves, Villa Bella e Maués sofrem as mesmas moléstias que acometem a capital.

De acordo com o relatório apresentado, as doenças possuem caráter esporádico, sem apresentar nenhuma referência epidêmica ou contagiosa, uma vez que a extensão e intensidade com que atingem a população permanece a mesma, com variação para menos no ano apresentado, com redução do número de óbitos na capital. Para o doutor Antonio Jose Moreira, a causa principal das moléstias seria a exposição dos vegetais na vazante do rio, fazendo necessário manter as margens limpas dos rios e promover a limpeza dos igarapés.

Nas localidades da foz do Amazonas até a Prainha, margem direita, Gurupá, as febres intermitentes endêmicas possuem caráter epidêmico em algumas estações do ano. Em Boca do Xingu e Rio Madeira incidência das febres intermitentes benignas; Em *Autás*, além da febre, *dysenterias* e *catarrho* pulmonar. Santarém e Óbidos possuíam grande incidência de *lepra tuberculosa*. Na cidade da Barra do Rio Negro, não há registros de moléstias endêmicas, porém, no princípio da enchente e vazante desenvolvem-se doenças epidêmicas como a *dysenteria*, a *grippa (carrheica)* e a *cholerina* nas crianças, e a prevalência de anginas catarrhaes graves. A bexiga não passava da quarentena, porém era mortal aos indígenas acometidos por ela.

No Solimões, o relatório informa que apesar de no geral ser considerada uma região sadia, é acometido por moléstias que são comuns, porém, por lá possuem caráter epidêmico como *ophthalmias*, sarampo e coqueluche. Entretanto, há uma doença que causa atenção, que é a lepra em suas variações (lepra vulgar, lepra branca e lepra preta) que afeta várias localidades como a Nação Purupurús, Ega, Fonte-Bôa, Tonantins, além de Santo Antonio, Amaturá, São Paulo e Tabatinga, com grande número de habitantes afetados pela doença.

Entre os indígenas, as afecções mais comuns e que acabam por dizimá-los são *catarrho* pulmonar, *diarrhea*, *dysenteria*, febres intermitentes e *nostalgia*².

² A nostalgia foi primeiramente diagnosticada como uma doença em 1688 pelo médico suíço Johannes Hofer (166-1752), derivando do grego nóstos (regresso ao lar) e álgos

Em 1857, a Província foi acometida por uma epidemia de *cólera morbus*, e pela febre amarela, que contaminou cerca de dois terços da população, como é apresentado um mapa resumindo a incidência das doenças citadas como podem ser observadas nas figuras 7 e 8.

N.º 2.

Mappa resumido dos doentes atacados do cholera-morbus na Província do Amazonas no anno de 1855.

LOGARES.	TOTAL.	ATACADOS.		FALECIDOS.	
		Adultos.	Menores.	Adultos.	Menores.
Cidade da Barra	46	28	18	1	
Serpa	32	32			
Villa Bella da Imperatriz.	78	78		1	
Andirá	32	32		1	
Somma	188	170	18	3	

Secretaria do Governo da Província do Amazonas.
em 2 de Julho de 1856.

O Secretario interino,
Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães.

Figura 7: Relatório dos Presidentes de Província (1857), Pg 43

(dor). Só a partir do século XX a nostalgia passa a ser vista como um distúrbio psicológico e só depois é reconhecida como uma emoção como a conhecemos. Informações disponíveis em: <https://www.the-scientist.com/death-by-nostalgia-1688-69596> Pesquisa realizada em 31/01/2025 às 20:00.

Nº 3																			
MAPPA DEMONSTRATIVO DAS PESSOAS QUE FALLECERÃO DA EPIDEMIA QUE ATTACOU A POPULAÇÃO D'ESTA PROVÍNCIA NO CORRENTE ANNO.																			
LUGARES	MEZES	HOMENS		MULHERES		TOTAL DOS HOMENS	TOTAL DAS MULHERES	TOTAL DE CADA MÊS	NACIONAIS	ESTRANGEIROS	BRANCO	PARDO	TAPOIO	INDIO	PRETO	LIVRES	ESCRAVOS	OBSERVAÇÕES	
		MAIORES	MENORES	MAIORES	MENORES														
CAPITAL	FEVEREIRO							8										Ignora-se as circumstancias dos que falecerãp em Fevereiro; o numero dos estrangeiros ,e individuos nascidos em outras Provincias do Imperio e de 21, o dos atacados pela epidemia sobre a cerca de 850, ou 70 por centro da população da Capital. Ignora-se as mais circumstancias; tinhão sido 50 pessoas atacadas. De 21 que enfermarão, falecerão duas, ignorando-se as circumstancias. de entre 34 pessoas atacadas falecerão 4, ignora-se as mais circumstancias.	
	MARÇO	24	42	8	12	36	20	56	55	1	8	26	15	7		55	1		
	ABRIL	13	16	6	7	29	13	42	35	7	12	15	12	2	1	40	2		
	MAIO	7	7	2	5	14	7	21	18	3	3	10	5	3		20	1		
	JUNHO	4	3	4	4	7	8	15	13	2	5	6	3		1	11	4		
SERPA	JANEIRO	6		3		6	3	9										Ignora-se as mais circumstancias; tinhão sido 50 pessoas atacadas. De 21 que enfermarão, falecerão duas, ignorando-se as circumstancias. de entre 34 pessoas atacadas falecerão 4, ignora-se as mais circumstancias.	
	FEVEREIRO	2		3		2	3	5											
SILVES	JANEIRO							2											
VILLA BELLA	ABRIL							4								8			
	MAIO	3		1		3	1												
SOMMA		59	38	27	28	97	55	162	121	13	28	57	35	12	2	134	8		

Figura 8: Relatório dos Presidentes de Província (1857), Pg 44

Por conta da gravidade com que a cidade foi acometida por tais moléstias, o presidente da província, João Pedro Dias Vieira informa em seu relatório que após ouvir o parecer de pessoas profissionais, mandou vedar os enterramentos no cemitério localizado no bairro dos Remédios e que outro fosse aberto em local apropriado, sendo este localizado na estrada da Cachoeira, onde informa que “*é o que actualmente está servindo*” (Relatório do Presidente da Província, 1857, pg 23).

Como é possível observar na figura 4, Manaus possuía uma área geográfica muito pequena em relação ao que é hoje, principalmente, e a localização do cemitério na estrada da Cachoeira fica o mais distante e fora das áreas ocupadas pela população da cidade, fazendo assim prevalecer a mentalidade sobre o afastamento do cemitério do local de convívio das pessoas, impedindo que quem chegasse à cidade se deparasse com o cemitério próximo às áreas mais ocupadas.

2.3 Os hospitais em Manaus

A cidade de Manaus tem na sua fundação lembranças de um passado ancestral sagrado, onde o solo era um cemitério indígena: No caso de Manaus, o edifício considerado fundador da cidade foi erguido sobre essa cidade dos mortos, justamente relacionado aos índios que viria a dar nome à futura urbe (Martins, 2019).

No trabalho de conclusão de curso de Carla Mara Matos Aires Martins em 2019, intitulado *A Manaus dos mortos: Uma análise das Transformações na cidade a partir de seus cemitérios*, temos um levantamento sobre a organização dos cemitérios na sociedade ocidental até o período colonial brasileiro e à prática de enterrar os mortos praticado pelos indígenas, europeus e africanos escravizados em terras brasileiras.

Nos tópicos seguintes, a autora organiza a formação da colonização, escolha da capital, elevação à categoria de Província e as necessidades de se cumprirem as ordens imperiais sobre os cemitérios públicos, vindo a ser o Cemitério São José o primeiro cemitério público da cidade, ficando em 1887, o cemitério do São Raimundo ou Umirizal ou até dos variolosos como era

conhecido, para as vítimas de epidemias, por conta da falta de verba da província.

Governo da Província. Expediente do mez de janeiro de 1867 [...]. Dia 4, Portaria – O presidente da provincia attendendo a falta de credito para o pagamento das *despezas feitas com o lazareto mandado crear no lugar denominado Umirizal para nelle serem tratadas as pessoas affectadas da variola, resolve, sob sua responsabilidade e á vista da faculdade que lhe confere os §§ 1º e 2º do art. 5º do decreto n.2884 de 1º de fevereiro de 1862, abrir uma credito da quantia de setecentos mil réis* (AMASONAS, 1867, p.1)

Mesmo assim o Cemitério São Raimundo passa a funcionar como cemitério público em dezembro de 1888. (Martins, 2019, p. 47)

Ao longo da administração pública provincial códigos de posturas municipais faziam menção aos cuidados que deveriam ser concedidos aos doentes, como no caso dos portadores de elefantíase, onde reforçavam as instruções de 1838, permitindo ao doente, se possível, que fique em sua própria casa com as cautelas necessárias, ressaltando-se que o mesmo continuava impedido de sair transitando livremente em locais públicos, caso isso não acontecesse, deveria ser enviado ao “Hospital Lazareto” sob pena de multa em vinte mil reis ou oito dias de prisão (Sampaio, 2016).

O segundo estabelecimento que aparece nas fontes históricas como local de saúde disponível no período é o Hospital São Vicente, que estava em ruínas no período de 1850 (Amazonas, 1852)

Além do lazareto do Umirizal, Manaus possuía também o do Seminário, estabelecido no alto de um morro em 1872, e por conta de uma epidemia de varíola foi mandado criar outro lazareto, localizado no largo de São Sebastião e o mesmo passará a se chamar Enfermaria de São Sebastião.

Medeiros (2020) apresenta uma tabela sobre as principais incidências de moléstias que afetam a província do Amazonas e no Grão-Pará no período de 1660 a 1889, o que nos permite observar mais claramente que as principais enfermidades que assolavam a região, basicamente permaneciam as mesmas ao longo do tempo.

TABELA: Relação das Endemias e Epidemias para o período 1721-1889.

EPIDEMIA	PERÍODO/LOCAL	POPULAÇÃO AFETADA
Varíola e Sarampo	1660-1690 (Maranhão e Grão-Pará)	Inúmeros escravos e indígenas
Varíola	1721-1733 (Grão-Pará)	Inúmeros indígenas, colonos e viajantes ultramarinos
Varíola	1743 (Grão-Pará)	Inúmeros indígenas
Sarampo	1749 (Médio Amazonas e Negro)	Inúmeros indígenas
Varíola	1819-1831 (Belém)	Escravos, indígenas e locais, com cerca de 50 óbitos diários
Sarampo	Início de 1850 (Província do Amazonas)	Colonos e inúmeros indígenas, principalmente entre os <i>Mura</i>
Febre Intermitente (Malária)	Início de 1850 (Médio Rio Negro)	Indígenas, locais e viajantes
Varíola	Início do 1850 (Província do Amazonas e Barra)	Locais e inúmeros indígenas
Cólera-Morbo	1855-1856 (Grão-Pará)	12.887 doentes e 2.786 mortes
Cólera-Morbo	1855 (Província do Amazonas e Barra)	Cidade da Barra: 46 doentes e uma morte; Província: 190 doentes e cinco mortes
Cólera-Morbo	1856 (Serpa, Silves e VillaBela)	71 doentes e 18 mortes
Febre Amarela	1856 (Província do Amazonas e Barra)	Cidade da Barra: 900 doentes e 142 mortes; Província: cerca de 1200 doentes e 285 mortes
Febre Paludosa (Malária)	1857 (Província do Amazonas)	105 doentes e quatro mortes
Febre Catarral	1858 (Manaos)	51 doentes e uma morte
Febre Biliosa	1858 (Tefé e Fonte Boa)	21 mortes
Febre Perniciosa	1860 (Villa Bela)	Locais
Coqueluche	1862 (Manaos e Rio Solimões)	Locais e indígenas
Febre Catarral	1862 (Rio Negro e Solimões)	Locais e indígenas
Febre Intermitente (Malária)	1867 (Purus)	Locais e indígenas, com muitas mortes

Varíola	1867 (Andirá, Serpa, Villa Bela e Manaus)	16 doentes e três mortes
Varíola	1868 (Província e Capital)	Manaos: 13 doentes e três mortes; Província: mais de 120 mortes
Febre Intermitente (Malária)	1868-1870 (Província do Amazonas)	Mais de 200 mortes
Colerina (Cólera)	1869 (Rio Negro e Solimões)	Mais de 200 doentes
Varíola	1869 (Rio Solimões)	Morte de mais de um terço dos doentes
Varíola	1872-1874 (Província e Capital)	546 doentes e 259 mortes registradas
Febre Intermitente (Malária)	1875 (Rio Negro e Madeira)	Locais e indígenas
Varíola	1878-1879 (Província e Capital)	371 doentes e mais de 50 mortes
Febre Intermitente Paludosa (Malária)	1881-1883 (Província do Amazonas)	Cerca de 550 mortes
Varíola	1883-1888 (Manaos, Tefé e proximidades)	Mais de 370 doentes e mais de 110 mortes
Sarampo	1888-1889 (Manaos)	Locais e cerca dois terços dos retirantes nordestinos ³

Tabela 1: Fonte: (Medeiros, 2019, p.40)

³ No período do Império e da República Velha, foi fácil definir a geografia regional do Brasil. Existem províncias, que posteriormente serão estados, do Norte, desde o Pará até a Bahia; e as províncias, posteriormente estados, do Sul, desde o Espírito Santo até o Rio Grande. Não existe nada de Norte, Sudeste, Leste, Centro-Oeste, Centro-Sul, Amazonas.

A identificação do Nordeste como região só começou a se formar com as grandes secas do final do século XIX e início do XX, assim como com a fundação, em 1909 da Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS), que atualmente é o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS). A partir do ano de 1942, se realizou a primeira regionalização oficial do Brasil: onde o Norte é conformado pelos estados do Amazonas e Pará e pela região do Acre, enquanto o Nordeste é composto pelos Nordeste Ocidental (Maranhão e Piauí) e oriental (do Ceará para Alagoas), sendo este último o mais nortenho do Nordeste. Sergipe e Bahia, que formaram parte da região Leste, foram incorporados apenas ao Nordeste em 1970, ano em que adotaram a divisão regional que passou a ser predominante.

Disponível em: <https://interessenacional.com.br/modernizacao-e-desenvolvimento-a-vez-do-nordeste/> pesquisa realizada em 19/02/2025

A despeito da criação tardia da nomenclatura Nordeste, manteremos o que os autores citados utilizam em seus trabalhos, para uma melhor compreensão do conteúdo abordado.

2.4 Os cemitérios em Manaus e as doenças

Em 1884 a quarta edição do Relatório do Presidente da Província alerta para o fato do Cemitério Público a cargo da Santa Casa já não comportar novas sepulturas, correndo o risco de que novas sepulturas continuem sendo abertas sem as devidas cautelas

(...) A 18 de janeiro a comissão apresentou o seu parecer, opinando pelo lugar que é limitado pelo igarapé da Castelhana, Depósito de artigos bellicos e pelo igarapé que nasce junto a uma das faces do atual cemitério. Dei conhecimento d'este parecer à Santa Casa, pedindo-lhe toda a sua atenção, e estou certo de que não tardará muito em adoptar uma providencia definitiva. (Relatório do Presidente da Província do Amazonas, 1882, 4ª edição)

Ainda no Relatório de 1882, é informado o movimento das enfermarias sendo de 302 doentes, destes, 146 eram pensionistas e 156 indigentes, falecendo 113 e curados 165, ficando 24 em tratamento. Nos dois primeiros meses do ano corrente deram entrada 104 doentes, ficando em tratamento 33, faleceram 17 e saíram curados 54.

A construção de cemitérios públicos visava organizar o aspecto da cidade e a seguir a lei imperial que ordenava a elaboração de posturas relativas ao “estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal Autoridade Eclesiástica do Lugar” (Reis, 1991) A construção de cemitérios que substituíssem as Igrejas faziam parte desse novo projeto civilizador e higienizador que estava sendo implantado no Brasil imperial conforme vemos no texto de Reis

A criação de cemitérios fazia parte da batalha pelo saneamento das cidades. Os mortos, ou pelo menos seus corpos, eram sem cerimônia, associados a águas infectas, imundícies e “corrupção do ar”. No passado essa associação se limitava aos cadáveres de africanos, agora os mortos em geral tornavam-se focos de infecção e como tal deviam ser afastados da cidade civilizada. Sentados na Corte, os legisladores nacionais estavam sintonizados com a mentalidade médica que vicejava na época. (Reis, 1991, p.277)

Entre os anos de 1918-1919, Manaus é assolada pela gripe espanhola, o que vem a piorar o quadro já crítico da cidade com relação às epidemias e o seu combate, além da necessidade de novos locais onde os doentes pudessem ser atendidos de forma adequada e também em realizar o seu sepultamento. O que vemos no entanto, de acordo com Rosineide de Melo Gama em sua dissertação intitulada Dias Mefistofélicos: A Gripe Espanhola nos Jornais de Manaus (1918-1919) é que o caos havia se instaurado na cidade:

Observamos no emaranhado de jornais e documentos que no início do segundo semestre de 1918, jornais de publicações diárias começaram a circular notícias a respeito dos primeiros casos de Gripe Espanhola em Manaus. Tumulto, correria, fechamento de comércios, corpos empilhados nos cemitérios e espalhados nas ruas, foram às notícias correntes daqueles dias. Ao passo que o cotidiano desmoronava com a epidemia, o medo da morte foi tomando conta dos habitantes; novas regras de comportamento foram sendo ditadas, antigas e novas práticas de cura foram tomando conta dos espaços. Ao mesmo tempo em que comportamentos individuais de mesquinha e lucro foram reinando, comportamentos coletivos de solidariedade foram acontecendo. (GAMA, 2013, p.13)

Em jornais da época conseguimos encontrar relatos sobre a tragicidade da situação que se abateu sobre a cidade de Manaus e arredores como no relato dos moradores do bairro dos Bilhares:

Alguns moradores do bairro dos Bilhares contando a miséria que reina por ali a par da “influenza” que vai infectando todos os habitantes daquele local, relatam que já começaram os casos de desespero. Os indigentes que são açoitados pela epidemia inclemente não têm a quem recorrer: morrem a mingua. Hoje, debaixo de u’a mangueira, apareceram mais dois cadáveres que foram depositados, naturalmente à noite, atirados assim à vista dos passantes, certamente por parentes que nenhum meio possuem de transportá-los para os cemitérios. Ninguém poderá dizer de quem são os corpos encontrados. Com os dois de hoje sobe a três o número dos depositados aos olhos da caridade alheia num momento em que a própria morte há de sorrir de um modo sarcástico para os que podem e abandonam os mais fracos (IMPARCIAL, 14/11/1918)

Na mesma edição o periódico direciona à Superintendência as queixas

de diversas pessoas que informaram haver muitos cadáveres no cemitério São João Batista falecidos na noite anterior e que não haviam sido inumados, alguns em avançado estado de decomposição e que tal fato se dá pela greve dos coveiros que reclamam o não pagamento dos salários além do fato de serem poucos para o excesso de trabalho.

Em edição posterior, publicam nota informando que a partir daquela data, 18/11/1918 em diante, o ingresso de pessoas estranhas ao Cemitério Público sem prévio consentimento está proibido.

Ainda sobre as consequências da influenza na sociedade manauara, temos a publicação do dia 20/11/1918 onde o jornal expõe a decisão das autoridades sanitárias sobre a zona rural:

Visando impedir sua vertiginosa propagação na zona rural do município, temos de registrar, como uma das mais oportunas e acertadas, a que proíbe a inumação de corpos em terrenos de várzea, que a água invade pela estação invernal.
A esclarecida resolução das autoridades sanitárias manda que, de agora em diante, os corpos sejam dados à sepultura no cemitério das Lages, distante do Cambixé cerca de três horas de canôa, nada representando, porém, o esforço despendido nesse percurso, em face dos benefícios decorrentes. (IMPARCIAL 20/11/1918)

Dentro do entendimento médico da época, pelos códigos de postura e Relatórios da Intendência de Manaus, a medicina francesa com suas teorias miasmáticas são muito presentes o que acabam por favorecer a necessidade de cemitérios mais afastados da cidade além das regras de funcionamento dos cemitérios e enterramentos como aparece no relatório da Intendência Municipal de 1º de agosto 1898 onde é noticiado o prazo de quinze dias para proceder-se a exumação dos cadáveres e ossadas que tiverem mais de quatro anos, exceto os variolosos ou vítimas de outras moléstias contagiosas, onde o prazo será de doze anos.

O Periódico *Amazonas* de 20 de agosto de 1892 apresenta o regulamento para enterramento de cadáveres em todos os cemitério públicos e deixará reservado uma parte do cemitério para a inumação das pessoas em tempos de epidemias, fora a necessidade de se ter também hospitais que

possam realizar o atendimento aos doentes das moléstias endêmicas da região, uma vez que a navegação vai acabar por favorecer a propagação das doenças infectocontagiosas através do fluxo de pessoas indo e vindo, sem controle eficiente das possibilidades de contágios.

Em contraposição ao que se sucedia durante o Medievo onde se propaga o costume de se enterrar nos interiores das igrejas, a Modernidade vai provocar uma remodelação na sociedade, que agora se vislumbrará “com o confronto dialético de duas realidades conceituais de vida: a cidade dos mortos e a cidade dos vivos” (Borges, 2002, p. 130).

Mesmo tendo uma legislação para que se tomem as devidas providências sobre as obras públicas que devem ser levadas a cabo, percebeos que há uma ineficiência sobre as ações, que ao longo dos documentos vão sendo justificadas como abandono, falta de recursos, má conservação dos imóveis, dificuldades em conseguir pessoas qualificadas para realizar os trabalhos, disputas políticas sobre os locais e diversas outras situações que acabam por fazer com que a população seja negligenciada.

Podemos ver isso, na fala do Presidente da Província Tenreiro Aranha, em 1851, onde o Inspetor da Tesouraria de Fazenda esclarece sobre os edificios que houveram e que existiam apenas os seguintes:

Huma casa que outr'ora servio de Hospital Militar, e hoje armazem de artigos bellicos, é dos que foi construido com mais solidez. - A casa da extincta Fabrica. - A casa que serve agora de Thesouraria. - Ha mais tres casas muito arruinadas em diversas povoações, e uma Fazenda de criação de gado vacuum, e cavallar no Rio-branco, com Gado vacuum 1:829 - Cavallar 282 cabeças. (Relatório dos Pesidentes da província do Amazonas, 1851, p.117)

O que podemos perceber é que desde a criação da Província do Amazonas, os investimentos eram módicos e insuficientes para as necessidades das cidades, principalmente da capital, o que não permitia que houvesse o crescimento esperado tanto pelos exploradores, como pelos administradores e cidadãos.

A partir do *boom* da borracha é que Manaus passará por uma radical

mudança em sua estrutura permitindo melhorias como a construção de prédios públicos, atraindo mão de obra de diversos lugares. Porém faz-se necessário salientar que esse crescimento também favorecerá a noção higienista que vigorava na Europa na época. João José Reis, observa que “a construção de cemitérios que substituíssem as igrejas como locais de enterramentos fazia parte desse projeto liberal, civilizatório e higienizador” (Reis, 1991, p.277)

Em *A ilusão do Fausto*, Edineia Mascarenhas Dias, reforça a necessidade de se observar Manaus sob uma ótica que foge ao padrão daquilo que se popularizou com os investimentos recebidos principalmente na gestão Eduardo Ribeiro, onde os ares de modernidade se fizeram tão presentes em nossa cidade.

Ao contrário do que observou a senhora Agassiz, agora havia uma preocupação em mostrar que de fato, Manaus vivia seu auge econômico e isso se mostrava através da luz elétrica, das avenidas e boulevares, os bondes elétricos, o teatro, o porto moderno, magazines, praças, jardins, os palacetes, os produtos importados que enchiam as lojas e por fim, porque não dizer, os cemitérios da cidade? Entretanto, apesar de tanto dinheiro “correndo” nas ruas da cidade, visível através dos prédios, com ares de modernidade, ao melhor estilo europeu, não eram todos que se beneficiavam dessa modernidade.

Ao historiador e pesquisador das ciências humanas e sociais, importa apresentar as condições de vida, trabalho e morte dos mais humildes. Ao pesquisar sobre o desenvolvimento de Manaus no período anterior ao período da borracha, deparamo-nos com uma barreira documental e historiográfica onde há uma lacuna sobre como a cidade lidava com os moradores mais humildes.

Podemos perceber que as leis, os códigos de postura, a imposição de novos valores culturais vão sendo definidos em favor dos novos interesses do capital, uma vez que se fazia necessário apresentar uma cidade transformada, organizada e moderna e essa modernidade era excludente, a partir do momento em que não incluía a presença dos moradores mais pobres, através dos planos diretores.

Dias deixa claro que a escolha do período de 1890 a 1920 em sua pesquisa foi intencional

A escolha do período 1890/1920 não é aleatória, uma vez que foi neste espaço de tempo que Manaus sofreu seu primeiro grande surto de urbanização, graças aos investimentos propiciados pela acumulação de capital, via economia do látex. Embelezar e modernizar Manaus foi o grande objetivo dos administradores dessa época. Era necessário que a cidade se apresentasse moderna, limpa e atraente para a imigração, o capital e o consumo (Dias, 2007; p.18)

Baseado nesse ideal de modernidade, coube ao governo priorizar os investimentos em infraestrutura realizando o aterro dos igarapés, construção dos prédios públicos, limpeza pública, construção de escolas, fazendo com que Manaus passasse por um intenso processo de modificação e transformação, que trará novos ares à cidade, que nos ajudará a entender a dinâmica da cidade e sua relação com a morte, o morrer e os cemitérios da cidade, que abordaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: NESTA SOBREVIDA AINDA EXISTE UMA RESPIRAÇÃO

3.1 Manaus em Expansão – Onde está localizado o Cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes?

A dinâmica do crescimento urbano de Manaus, em grande parte expressa através de surtos econômicos recorrentes, muitas vezes impulsionou a cidade para transformações radicais e de curta duração, intercaladas com períodos de intensa retração e até mesmo de inércia. A cada nova prosperidade econômica, ocorria um surto renovado ligado à execução de grandes projetos de urbanização que, invariavelmente, representavam a superação de um passado considerado problemático.

Em 1833, o local da Barra progride nos predicativos, tornando-se uma vila e, em 1848, uma cidade. Certamente, o ponto culminante é quando a Cidade da Barra do Rio Negro se torna capital da recém - fundada Província do Amazonas, criada em 5 de setembro de 1850 e estabelecida dois anos mais tarde, em 1852. Ainda em 1856, a cidade recebeu o nome de Cidade de Manaus.

Ao observamos a figura 1, referente à extensão de Manaus nos seus primeiros anos como capital da província, podemos observar que a cidade era pequena, não passando da área geográfica do atual bairro do Centro, como podemos inferir nesse excerto de Reis:

O casario começou a ser disposto em arruamentos. Pelas tradições, pelas descrições levíssimas de velhos cronistas, sabe-se que o Lugar da Barra estendia-se a leste até São Vicente, a oeste morria nos Remédios, sendo de notar-se que não havia ocupação continuada de terrenos. Ao norte chegava a Praça General Osório. Aí, o Bairro da Campina. As ruas não tinham nome. Conheciam-se pelo morador mais importante, pelo das casas do serviço público. Quantas ruas? Havia igarapés cortando o povoado. As ondulações de terreno dificultavam, por sua vez, a concentração uniforme da população. O grosso, porém, vivia em torno do fortim, do palácio dos governadores, distribuindo-se pelo que é presentemente rua Demétrio Ribeiro, Independência, até São Vicente. (Reis, 1999: 47-48)

Como visto através dos relatórios dos presidentes da Província e por relatos dos exploradores, a cidade carecia de obras de urbanização e melhorias estruturais para garantir o *status* de capital aos moldes europeus como era o costume na época, ao espelhar-se nas principais cidades europeias, principalmente Paris.

A navegação a vapor foi introduzida na Amazônia em meados do século XIX, transformando radicalmente a dinâmica econômica e social da região. Antes da chegada dos navios a vapor, o transporte na bacia amazônica era feito principalmente por canoas e barcos à vela, que dependiam das correntes dos rios e dos ventos, tornando as viagens lentas e incertas. A navegação a vapor, no entanto, permitiu viagens mais rápidas, regulares e seguras, conectando Manaus a Belém e a outras localidades ao longo do rio Amazonas e seus afluentes.

A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, fundada em 1852 por Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, foi a empresa que deu início a esse processo. A companhia foi autorizada pelo governo imperial a operar navios a vapor na área, impulsionando o comércio e a integração da Amazônia com o restante do país (Weinstein, 1993). A navegação a vapor é distribuída como o principal meio de transporte para bens e pessoas, contribuindo para o transporte de borracha e a entrega de migrantes. A navegação a vapor não apenas simplificou a migração dos nordestinos, como também integrou a Amazônia ao comércio global. Os navios movidos a vapor levavam a borracha extraída dos seringais até Manaus e Belém, de onde eram exportados para a Europa e os Estados Unidos. Em troca, traziam produtos manufaturados e insumos para a região, contribuindo para o desenvolvimento urbano de Manaus.

Além disso, a navegação a vapor permitiu a conexão entre comunidades isoladas ao longo do rio Amazonas, facilitando o comércio e a comunicação. Manaus, como principal porto da região, tornou-se um centro de distribuição de mercadorias e um ponto de encontro para migrantes de diversas origens, incluindo os nordestinos.

O ciclo da borracha foi um dos períodos mais importantes da história econômica da Amazônia, e Manaus emergiu como seu principal centro urbano. A borracha, extraída da seringueira *hevea brasiliensis*, tornou-se um produto altamente valorizado no mercado internacional a partir da segunda metade do século XIX, impulsionado pela Revolução Industrial e pela demanda por matérias-

primas para a fabricação de pneus, correias e outros produtos industriais. A região amazônica, rica em seringueiras nativas, tornou-se o principal fornecedor mundial de látex, atraindo investimentos e migrantes de diversas partes do mundo.

Com a expansão da exploração da borracha, surgiu uma grande demanda por mão de obra para os seringais. A população local, no entanto, era insuficiente para atender a essa necessidade. Diante disso, os seringalistas e o governo brasileiro passaram a promover a migração de trabalhadores de outras regiões do país, especialmente do Nordeste, que enfrentava graves crises econômicas e sociais, como a seca e a fome (Weinstein, 1993).

Os migrantes brasileiros, em sua maioria provenientes dos estados do Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, foram recrutados como "soldados da borracha". Eles eram atraídos por promessas de trabalho e melhores condições de vida, mas muitas vezes enfrentavam realidades extremamente difíceis. A viagem para a Amazônia era longa e precária, feita em navios superlotados, e muitos migrantes morriam antes mesmo de chegar aos seringais (Santos, 2005).

A vida nos seringais era marcada pela exploração e pela precariedade. Os migrantes nordestinos trabalhavam em um sistema conhecido como "aviamento", no qual estavam endividados com os patrões desde o início. Eles recebiam adiantamentos em mercadorias e ferramentas, mas os preços eram inflados, e os salários, baixos, o que os mantinha em um ciclo de dívida perpétua (Weinstein, 1993).

Além disso, os seringueiros enfrentavam condições de trabalho extremamente duras. Eles precisavam percorrer longas distâncias na floresta para extrair o látex, enfrentando doenças, animais selvagens e a solidão. A falta de assistência médica e a exploração por parte dos seringalistas tornavam a vida nos seringais uma experiência de sofrimento e resistência (Souza, 2008).

Enquanto os seringueiros trabalhavam na floresta, Manaus tornou-se o principal centro urbano da região, beneficiando-se da riqueza gerada pela borracha. A cidade passou por um processo de modernização, com a construção de edifícios luxuosos, como o Teatro Amazonas, o Mercado Municipal e o Porto de Manaus, que se tornaram símbolos da opulência da época (Souza, 2008).

No entanto, nem todos os migrantes nordestinos permaneceram nos seringais. Muitos deles, após anos de trabalho exaustivo, migraram para a cidade

em busca de melhores condições de vida. Em Manaus, esses migrantes se estabeleceram em áreas periféricas, onde formaram comunidades que preservavam suas tradições culturais. Bairros como Educandos e São Raimundo começaram a se desenvolver nesse período, abrigando famílias nordestinas que contribuíram para o crescimento populacional e cultural da cidade (Fraxe et al., 2007).

Em março de 1879 já haviam entrado no Amazonas cerca de seis mil retirantes cearenses, vítimas da grande seca que assolou a província do Ceará entre os anos de 1877 e 1879, migração motivada além da seca, pelo incentivo da concessão de passagens e o estímulo à imigração para outras províncias promovido pelo governo do Ceará.

A província do Amazonas foi o último polo de recepção de migrantes, que foi favorecida pela navegação a vapor nos rios da região, o que permitiu a entrada de milhares de sertanejos que viriam em busca de melhores condições de vida, fugindo da seca, da fome e da miséria.

Diante dessa necessidade, os seringalistas e o governo brasileiro passaram a promover a migração de trabalhadores do Nordeste, região que enfrentava graves crises econômicas e sociais, como a seca e a fome. Os nordestinos, especialmente do Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, foram recrutados como "soldados da borracha" e transportados para a Amazônia em navios a vapor (Weinstein, 1993).

A viagem dos nordestinos para a Amazônia era longa e precária. Muitos migrantes embarcavam em navios superlotados, onde as condições de higiene e alimentação eram precárias. A viagem de navio a vapor de Belém a Manaus podia levar várias semanas, dependendo das condições do rio e das paradas ao longo do caminho. Durante a viagem, muitos migrantes enfrentavam doenças, falta de água potável e alimentação inadequada, resultando em mortes antes mesmo de chegarem aos seringais (Santos, 2005).

Ao chegarem à Amazônia, os nordestinos eram enviados para os seringais, onde trabalhavam em condições extremamente difíceis. O sistema de aviação, no qual os seringueiros estavam endividados com os patrões desde o início, mantinha-os em um ciclo de exploração e pobreza. Apesar das promessas de melhores condições de vida, a realidade nos seringais era de trabalho exaustivo, isolamento e falta de assistência médica (Weinstein, 1993).

Apesar da presença maciça de migrantes e retirantes no Amazonas e em sua capital Manaus, ainda é dificultoso encontrar referências que apresentem essa colonização no Amazonas. Arhur Reis fez um breve relato sobre a criação de colônias agrícolas, duas localizadas nas cercanias de Manaus, como é possível observar na fala de abertura do ano legislativo provincial, onde o presidente da Província, o Barão de Maracaju informava a retomada do processo de criação de colônias agrícolas, com o intuito de resolver o problema de desabastecimento alimentar que ocorria na região e que prejudicava a população, tendo em vista que muitos migrantes preferiam aventurar-se nos seringais em busca de riquezas, o que acirrava a relação entre a elite local e o governo.

A migração nordestina durante o ciclo da borracha deixou um legado duradouro em Manaus. Além de contribuir para o crescimento populacional e econômico da cidade, os nordestinos trouxeram consigo elementos culturais que se integraram à identidade local. A música, a culinária e as festas populares nordestinas passaram a fazer parte do cotidiano de Manaus, criando um sincretismo cultural que persiste até os dias atuais.

No entanto, o fim do ciclo da borracha, no início do século XX, trouxe desafios para os migrantes nordestinos. Com o declínio da economia da borracha, muitos perderam seus empregos e enfrentaram dificuldades para se integrar à nova realidade econômica da cidade. Apesar disso, a presença nordestina em Manaus continuou a ser significativa, e suas contribuições para a formação da cidade são inegáveis.

Por outro lado, a navegação a vapor se distribui como um emblema do avanço e modernização da Amazônia durante o período do ciclo da borracha. Mesmo que o transporte fluvial tenha perdido relevância com a chegada de outros meios de transporte, como o avião e as vias, os navios a vapor ainda são reconhecidos como um marco na história da região.

O ciclo da borracha, que atingiu seu auge entre 1870 e 1912, foi o principal fator que impulsionou a migração de nordestinos para a Amazônia. A demanda internacional por borracha, utilizada na fabricação de pneus e outros produtos industriais, transformou a região em um polo econômico de grande importância. No entanto, a exploração da borracha exigia uma quantidade significativa de mão de obra, que não estava disponível localmente.

Uma primeira nota refere-se à continuidade de uma escrita historiográfica influenciada pelo positivismo histórico, que destacou verdadeiros talentos da intelectualidade local e nacional, desde o final do século XIX. A linhagem é representada por personalidades como Domingos Antonio Rayol, Palma Muniz, Jorge Hurley, Bertino de Miranda, Ernesto Cruz, Mário Ypiranga Monteiro e Arthur Cezar Ferreira Reis. Eles possuem uma conexão forte com a História da Amazônia, graças à dinâmica e excelência dos estudos que conduziram sobre o passado da região.

De qualquer maneira, ela sempre se manifesta como um discurso ortodoxo e elitista, que sempre é possível desconsiderar as necessidades e vivências do povo, quando não a desprezar e a rejeitar como insensível, sem importância e equivocada.

Sabe-se que, entre 1880 e 1920, a região Amazônica passou por uma fase de expansão econômica, impulsionada pela produção de borracha. Ela conseguiu atrair uma grande quantidade de sertanejos de baixa renda, atraídos pelo *marketing* que prometia uma terra próspera e opulenta.

Nessa Manaus da borracha, a vida dos operários atravessou acirrados caminhos bastante diferentes dos retratados nas imagens de luxo e prosperidade, que mostravam barões da borracha acendendo charutos com notas de mil-réis. Embora não existam dados confiáveis sobre o valor dos soldos, a imprensa relatou frequentemente que os pagamentos aos trabalhadores urbanos não eram suficientes para arcar com as despesas básicas como alimentação, moradia, vestuário e transporte. A mídia alternativa, atônita com a circunstância, questionava “como é viável sobreviver com tanta falta de gêneros fundamentais para a vida”. Os funcionários trabalharam nessa insatisfação. (Pinheiro, 2007)

Sobre as colônias criadas pelos sertanejos, com o apoio da administração local, temos a já citada colônia criada pelo Barão de Maracajú, que ficava fora dos limites da cidade, próximo ao que hoje é o cemitério São João Batista. Sobre a colônia Mauá, distante “duas horas de viagem desta capital” ela estava a cargo da Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas (Estrella do Amazonas, 1857, p.3).

Em agosto de 1878, na fala da abertura do ano legislativo da Província, o presidente Barão de Maracaju anunciava o retorno das colônias agrícolas que tinha como objetivo resolver o problema de abastecimento alimentício na região

Na estrada aberta ao norte desta cidade, lugar escolhido pela comissão de colonização para uma colônia de estrangeiros, cuja fundação não realizou-se estabeleceram-se também emigrantes cearenses nos lotes de terras já medidos e demarcados, que ainda não estavam ocupados. Formou-se então outra colônia de emigrantes cearenses, cujo numero é de 647 pessoas divididas em 129 famílias... Pelos desejos que manifestaram seus habitantes passou a colônia a ser denominada – Maracajú⁴

Na pesquisa documental pelas colônias e povoamentos criados durante o período provincial encontramos certa dificuldade em conseguir localizar esses lugares ocupados por retirantes sertanejos ou até mesmo imigrantes estrangeiros vindos ao Amazonas para recomeçar a vida, principalmente relatos sobre colônias mais ao norte, fora da cidade, onde hoje se localiza a zona Norte de Manaus, e o cemitério Nossa Senhora da Piedade.

Sobre a Colônia Mauá, encontramos já em 1852 informações referentes a abertura da navegação dos rios da região pela Companhia de Navegação Comércio do rio Amazonas, do empresário Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, através do Decreto nº 1037 de 30 de agosto do mesmo ano, que concedia o privilégio exclusivo por trinta anos para a navegação a vapor no rio Amazonas.

Neste mesmo decreto fica determinado que caberia à Companhia de Navegação a criação de “sessenta colônias de estrangeiros ou de índios”, nas imediações do rio Amazonas, e para que isto ocorresse, coube ao governo conceder de forma gratuita porção de terras para o estabelecimento dos colonos.

No ano de 1854, temos então a concessão das terras que dariam origem à primeira das sessenta colônias que a Companhia era obrigada a fundar nas imediações do rio Amazonas:

⁴AMAZONAS, Falla com que abriu no dia 25 de agosto de 1878 a 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas o exm. Sr. Barão de Maracajú, Presidente da Provincia. Manáos: Typ. do Amazonas, 1878. p.43-46.

Attendendo ao que Me requereo o Barão de Mauá, Presidente da Companhia - Navegação e Commercio do Amazonas - e Tendo ouvido a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho d'Estado: Hei por bem Conceder á mesma Companhia, nos termos da Condição 14ª do Decreto nº 1.037 de 30 de Agosto de 1852, os terrenos que se acharem devolutos desde o lugar denominado - Ferro - abaixo das Lages, á margem do Rio Negro, até a proximidade da Cidade da Barra do Rio Negro, abrangendo cerca de sete milhas de extensão, ou o que se verificar pela competente medição, para o fim de nelles estabelecer a primeira das sessenta Colonias, que a dita Companhia he obrigada a fundar nas immediações do Rio Amazonas.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Julho de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. (Decreto nº 1.410 de 8 de julho de 1854)

Com a criação desse decreto o Amazonas passa então a receber colonos vindos da Europa, já no ano de 1855, como apresenta o periódico Estrela do Amazonas, onde informa a chegada de cinquenta colonos, completando assim, o número de cem indivíduos que se achavam reunidos no lugar da nova Colônia, que fora denominada Mauá, que a Companhia tratara de fundar entre esta cidade e o sitio das Lajes.

Durante esse mesmo período, a Companhia do Amazonas não executou apenas a atividade de navegação, mas também organizou a fundação das colônias previstas no primeiro contrato. Foram elas: Mauá, situada a poucos quilômetros de Manaus, e Itacoatiara, localizada perto de Serpa, ambas localizadas na Província do Amazonas. Percebe-se um tom esperançoso nessa nova colônia, uma vez que a matéria do Estrella do Amazonas informa ter o local reunido todas as circunstâncias para a prosperidade do estabelecimento.

Através ainda do periódico Estrella do Amazonas, é possível perceber o esforço para que a colônia Mauá consiga prosperar como uma localidade que poderia vir a se tornar-se um novo povoado. Também informam a inauguração de uma capela provisória com a invocação de Nossa Senhora da Conceição tendo missas celebradas pelo Bispo Diocesano e pelo capelão da colônia, inclusive recebendo pessoas das vizinhanças para participarem das celebrações nos dias santificados, como relatado na edição nº114 de janeiro de 1855.

Na edição de julho de 1856, o Estrella do Amazonas repassa a informação sobre os ofícios recebidos sobre o estado sanitário da Colônia Mauá e moradores das circunvizinhanças, porém sem detalhes sobre óbitos ou enterramentos.

Por fim, na edição de 7 de março de 1857, temos a informação sobre a dissolução da Colônia Mauá em julho de 1856, sem que ela apresentasse as vantagens que foram prometidas e alegando que os colonos não eram os mais próprios para a lavoura, além da falta de preparo das terras e má administração da colônia que contribuíram grandemente para que findasse por dissolver-se.

A frustração sobre essa empreitada que não vingou também afetou os interesses do empresário que investiu na navegação e colonização do Amazonas. Como podemos observar, o barão de Mauá informou em relatório que as despesas foram além do que se esperava

*A despesa motivada pela fundação destas duas colônias acresce a que se fez com os colonos empregados em outros misteres, as passagens, engajamentos, sustento, medição e enterro dos que faleceram, e as despesas dos que se evadiram, na importância de 40:870\$874, bem como a quantia de 356\$539 a que montavam as dívidas de alguns colonos, o que tudo perfazia em 31 de Dezembro de 1856 [...] 237:623\$227[...]*⁵

Apesar dessa frustração em relação à colônia Mauá, é possível observar nos periódicos reportagens sobre a localidade, citando-a como “antiga colônia Mauá”, ou fazendo referência ao sítio das Lajes, principalmente na aquisição de terras localizadas naquela parte e que precisava ser feito o anúncio público mostrando intenção de regularização da propriedade.

É interessante notar que paralelamente a essa necessidade de solicitar regularização de propriedade, temos anúncios da Companhia de Navegação alertando sobre as terras lhes pertencerem como podemos observar desse anúncio de 1883 no periódico *Amasonas*:

⁵ COMPANHIA DO AMAZONAS. *Relatório da Companhia do Amazonas apresentado em 21 de outubro de 1857, pelo presidente da Companhia o Barão de Mauá*, 1857, p.11-12

Previne-se que os terrenos da antiga colônia Mauá, sitos à margem esquerda do Amazonas, no lugar denominado “Lages”, na confluência do Rio Negro, pertencem a Amazon Steam Navigation Company, Limited, e desde já protesta-se contra qualquer venda que se faça desse terreno ou de parte delle.

Manáos, 25 de setembro de 1883

O agente

J. B. Gonçalves da Rocha (Amasonas, 26.09.1883. Anno XVIII. p.3)

Além dessas informações sobre a necessidade de regularizar lotes de terras na antiga colônia Mauá ou nas proximidades do sítio das Lajes, temos também a informação da instalação da companhia de policiamento da região, o distrito de Lages, criado em maio de 1877, “começando na antiga colônia Mauá-incluída esta limitará com o de Itacoatiara, e abrangerá as margens do Solimões até encontrar os limites do districto de Codajás” (Jornal do Amazonas, Seção Atos Oficiais de 16 de maio de 1877)

e das pessoas aptas a participarem do alistamento eleitoral como é possível observar no excerto do periódico *Amasonas* de 1881, onde no “quartirão das Lajes” havia ao menos uma pessoa apta a participar do processo, o senhor José Baptista Rodrigues.

3.2 Manaus em Expansão – Onde Está Localizado o Cemitério Nossa Senhora da Piedade?

Ao contrário do que observamos que é possível encontrar com certa facilidade informações sobre a localidade da colônia Mauá e consequentemente sobre o sítio das Lajes, o mesmo não se pode dizer sobre a parte norte da cidade, onde ficamos com um vazio sobre as informações que não aparecem nos documentos oficiais, em periódicos ou jornais de grande circulação na Província.

Ao visitar o Arquivo Público, bibliotecas e o Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IGHA), pude perceber mais ainda a complexidade da pesquisa documental nas fontes oficiais e como a organização e digitalização desses acervos ainda precisam ser realizados.

Quando há falta de informações oficiais, tais como documentos e notícias, constitui-se um obstáculo específico para a formação da memória coletiva e para a investigação histórica. As fontes oficiais são essenciais para compreender processos sociais, políticos e culturais, uma vez que permitem registros estruturados e muitas vezes minuciosos sobre acontecimentos e contextos particulares. Quando essas fontes não estão disponíveis ou são insuficientes, surgem lacunas que complicam e dificultam a interpretação de certos períodos ou especificidades.

Conforme Le Goff (2003), a documentação oficial é um dos alicerces da historiografia, uma vez que disponibiliza informações que possibilitam a supervisão de narrativas e a análise crítica do passado. A ausência desses registros pode resultar em uma dependência excessiva de fontes alternativas, tais como relatos orais, registros pessoais ou documentos não oficiais, que, apesar de relevantes, podem ser fragmentados ou subjetivos. Esta circunstância exige do investigador um esforço extra para validar e contextualizar as informações disponíveis, frequentemente utilizando métodos interdisciplinares para preencher as lacunas deixadas pela falta de fontes oficiais (LE GOFF, 2003, p. 89).

Embora Le Goff (2003) afirme que a documentação oficial é um alicerce indispensável para a historiografia, por fornecer informações que permitem a supervisão de narrativas e a análise crítica do passado, é preciso questionar a hierarquização que coloca fontes alternativas — como relatos orais, memórias e documentos não institucionais — em posição secundária. A suposta "fragmentação" ou "subjetividade" desses registros não os torna menos válidos; ao contrário, como demonstram outros autores, eles são essenciais para uma compreensão mais democrática e plural da história.

Thompson (2002) defende que a história oral vai além de ser apenas um recurso compensatório na falta de fontes oficiais, sendo uma metodologia que expõe visões que são negligenciadas nos arquivos convencionais. Le Goff (2003) destaca o perigo da dependência de registros não oficiais, enquanto Thompson (2002, p. 45) contrapõe: "A história oral não só preenche as lacunas, mas também revela experiências ocultas, demonstrando que a 'objetividade' dos documentos oficiais frequentemente se reflete apenas na perspectiva dos grupos dominantes."

Ademais, Ginzburg (1989) evidencia, em pesquisas como *O Queijo e os Vermes*, que processos inquisitórios, correspondências pessoais e outros

documentos marginalizados podem fornecer análises tão profundas — ou até mais reveladas — que os arquivos oficiais. Le Goff (2003) chama a atenção para o “esforço adicional” necessário ao uso de fontes alternativas, enquanto Ginzburg (1989, p. 12) destaca que essa atividade possibilita “desmontar narrativas uniformes, revelando contradições e vozes que os documentos oficiais ocultam”.

Finalmente, Pollak (1989) contesta a ideia de que as fontes oficiais são mais fiáveis devido à sua suposta imparcialidade. Segundo ele, a subjetividade presente em relatos e recordações não é um defeito, mas um atributo que aprimora a análise histórica, pois “toda fonte é resultado de conflitos de poder e representação” (POLLAK, 1989, p. 80). Portanto, a crítica de Le Goff (2003) à “dependência excessiva” de fontes não oficiais não leva em conta que a própria documentação institucional também é parcial, mas em benefício dos vencedores.

Além disso, a escassez de jornais e documentos oficiais pode ser consequência de contextos políticos particulares, tais como regimes autoritários que controlam ou censuram a disseminação de informações. Conforme ressaltado por Hobsbawm (1998), durante períodos de repressão, a documentação oficial pode ser destruída, modificada ou escondida, com o objetivo de superar acontecimentos ou narrativas que contrariem os interesses do poder estabelecido. Em tais circunstâncias, a reconstituição histórica requer a recuperação de fontes marginalizadas ou a avaliação crítica dos silêncios e omissões presentes nos registros já existentes (Hobsbawm, 1998, p. 112.)

Diante dessa omissão do Estado, temos o reflexo daquilo que Achille Mbembe nos apresenta em seu trabalho sobre a necropolítica, onde vemos a atuação do poder político organizando-se e manifestando-se ao decidir quem pode viver ou morrer e com isso, determinando quais vidas são valorizadas e quais são consideradas descartáveis (Mbembe, 2018, p 41).

Ao vermos em seu texto como a criação de espaços onde a vida pode ser precarizada como campos de concentração, territórios ocupados e favelas, por exemplo, onde determinados grupos são excluídos da proteção do Estado, podemos inferir, que o governo provincial e depois governo do estado, também promoveram tais ações ao criarem as colônias, principalmente as mais distantes da zona urbana da cidade, que configuram como locais precários e sem atendimento do poder público.

Ao evidenciar que algumas vidas são consideradas dignas de proteção e atenção do poder público enquanto outras são marginalizadas, a necropolítica faz uso da violência indireta para viabilizar esse projeto, através do abandono sistêmico de políticas públicas que precarizam a condição de vida.

Esse abandono sistêmico acaba também por se manifestar na imprensa que ignora quaisquer informações que possam vir a escancarar essa prática, uma vez que é possível através da compreensão do que é a necropolítica, conseguir interpretar situações em que as desigualdades e o poder político atuam promovendo a precarização de determinado grupo, para além da morte física.

É preciso entender que o abandono social também é uma política da morte quando se nega o acesso à saúde, à educação, moradia ou até mesmo na questão dos sepultamentos.

A ausência de informações nos jornais e periódicos sobre os falecimentos e onde serão enterrados esses corpos mostram que há um apagamento sobre as suas existências o que dificulta a apresentação dessa realidade existente.

Dito isto, podemos observar os mapas de Manaus apresentando o desenvolvimento da cidade, desde 1852 até 1895, conforme as imagens 1 e 5 demonstram uma cidade que não atingiu seu ápice de crescimento.

Podemos observar no trabalho de Oliveira (2003), o mapa da cidade de Manaus em 1951, onde quase não se notam modificações sobre o ordenamento urbano, o que fortalece nosso trabalho sobre a complexidade de se obter informações sobre a parte norte da cidade de Manaus.



Figura 9: Planta de Zoneamento de Manaus, 1951. Fonte: OLIVEIRA, 2003, p.94

Como foi abordado anteriormente, Manaus passou a ser destino dos colonos vindos do Nordeste e de países estrangeiros, o que fomentou a criação de colônias agrícolas como foi o caso da Colônia Mauá e da Colônia Maracaju, que se localizava próxima ao cemitério São João.

Além dessas duas colônias, tivemos também a criação da Colônia Oliveira Machado; Colônia Campos Salles e Colônia João Alfredo.

Na seção de Obras Públicas do Estrella do Amazonas de 1857, encontramos a primeira referência à Estrada do Rio Branco que deveria ser construída a fim de conduzir e fazer transitar o gado. Essa estrada seria a ligação entre a zona urbana de Manaus com as áreas ao norte, que possuíam colônias.

encravada em mattas próximas a esta capital, foi fundada na intenção de para esse lado fazer derigir a população da cidade, quando procurasse uma expansão natural ao ir se completando a ocupação da area fechada pelo actual perímetro

Entretanto, apesar dessa necessidade, a construção da estrada levou tempo e foi lentamente sendo moldada, uma vez que a área era de difícil acesso para o recebimento de materiais

Na Mensagem do Governador de 10 de julho de 1903, Silvério Nery apresenta o que determina o atual Regulamento de Terras sobre o preço do metro quadrado e pretende levar a mesma proposta do decreto nº 108 de 20 de outubro de 1894 que regulou e distribuiu lotes de terras a colonos localizados na colônia Oliveira Machado, sujeitando-os somente ao pagamento dos títulos. O governador pretendeu fazer o mesmo sobre as terras das colônias Campos Salles e Pedro Borges.

O governador Silvério Nery passa então a relatar informações sobre a Colônia Campos Salles, sobre a sua fundação ter sido feita na intenção de fazer a população se deslocar para aquele lado da cidade, quando a área do perímetro urbano estivesse fechada.

Continuando sua exposição sobre as vantagens da colônia Campos Salles o governador Silvério Nery relata a necessidade de ser resolvido a abertura de uma estrada carroçável

O que necessita de prontamente ser resolvido é a abertura de uma estrada carroçável entre Flores, a estação terminal dos transways elétrico e o Cariry,- ponto onde se encontra com a estrada do Tarumã a estrada principal da colônia, cujo eixo acompanha o antigo pico do RIO Branco. Esta estrada que tem seis metros de largura e doze quilômetros de extensão acha-se em boas condições. Sem este melhoramento, o transporte entre a colônia e esta capital não se torna fácil e anula-se a única vantagem que por assim dizer encontra essa colônia, - a de achar-se nas proximidades de Manáos. (Mensagem do Governador.Silverio Nery 10 de julho de 1903)

Com a Lei no 16 de 08.10.1892 e a Exposição do Governo do Amazonas de 01.07.1893, a estrada de rodagem que liga Manaus à Vila de Boa Vista do Rio Branco (atualmente Roraima) foi designada BR-17, Manaus - Boa Vista, Manaus - Roraima, BR 174. Também foi designada Rodovia AM 010 e AM 010 Manaus - Itacoatiara. No momento, é conhecida como Avenida Torquato Tapajós, dentro do

perímetro de Manaus. Depois de atravessar o perímetro de Manaus, segue à esquerda para Boa Vista (BR 174) e à direita para Itacoatiara (AM 002).

O projeto dessa estrada, alinha-se ao de uma linha de bonde que pudesse ligar a colônia à cidade e assim facilitar o acesso dos moradores da colônia à cidade, e fazer o caminho de volta.

Diante do exposto, temos como observação a complexidade em conseguir maiores detalhes sobre a colônia e seu desenvolvimento, uma vez que a mesma não era considerada pertencente de forma direta do município de Manaus.

Segundo Peter Burke, a imagem como fonte histórica deve ser examinada como um teste presencial. Segundo o historiador, "as imagens são testemunhos dos arregimentos sociais passados e, sobretudo, formas de perceber e interpretar o que aconteceu". (Burke, 2004 p. 234)

Mediante o estudo dos mapas, imagens e documentos como fontes históricas e testemunhos presenciais de um passado específico, logramos não apenas entender como esse documento simboliza algo, mas também como esse algo representado é entendido por uma sociedade específica.

Como Mesquita (2009) apresenta, enquanto o sujeito interage modificando a matéria, isso gera novas percepções em seu criador. O caráter visual das imagens tem a capacidade de emitir argumentos tão eficazes quanto as explicações discursivas, traduzindo anelos e idealizações. Neste ponto, a sociedade urbana começa a impor valores de aparência, fazendo com que a imagem da cidade seja mostrada como em uma exposição. (Mesquita, 2009. p. 19-20)

3.3 Manaus e os Cemitérios Periféricos

Como pudemos observar nos capítulos anteriores, a formação e organização da cidade de Manaus passou por diversos processos, principalmente na questão administrativa que viesse a favorecer o desenvolvimento tanto da capitania como da capital, Manaus.

Como já foi dito anteriormente, a documentação acerca dos cemitérios, sua formação, surgimento e administração é complexa pois permite que a tarefa de localizar informações nos arquivos documentais se torne um obstáculo constante para pesquisadores, historiadores e outros interessados em consultar fontes primárias. Em Manaus, entidades como o Arquivo Público do Amazonas e o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) preservam um extenso acervo documental, contudo, o acesso a esses recursos nem sempre é fácil. Numerosos desses conjuntos de documentos são organizados com base em critérios que nem sempre são intuitivos ou de fácil compreensão para o público externo.

A ausência de uma catalogação minuciosa, a inexistência de digitalização e a estrutura desorganizada podem tornar a procura por um documento específico um processo difícil e prolongado. Além disso, a conservação imprópria de certos materiais, como papéis delicados ou objetos desgastados pelo tempo, pode complicar ainda mais o acesso às informações, exigindo atenção especial e, em certas situações, restringindo o controle. Esses desafios se intensificam quando os acervos não possuem equipes especializadas ou ferramentas tecnológicas adequadas para simplificar a pesquisa, resultando em muitos documentos "invisíveis" ou subaproveitados.

Durante o desenvolvimento da cidade de Manaus no período provincial e ao longo do período republicano, teremos informações sobre a criação de cemitérios de acordo com a legislação vigente o dependendo da demanda por conta de surtos epidêmicos que assolaram a cidade de Manaus.

Podemos encontrar na documentação oficial informações sobre os cemitérios que foram criados devido as necessidades, e que finalizaram por serem oficializados pela administração pública por conta da necessidade como é o caso do cemitério das Lajes, onde no site da Secretaria Municipal de Obras Públicas

reconhece sua existência a partir de 1906, entretanto, encontramos notícia sobre sepultamento sendo realizado ainda no século XIX.

Na literatura oficial como falas dos presidentes da Província, Inspetor de Saúde Pública e prefeitos, além de jornais e periódicos antigos, vemos que a preocupação em informar sobre as notícias visavam principalmente aquelas que ocorriam nas localidades e bairros que eram próximas à parte central da cidade ou que pudesse ter comunicação e transporte via embarcação.

Conseguimos encontrar informações sobre os cemitérios em documentos oficiais em decorrência de epidemias e surtos, onde a administração pública buscava meios de conter a doença ou controlar os óbitos. Através dos relatórios da inspetoria de saúde pública, e pelos periódicos que compartilhavam esses relatórios como o Estrela do Amazonas; Diario oficial dentre outros.

Diante de tal situação, trabalhamos o conceito de cemitérios rurais, que os caracteriza não apenas como locais de descanso final, mas também espaços de memória e identidade coletivas, onde não se limitam a ser locais de descanso final, mas também são locais de memória e identidade comunitária, onde as práticas de sepultamento e rituais perpetuam valores comunitários e históricos, que nas cidades grandes e capitais, vai se perdendo. Frequentemente, esses cemitérios são destacados por sua estrutura simples, com sepulturas espalhadas e identificadas por cruzes ou lápides simples, em contraste com a estrutura mais formal dos cemitérios urbanos.

Esta identificação é o que aparece no nosso objeto de estudo, a saber cemitérios de Nossa Senhora da Conceição das Lajes e Nossa Senhora da Piedade. Inicialmente, ambos identificados como rurais, porém, com o avanço da cidade para a área mais ao norte, o cemitério Piedade foi agregado pelo crescimento populacional, mudando de categoria e passando a ser considerado um cemitério urbano.

No site da Secretaria Municipal de Obras Públicas (SEMULSP), encontramos informações sobre os cemitérios locais ativos, divididos nas duas categorias acima mencionadas, contando com um total de dez cemitérios, sendo seis considerados urbanos e quatro rurais.

Apresentaremos um resumo sobre esses cemitérios e sua cronologia de acordo com as informações disponíveis no site da SEMULSP, dividindo-os em cemitérios urbanos e rurais.

Na categoria de cemitérios urbanos ativos, dentro dos limites da cidade de Manaus, temos inicialmente o

- ❖ **Cemitério Nossa Senhora Aparecida**, fundado em 1976, localizado no bairro Tarumã, é o único que tem possibilidade de receber novos sepultamentos, uma vez que os demais estão com ocupação máxima e, portanto, só recebem sepultamentos em jazigos familiares. Possui 90 quadras, e área total de 105,43 hectares⁶
- ❖ **Cemitério São João Batista**, fundado em 1890, está localizado na Praça Chile, no bairro Nossa Senhora das Graças. Possui 24 quadras, com área total de 10,11 hectares. Foi tombado como Patrimônio Histórico do estado do Amazonas.
- ❖ **Cemitério São Francisco**, fundado em 1937 e está localizado no bairro Morro da Liberdade. Possui cinco quadras e área de 3,69 hectares. Os sepultamentos são realizados em sepulturas perpétuas que foram adquiridas mediante concessão.
- ❖ **Cemitério Santa Helena**, inaugurado em 1930, o Cemitério Santa Helena localiza-se no bairro São Raimundo. Com uma área de 2,7 hectares, possui seis quadras e é considerado o quarto maior cemitério em extensão e em quantidade de inumações, que chegam a ser 26 mensais.
- ❖ **Cemitério Santo Alberto**, iniciou sua atividade no ano de 1918, e está localizado no bairro Colônia Antônio Aleixo. Possui uma área de 1,89 hectares e cinco quadras.
- ❖ **Cemitério Nossa Senhora da Piedade**, fundado em 1901, também era conhecido como “Cemitério Cariri”. Está localizado na Avenida Torquato Tapajós, – Km 05, rodovia AM 010 – com área total de 0,69 hectares. É considerado o menor cemitério dentro da área urbana da cidade, tanto em área quanto em sepultamentos realizados no local.

⁶dados de antes da covid-19 que assolou a cidade de Manaus.

Na zona rural de Manaus, a maioria dos cemitérios margeiam os rios e o acesso acaba sendo realizado apenas via fluvial.

- ❖ **Cemitério Nossa Senhora do Carmo**, fundado em 1903, está localizado às margens do rio Amazonas, na costa do rio Paraná da Eva e possui uma área total de 1,02 hectares, com duas quadras.
- ❖ **Cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lages**, fundado em 1906, o cemitério está localizado às margens do rio Negro, numa elevação que com a cheia do rio só é possível o acesso com embarcação. Possui 2,18 hectares e três quadras.
- ❖ **Cemitério Santa Joana do Puraquequara**, fundado em 1870, o cemitério está localizado às margens do lago Puraquequara, na atual comunidade de São Francisco de Mainã, e localizada dentro de uma área militar.
- ❖ **Cemitério São José do Jatuarana**, fundado em 1880, está localizado às margens do rio Amazonas, na costa do rio Jatuarana, possui uma área estimada em 0,22 hectares e possui apenas uma quadra.

Para melhor visualizarmos a localização desses cemitérios, apresento a localização deles via *Google Maps*, onde foi possível fazer a marcação dos cemitérios urbanos e rurais.

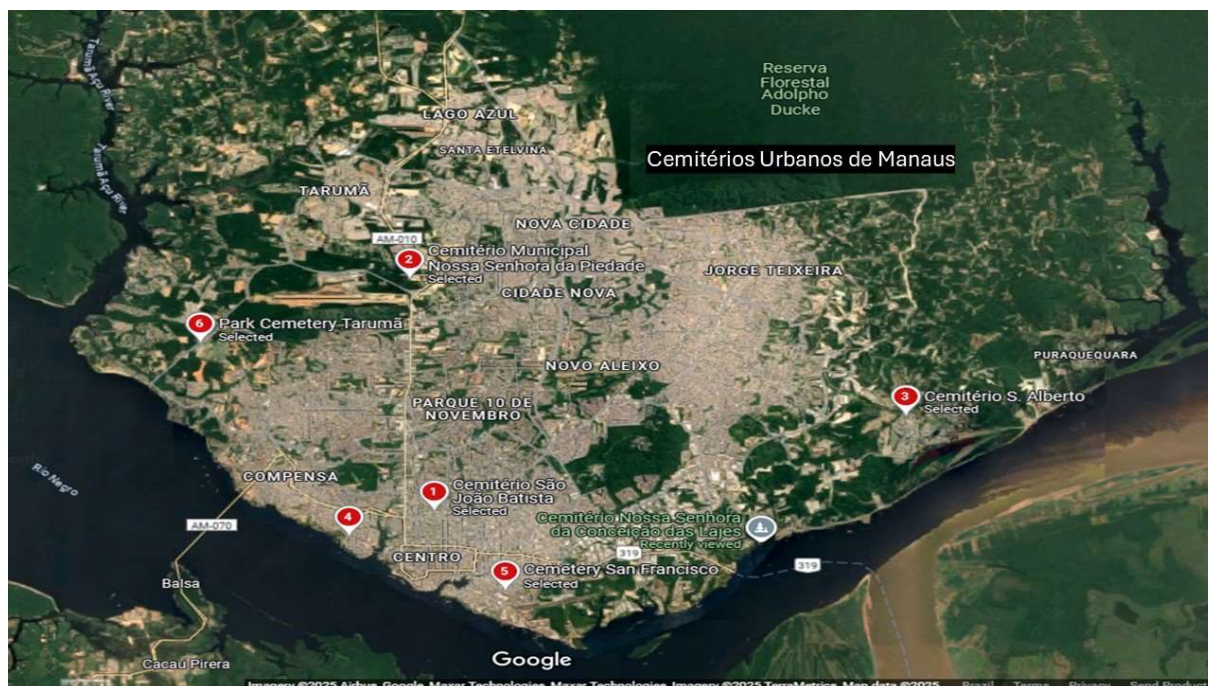


Figura 11 Cemitérios Urbanos de Manaus - 1: Cem. São Joao Batista; 2: Cem. Municipal Nossa Senhora da Piedade; 3: Cem. Santo Alberto; 4: Cem. Santa Helena; 5: Cem. São Francisco; 6: Cem. Nossa Senhora Aparecida. Pesquisa e marcação feita no Google Maps

A classificação dos cemitérios foi feita de acordo com a data oficial de funcionamento que consta no site da Semulsp, identificando do mais antigo para o mais recente.

Na figura 12, apresentando os cemitérios rurais, segui o mesmo padrão dos cemitérios urbanos, e a classificação se faz também pela questão cronológica.

Podemos com este mapa visualizar a complexidade que é o atendimento às pessoas que necessitam do serviço funerário em Manaus, em relação às comunidades ribeirinhas que são as que comumente são o público-alvo desses cemitérios, principalmente porque a sede da Semulsp divisão de cemitérios localiza-se no bairro Compensa, na zona oeste de Manaus e é no setor de cemitérios que é organizada a documentação sobre os sepultamentos que devem ser realizados em qual cemitério o corpo deve ser encaminhado.

Por fim, apresento a figura 13 com uma visão mais ampla sobre os cemitérios de Manaus em sua totalidade, de acordo com o portal da SEMULSP, e com a marcação dos cemitérios alterada em relação aos mapas 1 e 2 por conta da cronologia.



Figura 12: Cemitérios Rurais de Manaus. 1: Cem. Santa Joana do Puraquequara; 2: Cem. São José do Jatuarana; 3: Cem. Nossa Senhora do Carmo; 4: Cem. Nossa Senhora da Conceição das Lajes. Pesquisa e marcação feita no Google maps, no dia 23/01/2025



Figura 13: Cemitérios Urbanos e Rurais de Manaus. Pesquisa e Marcação feita no Google Maps no dia 23.01.2025

Apesar de termos esse relatório sobre a data de criação dos cemitérios em Manaus, na pesquisa documental existe uma lacuna muito grande em relação a informações sobre eles.

No periódico A Federação de 10 de outubro de 1898, temos o noticiário religioso informando o horário das missas a serem celebradas no dia de finados e apenas três cemitérios são citados, sendo dois deles já extintos: São Raimundo e São José. O único cemitério que ainda faz parte da cidade de Manaus é o São João.

No mesmo periódico, porém do dia 04 de novembro de 1898, ao relatar sobre as visitas realizadas aos cemitérios no dia 02 de novembro, novamente o periódico cita apenas os três cemitérios, dando a entender que são os únicos existentes na capital.

Com isso podemos perceber a complexidade para conseguir mais informações principalmente quando até mesmo no próprio órgão que é responsável pela administração dos cemitérios que é a Secretaria Municipal de Obras Públicas (SEMULSP), ao buscar informações sobre os cemitérios da cidade, apesar de toda a boa vontade em ajudar, os funcionários não sabiam responder minhas perguntas e nem indicar alguém que pudesse responder.

3.4 Cemitérios Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora da Conceição das Lajes

Quando decidi realizar a pesquisa cemiterial não imaginava o caminho a ser percorrido, tão complexo e cheio de dúvidas que me abateram. A ida aos órgãos públicos em busca de informações sobre os cemitérios Piedade e Lajes foram praticamente infrutíferas e frustrantes.

Como mencionei sobre os funcionários da Semulsp que foram atenciosos e solícitos dentro das suas possibilidades, porém sem um avanço significativo nas buscas pelas informações, posso dizer o mesmo do Arquivo Público e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA).

No Arquivo Público e no IGHA fui recebida de forma muito atenciosa pelos funcionários dos locais, porém, em ambos os arquivos, os funcionários sabiam mais sobre os cemitérios São José e São João do que os cemitérios Lajes e

Piedade. A busca documental também foi uma aventura à parte, uma vez que manusear os documentos originais é algo fascinante.

A pesquisa pelos acervos, a verificação de documentos, a manipulação dos papéis com mais de cem anos procurando as informações sobre estes dois cemitérios centenários e a ausência de referências sobre eles abateu-me com uma frustração profunda apesar de todo o fascínio que o manejo documental proporciona.

Apesar dos esforços em pesquisar nas bibliotecas públicas, bibliotecas virtuais, livros raros e antigos, o tempo passando e a dúvida e inquietação permanecendo: onde estão as informações sobre estes lugares? Como a administração pública informa que possui o controle sobre estes locais, entretanto não encontramos documentos norteadores sobre tais locais?

O que conseguimos encontrar sobre esses cemitérios são já no século XX, e a partir dos anos 1950 em diante com muita dificuldade para o cemitério das Lajes e a partir dos anos 1980, para o cemitério Piedade.

Essa lacuna documental revela-nos o quanto ainda é complexa a questão documental na cidade de Manaus.

Quando aparecem nos registros do Diário Oficial, tanto o cemitério da Piedade quanto o cemitério das Lajes são considerados cemitérios rurais, até o ano de 1996 quando então o Piedade passa a ser considerado cemitério urbano, mudando sua classificação.

Como visto no tópico 3.3, o *site* da Semulsp apresenta uma cronologia sobre os cemitérios estudados que contrastam com algumas informações que conseguimos obter durante as pesquisas, como podemos observar a respeito da data oficializada para o funcionamento dos respectivos cemitérios, a saber, Cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes, com data de fundação em 1906 e Cemitério Nossa Senhora da Piedade com data de fundação em 1901.

Durante as pesquisas em periódicos e jornais de época, em busca de informações sobre o objeto de estudo, consegui encontrar reportagem acerca do cemitério das Lajes, com datas anteriores ao que consta no site da SEMULSP, datada de 19 de abril de 1894, registrada no Diário Oficial:

Segurança Publica

Pelo administrador do Cemiterio denominado <<Conceição>>, da extincta Colonia Mauá e Agente de Segurança Publica no Logar Lages à foz do rio Negro, foi-me communicado o seguinte facto: Que, no dia 11 do corrente, por volta das 5 horas da tarde, estando a banhar-se no porto do estabelecimento de propriedade do cidadão José Claudio de Mesquita, o súbdito portuguez Antonio Diogo dos Santos , foi este de surpresa assaltado por grande Jacaré, que cravando-lhe as suas prezas produziu na victima, morte extantanea, e acontecendo achar-se próximo ao local uma mulher que era amasia da mesma victima, por ella foram dados grandes gritos de socorro fazendo immediatamente comparecer o trabalhador Manoel Teixeira de Oliveira e o pescador de nome Jesuino que ainda puderam tirar das garras da fera o corpo do infeliz Diogo, o qual fora dado à sepultura em o Cemiterio acima mencionado.

O 1º prefeito encarregado do expediente

Francisco Joaquim da Cunha Fiuza (Diario Official, 19 de abril de 1895, Anno III. N. 409. p. 2)

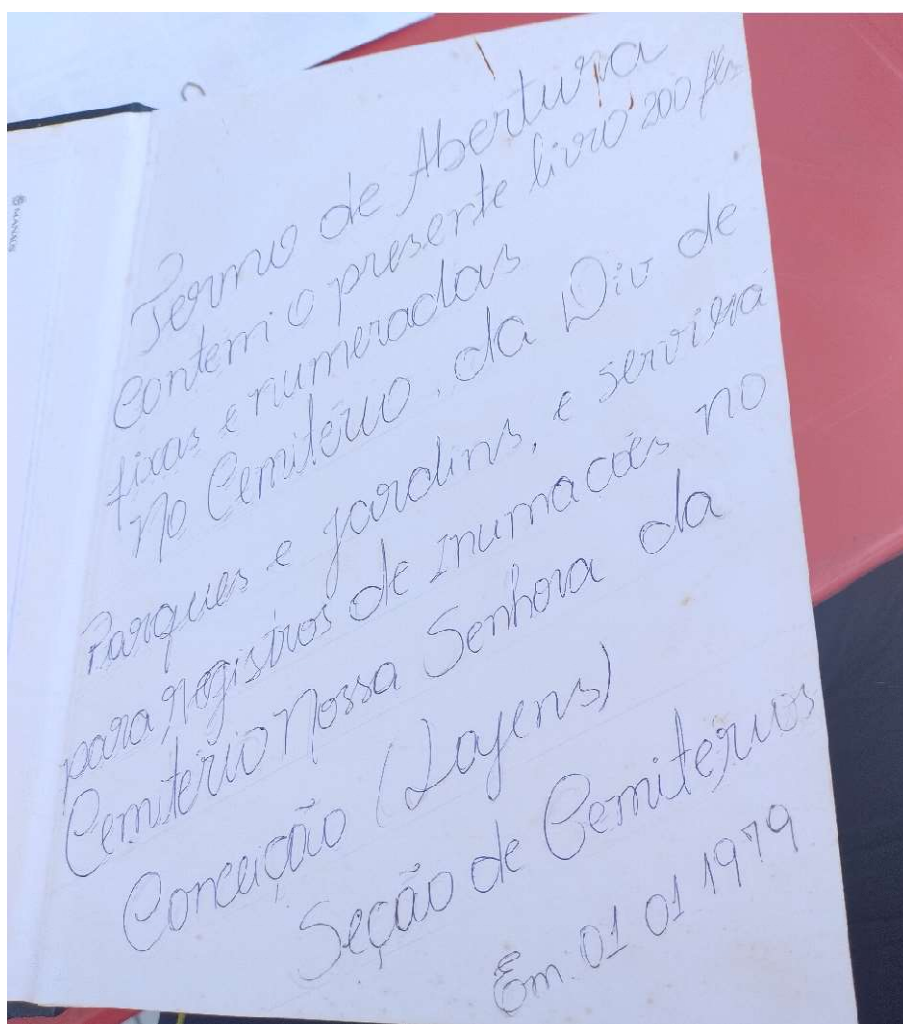
É interessante notar o início do relato onde temos a informação sobre o falecimento da vítima, deu-se por conta da notificação do administrador do cemitério, o que demonstra um fato atípico por conta das diversas notificações sobre falecimentos prevalecendo as notificações sobre os enterros realizados no cemitério São José (quando ainda em atividade) e principalmente o cemitério São João que era o que mais recebia inumações.

Corroborando o funcionamento do cemitério com data anterior ao que a prefeitura de Manaus reconhece, ao realizar visita em outubro de 2023, pude constatar a existência de uma lápide antiga, em bom estado de conservação que permite que questionemos sobre os registros e documentos que o tempo favoreceu para que se perdessem.



Figura 14: Acervo pessoal realizado em 10 de outubro de 2023. Inscrição na lápide: Aqui jaz os restos mortaes de Francisco José Ribeiro. Nascido em 14 de novembro de 1852. Fallecido em 15 de outubro de 1898. Lembrança de sua família

Entretanto, apesar desses registros, no livro de inumações disponível no Cemitério das Lajes, o período de anotações começa a partir de 1979, como é possível conferir abaixo, na figura 15:



Termo de Abertura
Contem o presente livro 200 pgs
fixas e numeradas
No Cemitério, da Div. de
Parques e jardins, e servida
para registros de inumações no
Cemitério Nossa Senhora da
Conceição (Lajes)
Seção de Cemitérios
Em 01 01 1979

Figura 15: Termo de abertura do Cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes. Acervo Pessoal. 10 de outubro de 2023

Ao questionar o administrador sobre os livros de registros anteriores, fui informada que o único livro de registros em posse dele e de que tinha conhecimento, era o que estava sendo exposto para mim.

Essa dificuldade em obter informações sobre os sepultamentos não é algo recente. No Jornal do Commercio de 08 de janeiro de 1904, na seção “Serviço dos Cemitérios” temos registrado o elogio ao ato do senhor superintendente municipal Adolpho Lisboa de regular e regulamentar o registro de obituário referente aos cemitérios de Manaus, apesar da matéria citar apenas o caso do cemitério São João por conta do processo de exumações que estavam ocorrendo e por conta disso, ficou exposto a ausência de informações sobre os corpos ali enterrados e as falhas nas informações, como registrado, onde o registro

informava haver uma criança de seis meses mas ao se fazer a exumação, encontrar-se na cova, ossadas de adulto.

Ao longo das décadas, que iniciam o século XX, ainda temos restrições nas informações sobre os cemitérios estudados, tendo sempre notícias sobre o cemitério São João Batista e chegando na década de 1980, matérias sobre a organização dos cemitérios de São Francisco, Santa Helena e Tarumã

No Diário Oficial, o cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lages passa ser mencionado a partir de 1962, como cemitério do interior juntamente com os cemitérios Jatuarana, Puraquequara e Tabocal.

Sobre o Cemitério Nossa Senhora da Piedade, registros no Diário Oficial surgem a partir de 1985, sobre a designação de funcionários que passariam a compor o quadro da Secretaria Municipal de Limpeza Pública, entre eles os administradores dos cemitérios urbanos de São Joao, Santa Helena, Ponta Negra e o administrador do cemitério rural Nossa Senhora da Piedade.

A capa do livro de inumações do cemitério Piedade, possui data referente ao ano de 1986, como podemos observar da figura 16 a seguir. Além disso como relatado em matérias de jornais mais recentes, há uma inconsistência nas informações, como podemos observar

É interessante observar que o Livro de Inumações do Cemitério 'Nossa Senhora da Piedade teve seu termo de abertura em 1991, como podemos observar da figura 17, mas o início dos registros começa em outubro de 1986, que se aproxima com a data das primeiras referências ao cemitério Piedade no Diário Oficial.



*Figura 16: Capa do livro de inumações do cemitério Nossa Senhora da Piedade.
Acervo pessoal, 07 de novembro de 2024*

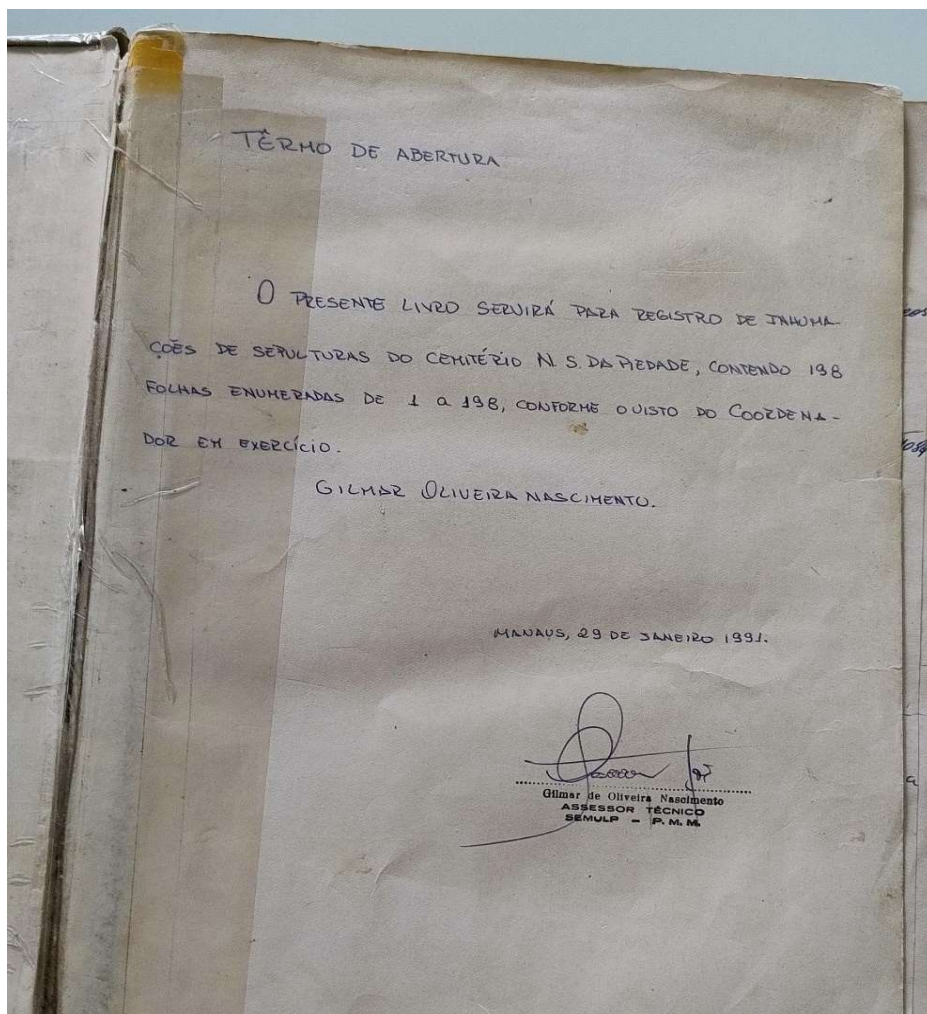


Figura 17: Termo de abertura do livro de inumações do cemitério Nossa Senhora da Piedade. Acervo pessoal. 07 de novembro de 2024.

No Diário Oficial de 23 de março de 1984, temos a publicação do Decreto nº 3961 de 13 de março, determinando o preço único na tabela de inumações, onde o texto explicita

CONSIDERANDO a solicitação constante do Ofício nº 120/84-SEMULSP/GS de 17.02.84, referente a inumações em **cemitério da periferia urbana**⁷ que servem comunidades de baixa renda;
CONSIDERANDO que o “preço público” instituído pelo Decreto Municipal nº 3841, de 20 de dezembro de 1983, representa remuneração dos serviços públicos, podendo transformar-se em “preço político”, em atenção à baixa renda do usuário, devidamente comprovada,
DECRETA:

⁷ Grifo da autora

Art. 1º - Fica estabelecido o preço na base de...Cr\$ 2.000,00 (Dois Mil Cruzeiros) para adultos e de Cr\$ 1.000,00 (Mil Cruzeiros) para crianças, referentes a inumações nos cemitérios de “Nossa Senhora da Piedade”; “Santa Joana”; “Nossa Senhora da Conceição”; “Nossa Senhora do Carmo” e “São José”, a serem cobrados pelo órgão competente do Município.

No Jornal do Comércio, de 02 de novembro de 1977, em matéria sobre o reverenciar dos mortos no Dia de Finados, temos a seguinte notícia

Os quatro cemitérios da capital: “São João Batista”, “Santa Helena”, no São Raimundo, “São Francisco”, no Morro da Liberdade e Cemitério “Parque Tarumã”, - além de um extra-oficial situado no “Mauazinho”, estão prontos para receber a população para a iluminação de finados. [...]

Ontem, acompanhado de alguns assessores, o prefeito Jorge Teixeira de Oliveira, fez inspeções rápidas nos quatro cemitérios, onde viu as boas condições que apresentavam, principalmente o “Tarumã”, o mais novo da cidade, que segundo o prefeito Jorge Teixeira não será inaugurado hoje (não quero dar uma de Odorico Paraguassú)⁸, mas será oficialmente aberto neste dois de novembro onde serão celebrados quatro missas. (Jornal do Commercio, 02.11.1977, ed 22563(B), p.3)

Entretanto, os demais cemitérios são ignorados em suas existências, como se não fizessem parte da dinâmica da cidade.

Em matéria do mesmo jornal, porém do dia 31 de outubro de 1987, ou seja, dez anos depois, vemos que a apresentação dos cemitérios segue praticamente inalterada, informando sobre a limpeza dos cemitérios “Santa Helena, Tarumã, São Francisco e São João Batista” para o dia de finados.

Durante a pesquisa documental, só foi possível encontrar reportagens recentes sobre os cemitérios das Lajes e Piedade, sempre apresentando o estado de abandono em que os mesmos se encontravam.

Uma das reportagens sobre o Piedade foi motivo de noites insones em busca da origem de tal informação, uma vez que informa que o cemitério da Piedade é o mais antigo da cidade de Manaus, fundado em 1864 como é possível observar na reportagem do Jornal A Crítica de junho de 2016

⁸ O prefeito Jorge Teixeira referia-se ao personagem da novela O Bem Amado que havia sido transmitida em 1973, onde o prefeito da pequena cidade de Sucupira tinha como meta de governo a inauguração do cemitério local, com seus planos sempre sendo frustrados, uma vez que não havia morto para ser enterrado no local.

História (quase) enterrada.

Em funcionamento desde 1864, “Cemitério do Cariri” está abandonado, em meio ao matagal.

[...]

Conhecido também como “Cemiterio do Cariri”, aos poucos ele vai sendo enterrado pela vegetação. O Nossa Senhora da Piedade possui uma área total de 2.160 metros quadrados, com uma quadra, e média de um sepultamento por dia, geralmente atendendo às comunidades adjacentes.

Com 1.020 sepulturas, é o menor da área urbana da cidade (bem distante das 91.553 existentes no Nossa Senhora Aparecida, na Avenida do Turismo, bairro Tarumã, Zona Oeste), tendo começado as suas atividades por volta de 1864, de acordo com informações da Secretaria Municipal de Limpeza Pública (Semulsp), órgão que administra os cemitérios da cidade.

Ele foi reconhecido oficialmente em 1901. No entanto, estranhamente, associa-se a inauguração oficial deste “campo santo” à pessoa do ex-governador do Estado Eduardo Gonçalves Ribeiro, o que é impossível tendo em vista que ele governou o Amazonas nos períodos de 2/11/1890 a 5/5/1891 e de 27/02/1892 a 23/07/1896, e faleceu em 1900.

Podemos também destacar que a criação da Colônia Campos Salles ocorreu quase no final do século XIX, conforme relatório dos governadores de 1903 e 1905, onde Silverio Nery informa que a colônia Campos Salles foi fundada em 13 de maio de 1899, distando uns 3km de Manaus.

Temos então um dos conflitos de informações, uma vez que na reportagem informa que o cemitério Cariri provavelmente começou suas atividades em 1864, quando oficialmente não havia ainda a colônia organizada.

Outro ponto de divergência, ocorre com relação ao nome do cemitério, uma vez que não foi possível localizar nos documentos e periódicos da época, a origem desse termo, como informado na reportagem. As únicas referências ao Cariri que tivemos foi no Jornal do Comércio

Victima de accusação solerte e diffamante da mulher de nome Antonia Maria Dantas chegou hontem a esta capital do lugar denominando Cariry Grande, trazida pela autoridade policiais daquela zona a menor Anna Pereira da Silva, afim de que a policia daqui lhe porcedesse a cordo de delicto (Jornal do Commercio, 23 de outubro de 1912. Ed 3063 p.1)

Na Mensagem do Governador de 1903, Silverio Nery em sua exposição à Colônia Campos Salles, relata a necessidade de se fazer uma estrada carroçável entre Flores, a estação terminal dos *tranways* e o Cariry, porém sem especificar se é apenas uma parte da colônia ou de fato o cemitério.

O que necessita de promptamente ser resolvido é a abertura de uma estrada carroçável entre Flores, a estação terminal dos tranways eléctricos e o Cariry, ponto onde se entronca com a estrada do Taruã e a estrada principal da colônia, cujo eixo acompanha o antigo pico do Rio Branco. Esta estrada que tem seis metros de largura e doze kilometros de extensão acha-se em boas condições.

Sem este melhoramento, o transporte entre a colônia e a capital não se torna facil e annulla-se a única vantagem que por assim dizer encontra essa colônia, a de achar-se nas proximidade de Manaus (Mensagem do governador, 1903, p. 255)

Na mesma Mensagem, na página 284, ao se detalhar as informações sobre a Colônia Capos Salles, apresentando dados relativos ao movimento da colônia Campos Salles, durante o ano de 1902, onde temos a informação sobre lotes, população, nascimentos, informando que nasceram 14 crianças sendo 8 do sexo masculino e 6 do sexo feminino; falecimentos com a taxa de 2 menores de idade e 4 adultos, entretanto, não informa onde se deu o enterramento dessas pessoas, teriam sido enterrados no cemitério Cariri? Ou foram enterrados em algum outro local desconhecido?

Ainda no mesmo segmento, temos o tópico sobre estradas, onde novamente vemos citado o Cariri, entretanto sem especificar do que se trata

A estrada principal tem uma extensão de 12 kilometros, as dos travessões de 10 e acham-se em bom estado de conservação; sendo o serviço feito pelos colonos.

Conviria muito melhorar a estrada entre Flôres e a encruzilhada no Cariry, afim de se tornar fácil a passagem de carros. (Mensagem do governador, 1903, p. 284)

No ano de 1928, temos a Mensagem do governador Ephigenio Salles tratando sobre as linhas telefônicas públicas a serem instaladas na área da estrada Rio Branco para facilitar a comunicação dos moradores da colona com a capital

Para facilitar as comunicações dos moradores da estrada Rio Branco com a cidade de Manáos, e regularizar os serviços de vehiculos, nessa via de penetração, resolvi estender uma linha de telephones, que dispondo de vários aparelhos, venha prender-se à rede urbana. As estações dessas linhas de utilidade publica serão Flores, Cariry, Fazenda Brasil, Villa Hermozina e Tarumã. O material, constante de postes, fios, isoladores e aparelhos, já foi adquirido e, em parte, transportado aos respectivos logares (Mensagem do governador, 1928, p. 91)

Por fim, na Mensagem do ano seguinte, 1929, confirmando a instalação dos telefones públicos, já não temos citado o lugar chamado Cariri, deixando a dúvida se não foi realizada a obra no local inicial ou se passou a ter outro nome, uma vez que são citados outros locais que anteriormente não apareciam

Construida a expensas dos cofres publicos, para facilitar o trafego nas rodovias circumvizinhas de Manáos e porporcionar aos habitantes dellas meios de se communicarems com o centro da Capital, estão inauguradas, desde o mez de maio ultimo, as linhas telephonicas da Estrada Rio Branco e seus ramaes, num total de 22 kilometros. Têm como pontos extremos a Colonia Campos Salles e o bosque do Tarumã, e intermediários as paradas Villa Hermosina, Fazenda Brasil, Petropolis e Flores. Segundo acordo levado a effeito com a Companhia Telephonica, ligam-se à rêde geral da cidade, estabelecendo, portanto, comunicação para todos os pontos da zona urbana. Dada a largs extensão já atingida pela estrada do Rio Branco e seus ramaes, impunha-se a providencia tomada pelo governo, e que veio abrir grandes facilidades ao transito de vehiculos. Os fios foram assentados em postes de aquariquara, distantes cincoenta metros uns dos outros, e os aparelhos, como todo o resto do material utilizado, completamente novos. (Mensagem do governador, 1929, p. 80-81)

Vemos através desses relatos a necessidade de integração da área urbana da cidade, com essa área mais rural, distante e que por conta da estrada do Rio

Branco e da produção de gêneros alimentícios e criação de gado, necessitava de um acesso mais adequado, bem como linhas telefônicas para facilitar a comunicação dos moradores dessas áreas com os da cidade.

Outro detalhe a ser observado é que no *site* Portal Amazônia, temos a data de fundação como o ano de 1901, e relata que a primeira pessoa inumada foi Luíza Marquês de Souza em 14 de agosto de 1905.

Usando a reportagem do portal A Crítica como data oficial de fundação em 1864, esse lapso de quarenta e um anos é muito grande para que não houvesse nenhum sepultamento no local, principalmente dada a distância do cemitério à área mais central da cidade.

Infelizmente o acesso a esses registros mais antigos fica restrito aos funcionários da SEMULSP e não está disponível para consulta pública, mesmo aqueles que já foram digitalizados através dos voluntários da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (SUD) que realizam esse trabalho voluntário e entregaram à SEMULSP como é possível acompanhar na reportagem do *blog* do Hiel Levy⁹

A Prefeitura de Manaus, por meio da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (Semulsp), recebeu, na manhã desta terça-feira, 9/4, três HDs, contendo 100 mil registros digitalizados de documentações de cemitérios da capital amazonense. Os discos rígidos serão utilizados para sistematizar o serviço e otimizar o atendimento oferecido atualmente nos locais.

Realizado por voluntários da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias em Manaus, o trabalho de informatização dos dados busca avançar no processo de administração dos espaços públicos, deixando de utilizar documentos de papel, passando para um sistema oficial da prefeitura.

Titular da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (Semulsp), Sabá Reis falou sobre os benefícios da digitalização dos documentos.

"Nós estávamos precisando disso há muito tempo. Fizemos uma consulta com quem podia fazer e o valor cobrado girava em torno de R\$ 750 mil. E para nós, da Semulsp, era muito alto. Por isso, ficamos sem fazer. Ainda bem, por meio da generosidade, da bondade dessas pessoas, vamos agora prestar um serviço de mais qualidade. Eu quero, em nome do prefeito David Almeida, agradecer. Nós vamos fazer isso de forma mais rápida e moderna. Vai facilitar muito o nosso trabalho e das pessoas que nos procuram", argumentou Reis.

Diretor de Relacionamento Governamental e Institucional da área Brasil da igreja, Nei Garcia, informou que o levantamento de dados, digitalização e processamento dos 100 mil registros aconteceram entre 2018 e 2019, e compreende seis cemitérios da capital.

⁹<https://blogdohiellevy.com.br/prefeitura-moderniza-a-administracao-dos-cemiterios-de-manaus-com-informatizacao/> pesquisa realizada em 20.02.2025

"O Family Search concluiu essa primeira etapa com seis cemitérios em Manaus. Foram 100 mil registros digitalizados, disponibilizados hoje à Semulsp. São registros antigos, resgatados desde 1882 até 2019. Esses dados estão sendo disponibilizados para a secretaria. Tudo digitalizado, tudo guardado com segurança", disse Garcia.

O novo processo será adotado inicialmente nos cemitérios São João Batista, localizado no boulevard Álvaro Maia, bairro Nossa Senhora das Graças, zona Centro-Sul, e no Nossa Senhora de Aparecida, situado na avenida do Turismo, bairro Tarumã, zona Oeste. De acordo com o assessor de Templo e História da Família no Norte, Geraldo Lima, dos 6.328 centros de pesquisas da igreja no mundo, 454 estão situados no Brasil. Manaus abriga dez deles.

"Esse é um trabalho maravilhoso, em que nós resgatamos documentos de cemitérios, cartórios e igrejas para ajudar as pessoas a montarem sua própria árvore genealógica. Tudo isso de graça. Nós temos uma plataforma, o familysearch.org.br, que tem mais de vinte e cinco bilhões de dados para ajudar você nisso. Esse é o nosso trabalho. Ajudar as pessoas a encontrarem suas raízes, se conectarem com sua família e se conectarem com Deus", concluiu Lima.

Infelizmente ao realizar buscas no site Family Search, os cemitérios com informações disponibilizadas foram o de São João e o de Santa Helena.

Para reforçar o estado de abandono, a reportagem também apresentou imagens mostrando como se encontrava o cemitério, como podemos observar



Figura 18: Sepulturas do Cemitério Nossa Senhora da Piedade. (Fotos: Antônio Menezes disponível em: <https://www.acritica.com/manaus/em-funcionamento-desde-1864-cemiterio-do-cariri-esta-abandonado-em-meio-ao-matagal-1.164331>) acesso em 20/01/2024



Figura 19: Sepulturas do Cemitério Nossa Senhora da Piedade. (Fotos: Antônio Menezes disponível em: <https://www.acritica.com/manaus/em-funcionamento-desde-1864-cemiterio-do-cariri-esta-abandonado-em-meio-ao-matagal-1.164331>) acesso em 20/01/2024

O Portal Amazônia também disponibilizou imagens sobre o estado de abandono em que se encontrava o cemitério quando realizaram a reportagem, apresentando como se encontrava a capela do local, como é possível ver na figura 20 apresentando a situação lastimável em que se encontrava a capela do cemitério, além do estado crítico em que se encontravam as sepulturas e jazigos.

O que foi possível perceber durante as visitas realizadas ao Piedade, é que o local foi vítima de uma série de irregularidades, como a ausência de um planejamento e alinhamento entre uma cova e outra para proporcionar um melhor aproveitamento do espaço interno do cemitério.

Os anos de ausência do poder público propiciaram ações de abandono, vandalismo e destruição das memórias das gentes ali enterradas, o que aumenta a sensação de descaso que se fez sentir nesse período de levantamento de fontes.



Figura 20: Capela do Cemitério Nossa Senhora da Piedade. Disponível em: <https://portalamazonia.com/cultura/cemiterio-do-cariri-conheca-o-menor-cemiterio-de-manaus/> Acesso em 20/04/2024

Nesses períodos em que as equipes de reportagens foram aos cemitérios das Lajes e da Piedade, ao questionarem a SEMULSP sobre o estado de aparente abandono que os locais se encontravam, não havia previsão para que se realizassem reformas e melhorias.

Entretanto, em meio ao período caótico de pandemia da covid-19 que assolou o Amazonas e em especial a cidade de Manaus, a administração da SEMULSP realizou a revitalização dos cemitérios rurais, e a revitalização do cemitério Piedade, entregando aos funcionários uma sede administrativa, a reforma da capela e revitalização do local, garantindo um melhor ambiente de trabalho aos funcionários, com podemos observar nas imagens da minha visita ao local.

Sobre o cemitério das Lajes, conseguimos encontrar reportagens acerca das cheias do rio Negro e o fato do local ficar ilhado, o que acaba por provocar o fenômeno das terras caídas, o que também prejudica as sepulturas que são arrasadas pelo desbarrancamento, e exposição de corpos como relatado por moradores.



Figura 21: Vista aérea do Cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonas/conheca-o-cemiterio-construido-em-uma-ilha-na-amazonia/> acessado em 15 de janeiro de 2025

O cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes também foi beneficiado com a colocação de pneus no barranco, para servir de degraus e evitar que em tempos de chuva ocorram o deslizamento das pessoas que ali vão para um último adeus ao seu ente querido.

O cemitério das Lajes também ganhou uma sede administrativa (figura 16) entretanto nas vezes em que me dirigi ao local, o mesmo ainda se encontrava sem as ligações de água e eletricidade, o que comprometia a realização dos trabalhos, como a irrigação do solo e das plantas nas sepulturas.

A escada de pneus melhorou o acesso, principalmente no período das chuvas por conta do terreno íngreme e irregular que dá acesso ao topo da colina para realizar o enterro, como pode ser observado na figura 17.



Figura 22: Acervo pessoal. Sede da administração do Cemitério Nossa |Senhora da Conceição das Lajes. Em 10.10.2023

Quando da visita ao cemitério das Lajes em outubro de 2023, estávamos passando por uma das piores secas, com o nível do rio Negro extremamente baixo, permitindo o acesso ao cemitério a pé.

Através da imagem, podemos perceber a característica do solo argiloso e seco, o que dificulta a manutenção de plantas ornamentais no terreno. A ausência de irrigação também favorece para que o cenário desértico se apresente, além da ausência de chuvas do período.



Figura 23: Acervo pessoal. Escadaria de acesso ao cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes . Em 10.10.2023

Um fato a ser observado sobre ambos os cemitérios é que eles não recebem novas inumações como no cemitério Nossa Senhora Aparecida. Tanto no cemitério Nossa Senhora da Piedade, quanto no cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes, só é possível ser inumado ali, caso a família já tenha alguma sepultura de parente. Mesmo para os moradores do bairro Mauazinho o cemitério das Lajes não atende suas necessidades, principalmente por ele ser voltado para

atender as comunidades ribeirinhas que margeiam o rio Negro e têm o cemitério das Lajes como o local mais próximo.

Na última visita realizada no cemitério Piedade, foi possível visualizar sepulturas recentes, porém a maioria sem identificação do falecido, ao perguntar por que aquelas sepulturas estavam ali, já que o cemitério tem essa limitação de não abrir novas covas, fui informada que eram de pessoas sem identificação que foram levadas ao IML e não houve parentes que identificassem, portanto, foram distribuídos em alguns cemitérios da cidade e o Piedade recebeu alguns desses corpos que foram inumados ali, e durante o processo, duas famílias haviam conseguido encontrar os parentes desaparecidos e a identificação foi realizada, constando a identificação na sepultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a pesquisa cemiterial, especificamente voltada para os cemitérios Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora da Conceição das Lajes, tinha em mente, a ideia de apresentar um trabalho onde as informações seriam fáceis de conseguir através dos documentos. Entretanto, os cemitérios, ao refletir o mundo vivo, são convertidos em um poderoso meio de estudo. A materialização desses espaços de memória permite olhar sobre os coletivos sociais e a maneira como se estruturam e interpretam o mundo e principalmente são interpretados.

Com isso fui levada a um caminho completamente divergente daquilo que imaginava, onde a pesquisa se mostrou mais densa e penosa, porém revigorante a cada encontro de informações que necessitava para “montar o quebra-cabeças” sobre o tema pesquisado.

Com o desenvolvimento desse estudo foi possível verificar que à medida que a cidade foi crescendo, necessitava de melhorias, tanto na pavimentação das ruas, como na profilaxia de doenças, e se fazia necessário um trabalho da administração pública para garantir a segurança dos moradores.

Durante o período colonial não havia uma legislação específica sobre os enterros e como proceder, o que permitia que os cristãos fossem enterrados nos terrenos e átrios das igrejas, o que leva aos moradores da colônia organizarem seus testamentos para que consigam ter seus desejos realizados sobre o féretro e todo o processo de enterro e missas a serem realizadas.

Quando se estabelece a primeira legislação cemiterial no Brasil, a província do Amazonas precisa adequar-se para corresponder à lei imperial e necessita organizar a cidade de Manaus e a província para que estejam em harmonia com o estabelecido pela legislação, o que não é tarefa fácil dadas as dificuldades de mão de obra, recursos financeiros e falta de materiais.

A partir organização do cemitério secular, a administração pública estabelece a legislação cemiterial, proibindo o uso dos espaços nos terrenos das igrejas e nos átrios, determinando que os enterros sejam realizados apenas nos cemitérios públicos que existirem ou vierem a ser construídos, e que os mesmos devem localizar-se fora dos limites das cidades a fim de evitar as contaminações através dos miasmas e vapores que seriam exalados do solo.

Através dos códigos de posturas municipais, vemos que a municipalidade tem como objetivo apresentar uma cidade com aparência europeizada, voltada para a padronização e a modernidade, determinando os costumes que devem ser adotados pela população e conjuntamente a isso, permanecem as informações sobre os sepultamentos e funcionamentos dos cemitérios locais.

Com a elevação do Amazonas à categoria de Província determinada pela lei imperial nº 582, de 5 de setembro de 1850, o território passa a receber recursos para específicos para sua administração e se faz necessário organizar a província para que possa enfim começar a ter ares modernos.

A vinda dos exploradores ao território vai favorecer o entendimento sobre a região, além de observarem como estava a cidade de Manaus à época, e o que precisava ser melhorado, em relação aos prédios públicos, à administração e às ruas da cidade.

Essa visão vai favorecer para que haja uma preocupação em realizar obras que permitam o desenvolvimento da localidade e com isso possam definir as obras de infraestrutura a serem realizadas, apesar da ausência de mão de obra necessária para a realização das tarefas.

Apesar das dificuldades, a província passa a receber um fluxo considerável pessoas vindas de diversas partes por conta da abertura dos rios à navegação à vapor, o que favorece para que haja um aumento no fluxo migratório e consequentemente a proliferação de doenças que se mostrarão um desafio à parte para a cidade de Manaus, principalmente por não ter hospitais suficientes para prestar atendimento médico adequado aos enfermos, bem como a necessidade de enterros serem realizados com eficiência por conta da demanda que as epidemias que grassam a região sejam contidas.

A partir desse crescimento, Manaus contará com hospitais e cemitérios que tentarão dar conta das necessidades da cidade e em algumas situações, o número de mortos será acima das capacidades de enterramentos diários, e não raro ocorrerão denúncias de corpos largados nos muros do cemitério esperando a vez de serem sepultados. Esse cenário caótico apresenta a complexidade que é o lidar com a doença e a morte, numa cidade que faz questão de exaltar a vida.

Quando procuramos encontrar nos documentos da época, referências sobre os cemitérios estudados, esbarramos na questão dos limites geográficos

que nos impedem de obter maiores informações sobre a localidade em que eles se encontram.

O cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes, localizado na ilha de Mauá, no atual bairro Mauazinho, tem como origem do local a vila Mauá, criada pela Companhia de Navegação como parte do acordo para trazer colonos à província e com isso favorecer a produção agrícola deficiente.

Apesar dos esforços, a vila durou pouco mais de dois anos, por conta da dificuldade de plantio em seu solo e pelo interesse dos colonos em irem aos seringais aventurar-se em busca da possibilidade de riquezas. Mesmo abandonada em seu projeto original, a localidade permaneceu sendo ocupada e temos registros de enterramento no cemitério a partir de 1895, com matéria de jornal citando a existência do cemitério das Lajes.

A prefeitura de Manaus reconhece a fundação do cemitério a partir de 1906, entretanto, pelos registros jornalístico e *in loco* é possível inferir que a existência desse cemitério antecede a data oficialmente reconhecida pela prefeitura, principalmente por que é possível ver uma sepultura data de 1898.

Além dessas informações também é possível encontrar notícias sobre lotes de terras que estão sendo pleiteadas por moradores locais o que nos mostra que a localidade esteve sempre visada pelos moradores da região.

Em contrapartida, o cemitério Nossa Senhora da Piedade configura-se como um mistério maior por conta da de documentação oficial e jornalística a respeito da localidade em que ele se encontra e sobre a própria existência do cemitério.

Por estar localizado mais ao norte, fora dos limites urbanos de Manaus, e em terras destinadas a colonos agrícolas e criadores de gado, o acesso às informações acaba por ser mais restrito ainda, uma vez que a localidade não se configura como parte do perímetro urbano de Manaus.

Embora reconheça a relevância da colônia de Campos Salles e as barreiras de locomoção, o governo fez pouco para facilitar o acesso dos habitantes dessa região às áreas centrais da cidade. Um exemplo disso é o projeto de ampliação da linha de bondes que não foi finalizado, evidenciando as dificuldades em concretizar planos.

Atualmente Manaus conta com dez cemitérios, divididos entre cemitérios rurais e urbanos, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Limpeza

Urbana. O cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes faz parte dos cemitérios rurais, juntamente com os cemitérios Santa Joana do Puraquequara, São Jose do Jatuarana e Nossa Senhora do Carmo. Enquanto o cemitério Piedade atualmente faz parte dos cemitérios urbanos, conjuntamente com os cemitérios São João, Nossa Senhora Aparecida, São Francisco, Santo Alberto e santa Helena.

Apesar dos esforços em encontrar informações mais detalhadas sobre os cemitérios trabalhados, não foi tão frutífera a procura, apresentando uma lacuna que deve ser preenchida e estudada, restando ainda muitas dúvidas e necessidade de mais pesquisa.

A materialidade dos cemitérios Piedade e Lajes apresentam-se como um rico objeto de pesquisa que deve aguçar os sentidos para novas possibilidades investigativas, como um olhar mais aguçado para as representações da morte, quem são as pessoas atendidas pelos cemitérios em questão e como o estudo cemiterial coopera para o conhecimento e manutenção da memória da cidade.

Com este estudo pretendeu-se realizar um acompanhamento histórico sobre o desenvolvimento da cidade de Manaus e sua relação com os cemitérios estudados, além da manutenção da memória social em relação a estes cemitérios.

É preciso romper com os estigmas que a existência dos cemitérios e a morte ainda causam nas pessoas, uma vez que a vida se apresenta na morte, bem como a cidade se manifesta através dos seus cemitérios e como lida com eles. Espera-se que este estudo seja inspirador para novos pesquisadores, instigando novos questionamentos e provocando novos olhares ao estudo cemiterial em Manaus e no Amazonas.

REFERÊNCIAS

Jornais e Periódicos

AMASONAS, *Actos Officiaes*. Anno I, N.36. Manáos, 14 de fevereiro de 1867, p.1

AMASONAS, *Annuncios. Prevenção*. 26.09.1883. n. 925. Anno XVIII p.3

AMASONAS, *Publicações Solicitados*, “*Aviso Util*” 02 de maio de 1879, Anno XIII n. 272. p.4

AMASONAS, *Publicações Solicitados*, “*Aviso Util*” 25 de abril de 1879, Anno XIII n. 269. p.3

AMASONAS, *Publicações Solicitados*, “*Aviso Util*” 27 de abril de 1879, Anno XIII n. 270. p.3

AMASONAS, *Publicações Solicitados*, “*Aviso Util*” 30 de abril de 1879, Anno XIII n. 271. p.3

AMAZONAS, Órgão do Partido Republicano Democrata. Parte Oficial. *Regulamento para os cemitérios públicos do Estado do Amazonas*. 20.08.1892 Ed. 3586. p.1

ESTRELLA DO AMAZONAS, 13 de maio de 1854. Ed. 89-90, 8º trimestre. p. 7

ESTRELLA DO AMAZONAS, 11 de maio de 1859. Edição 373, 22º trim. p. 3

IMPARCIAL, *A “influenza” hespanhola. Casos novos e velhos. A inhumação na zona rural. Os mortos de hoje*. Anno I 20.11. 1918 p. 1-2

IMPARCIAL, *Cadáveres abandonados. A miséria pelo bairro do Bilhares*. Ed. 319. Anno I. 14.11.1918. p.1

JORNAL DO AMASONAS, *Publicações Solicitadas, Rio Negro*. 2 de abril de 1876. Anno 1, Ed. 88. p.3

JORNAL DO AMAZONAS: Defende A Causa Da Verdade, Da Justiça, Do Progresso e Da Civilização (AM). Seção Noticiário; *Attos Officiaes* de 16 de maio de 1877. Ed. 182. p.1

JORNAL DO COMMERCIO, Cidade homenageia seus mortos com círios e saudades nos cemitérios. 02.11.1977, Ed 22563 (B) p.3

JORNAL DO COMMERCIO, Círios e saudades para os mortos de Finados. 02.11.1977, Ed 22563 (B) p.1

JORNAL DO COMMERCIO, *Flores. Proibida a venda nas portas dos cemitérios. Cemitérios*. 31.10.1987, Ed 34423, p.10

JORNAL DO COMMERCIO, *Occorencias*, 23 de outubro de 1912. Ed 3063 p.1

JORNAL DO COMMERCIO, *Serviços dos Cemitérios*, 08 de janeiro de 1904. Ed.6, Anno I, p.1

O TEO TEO. Sexta-feira, 4 de julho de 1848. Typ. De Santarem & Filho, rua do Espírito Santo, n. 16 p. 4

TREZE DE MAIO, sessão 9 de setembro. Assembleia Legislativa Provincial 1846

TREZE DE MAIO. Assembleia Legislativa Provincial do Pará. 5ª legislatura. Acta do dia. Sessão em 9 de setembro de 1846. Ordem do dia. Belém 26 de setembro de 1846. p.2

Documentos

BRASIL. **Código Do Processo Criminal 1832 – Lei Imperial Brasil. Código Do Processo Criminal Do Império De 1832**. Lei de 29 de dezembro de 1832. Coleção das Leis do Brasil. Sem Paginação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm Acesso em: 01/03/2024

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil - 25 de março de 1824. (parágrafo XXI, Art. 179). Sem Paginação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm Acesso em: 01/03/2024

BRASIL. **LEI IMPERIAL DE 1º DE OUTUBRO DE 1828 – Dá nova forma às Camaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. TÍTULO III Posturas Policiaes, Art. 66, §1º - §2º** Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html Acesso em 03/03/2024

CARTA CADASTRAL DE MANAUS 1906

CÓDIGO DE POSTURAS DE 13.09.1910

Relatórios, Falas e Mensagens

ARANHA, João Baptista de Figueiredo Tenreiro. *Relatorio que, em seguida ao do Exmo. Snr. Presidente da Provincia do Pará, e em virtude da Circular de 11 de março de 1848, fez, sobre o estado da Provincia do Amazonas, depois da installação dela, e de haver tomado posse e seu 1º Presidente o Exmo. Snr. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha*. Amazonas: Typographia de Manoel da Silva Ramos, 1852.

AMARAL, Ângelo Thomaz do. *Falla dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas em 1º de outubro de 1857, pelo Presidente da Província Ângelo Thomaz do Amaral*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1858.

CARMO, João Ignácio Rodrigues do. *Relatório com que o Exmo. Sr. 5º Vice-presidente da Província do Amazonas João Ignácio Rodrigues do Carmo passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. 2º Vice-presidente tenente-coronel José Bernardo Michiles, no dia 25 de setembro de 1867*. Manaus: Typographia do Amazonas- Rua da Palma, 1867.

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro. *Falla dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura, no dia 3 de maio de 1861, pelo Presidente da mesma Província o Exmo. Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha*. Manaus: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 1861.

_____. *Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Amazonas pelo Exmo. Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Presidente da mesma Província, na Sessão Ordinária de 3 de maio de 1862*. Belém: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

FERREIRA, Fileto Pires. *Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, Governador do Estado, lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da terceira sessão ordinaria da segunda legislatura, em 4 de*

março de 1897. Manáos: Typographia do Diario Official do Estado do Amazonas, 1897.

FURTADO, Francisco José. *Relatorio que a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas apresentou, na abertura da Sessão Ordinária, em 7 de setembro de 1858, Francisco José Furtado, Presidente da mesma Provincia*. Manaos: Typographia de Franscisco José da Silva Ramos, 1858.

MACHADO, Joaquim de Oliveira. *Exposição com que o Presidente da Provincia do Amazonas, Exmo. Sr. Joaquim de Oliveira Machado passou a administração da Provincia ao Exmo. Sr. Dr. Manuel Francisco Machado, em 1º de julho de 1889*. Manaos: Typographia do Amazonas, 1889.

MARACAJU, Barão de. *Falla com que abriu no dia 25 de agosto de 1878 a 1ª Sessão da 14ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas o Exmo. Sr. Barão de Maracaju, Presidente da Provincia do Amazonas*. Manáos: Typographia do Amazonas, 1878.

_____. *Falla com que o Exmo. Sr. Barão de Maracaju, Presidente da Provincia do Amazonas no dia 29 de março de 1879, abriu a 2ª Sessão da 14ª Legislatura da Assembleia Provincial*. Manáos: Typographia do Amazonas – Marcilio Dias, 13, 1879.

MATTOS, João Wilkens de. *Relatorio com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Amazonas tenente-coronel João Wilkens de Mattos abriu a Assembleia Legislativa Provincial, no dia 4 de abril de 1869*. Manaos: Typographia do Amazonas, 1869.

MELLO, Antonio Epaminondas. *Relatorio com que o Exmo. Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Mello entregou a administração da Província do Amazonas ao Exmo. Sr. Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, Vice-presidente da mesma, em 24 de junho de 1866*. Recife: Typographia do Jornal do Recife – Rua do Imperador, 77, 1866.

MIRANDA, Manoel G. Corrêa de. *Falla dirigida à Assembleia Legislativa da Província do Amazonas, na abertura da primeira Sessão Ordinária da primeira Legislatura pelo Exmo. Sr. Vice-Presidente da mesma Província o Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, em 5 de setembro de 1852*. Capital do Amazonas: Typographia de Manoel da Silva Ramos – Rua de Manaus – casa n.1.852, 1852.

MIRANDA, Manoel G. Corrêa de. *Falla dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura, no dia 3 de novembro de 1860, pelo 1º Vice-presidente em exercício o Exmo. Sr. Doutor Manoel Gomes Corrêa de Miranda*. Manaus: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 1860.

MONTEIRO, Cesar do Rego. *Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa, na abertura da segunda sessão extraordinária da décima primeira Legislatura, pelo Exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, Governador do Estado, a 20 de fevereiro de 1924*. Manaus: Diário Oficial, 1924.

MOREIRA, Antonio Jose. Relatório do Dr. Antonio Jose Moreira, 2º Cirurgiao do Corpo de Saude do Exercito. In: *Relatorio ao Presidente de Província João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha*. 1852.

PEIXOTO, Domingos Monteiro. *Falla dirigida á Asemblea Provincial do Amasonas na Primeira Sessão da 12ª Legislatura, em 25 de março de 1874 pelo Presidente da Província Bacharel Domingos Monteiro Peixoto*. Manáos: Typographia do Commercio do Amasonas, 1874.

PENNA, Herculano Ferreira. *Exposição feita ao Exmo. Sr. 1º Vice-presidente da Província do Amazonas e desembargador Manoel Gomes Corrêa de Miranda, pelo presidente e conselheiro Herculano Ferreira Penna, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província, em 11 de março de 1855*. Cidade da Barra: Typographia de Manoel da Silva Ramos – Rua da Palma, 1855.

_____. *Falla dirigida a Assembleia Provincial do Amazonas no dia 1º de agosto de 1854, em que se abriu a sua 3ª Sessão Ordinária, pelo Presidente da Província*

e conselheiro Herculano Ferreira Penna. Cidade da Barra: Typographia de Manoel da Silva Ramos – Rua da Palma, 1854.

QUEIROZ, José Clarindo de. *Relatorio com que o Exmo. Sr. Tenente Coronel José Clarindo de Queiroz, Presidente da Provincia do Amazonas, abriu a Sessão Extraordinaria da Assembleia Legislativa Provincial, em 14 de janeiro de 1880.* Manáos: Typographia do Amazonas, 1880.

REGO, Jacintho Pereira do. *Relatorio com que o Exmo. Sr. Presidente da Provincia Dr. Jacintho Pereira do Rego abriu a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas no dia 1º de junho de 1868.* Manaos: Typographia do Amazonas – de Antonio da Cunha Mendes, 1868.

REIS, José de Miranda da Silva. *Relatorio que a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas apresentou no ato da Abertura das Sessões Ordinárias de 1871, o Presidente José de Miranda da Silva Reis, em 25 de março de 1871.* Manaos: Typographia do Amazonas – de Antonio da Cunha Mendes, 1871.

_____. *Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na 1ª Sessão Ordinária da 11ª Legislatura, no dia 25 de março de 1872, pelo Presidente da Província o Exmo. Sr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis.* Manaos: Typographia do Amazonas, 1872.

VIEIRA, João Pedro Dias. *Exposição feita ao Exmo. Snr. 1º Vice-Presidente da Provincia do Amazonas o Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, pelo Presidente o Doutor João Pedro Dias Vieira, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Provincia em 26 de fevereiro de 1857.* Manáos: Typographia de José da Silva Ramos, 1857.

_____. *Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa Provincial pelo Exmo. Senhor Doutor João Pedro Dias Vieira, Presidente desta Província, no dia 8 de julho de 1856, por ocasião da 3ª Legislatura da mesma Assembleia.* Cidade da Barra: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 1856.

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida et al. Sobre a memória das cidades. *Revista da faculdade de Letras*, v. 14, p. 77-97, 1998.

ALCÂNTARA MACHADO d'Oliveira, José de. Vida e morte do bandeirante. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunaes, 1943.

AMAZONAS, Lourenço S. Araújo. *Dictionario Topographico, Historico e Descritivo da Comarca do Alto-Amazonas*. Recife: Typographia Commercial de Meira Henrique, 1852.

ARIÈS, Philippe. História da morte no Ocidente. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

_____. História da morte no ocidente (PV Siqueira, Trad.). **Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Original publicado em 1975), 1977.**

BACHELARD, Gaston. *A Epistemologia*. Tradução de Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Lisboa, Portugal: Edições 70, setembro de 2006.

CUPPER, Maria Terezinha da Rosa. *Educação e Cultura: Leitura do Cemitério São João batista – Manaus/Am*. Dissertação de Mestrado em Educação, UFAM, 2009.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Retirantes cearenses na província do Amazonas: colonização, trabalho e conflitos (1877-1879). **Revista Brasileira de História**, v. 35, p. 131-155, 2016.

BATES, Henry Walter. O naturalista no rio Amazonas. **Brasiliana**, 1944.

BELLATO, Roseney; CARVALHO, Emília Campos de. O jogo existencial e a ritualização da morte. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 13, p. 99-104, 2005.

BELLOMO, Harry Rodrigues *A estatuária funerária em Porto Alegre (1900-1950)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

BORGES, Maria Elizia. Arte funerária no Brasil, 1890-1930: ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Editora C/Arte, 2002

_____. *Arte Tumular: a produção dos marmoristas de Ribeirão Preto no período da Primeira República*. 1991. Tese (Doutorado em Artes) – Programa de Pós-graduação em Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

CASTRO, Elisiana Trilha . Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008). 2008.

CYMBALISTA, Renato; LANNA, Ana Lúcia Duarte. Cidade dos Vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios paulistas. 2001.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. Quando viver ameaça a ordem urbana (1890-1915). Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

DE ALMEIDA, Marcelina das Graças. A cidade e o cemitério: uma experiência em educação patrimonial. Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer, v. 1, n. 1, p. 213-230, 2016.

DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente, 1300-1850. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira: Volume 1-Colônia**. Leya, 2016.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto. Manaus 1890 – 1920*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007.

GAMA, Rosineide de Melo. *Dias Mefistofélicos: A Gripe Espanhola nos Jornais de Manaus (1918 – 1919)*. Dissertação de Mestrado em História, UFAM, 2013.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GENNEP, Arnold van *Les rites de passage*, Paris, 1909 (Trad. Bras. Mariano Ferreira 3 ed. Petrópolis, Vozes, 2011, Apresentação de Roberto da Matta)

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONDAR, J. Memória individual, memória coletiva, memória social. *Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social*, [S. l.], v. 7, n. 13, 2015. Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815>. Acesso em: 28 set. 2023.

GRASSI, Clarissa. *Guia de Visitação ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula: arte e memória no espaço urbano*. Edição do Autor, 2014.

JOBIM, Anísio. *O Amazonas: sua história (ensaio antropogeográfico e político)*. **Brasiliense**, 1957.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

LIMA, Tania Andrade. De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, v. 2, p. 87-150, 1994.

LAUWERS, Michel. *O Nascimento do cemitério. Lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval*. 2015.

MARTINS, Carla Mara Matos Aires. *A Manaus dos mortos: uma análise das transformações na cidade a partir de seus cemitérios*. 2019. 61 f. TCC (Graduação em Geografia) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus.

MEDEIROS, Samuel Lucena de. *Comprando saúde: o consumo de remédios e seu contexto na Manaus antiga (1892-1939)*. 2020.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *La belle vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890-199)*. 2005.

_____. *Manaus: história e arquitetura - 1852-1910*. Manaus: Editora Valer, 2006.

_____. **La belle vitrine: Manaus entre dois tempos 1890-1900**. FAPEAM, 2009.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução de Eliane Lisboa. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. *O Método 3: O Conhecimento do Conhecimento*. 3ª ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. *O homem e a morte*. Tradução de Cleone Augusto Rodrigues, 1997.

NOGUEIRA, Renata de Souza. *Quando um cemitério é patrimônio cultural*. 2013. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Memória Social-Memória e Patrimônio) –Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA J.A. *A cidade doce e dura em excesso*. Manaus, Valer/Governo do Estado do Amazonas/Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA). 2003.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Na contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945)*. **Canoa do Tempo**, p. 11-32, 2007.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. 2 ed. Belo Horizonte/Manaus: Itatiaia/ Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Manáos e outras villas. **(No Title)**, 1999.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Posturas Municipais, Amazonas (1838-1967)*. Manaus EDUA, 2016.

_____. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, [S. l.], v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. DOI: 10.1590/S1678-51771993000100013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481> . Acesso em: 28 set. 2023.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. Códigos de Posturas e Regulamentos. Vigiar, controlar e punir. **ANAIS DO IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. Vestígios do Passado a História e suas fontes. Rio Grande do Sul: ANPUH-RS**, 2008.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre o sofrimento do mundo e outros ensaios**. L&PM Pocket, 2020.

SILVA, Julio Santos da. *Adoecendo na cidade da borracha: Manaus (1877 – 1920)*. Dissertação de Mestrado em História, UFAM, 2012

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VALLADARES, Clarival do Prado. *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros: um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, v. 2, 1972.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório, ou o trabalho de luto**. Unesp, 2010.

_____, La mort et l'occident de 1300 à nos jours, Paris, Gallimard, 1983.

WEINSTEIN, Bárbara. A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes



Imagem 1 Administração do Cemitério Nossa Senhora da Piedade. Acervo pessoal. Visita realizada em 10 de outubro de 2023



Imagem 2 Vista lateral da administração do Cemitério Nossa Senhora da Piedade. Visita realizada em 10 de outubro de 2023



Imagem 3 Cruzeiro das Almas. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 4 Cruzeiro das almas e capela ao fundo. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 5 Cruzeiro das almas e sepulturas ao fundo. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 6 lateral do cemitério. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 7 Cruzeiro das Almas com treze copos com água. Acervo pessoal 10/10/2023



Imagem 8 Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 9 Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 10 Cruz retirada de sepultura e encostada em túmulo. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 11 Imagem 11 Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 12 tumulos em alvenaria, e em construção ao fundo. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 13 Sepultura em aparente estado de abandono. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 14 Sepultura em aparente estado de abandono. Ao fundo, tumulos em alvenaria. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 15 Sepultura com coroa de flores artificiais. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 16 Sepultura em aparente estado de abandono. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 17 Construção das câmaras internas do túmulo. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 18 Túmulos em alvenaria. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 19 sepultura familiar. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 20 Sepultura familiar. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 21 sepultura ornamentada com flores artificiais, sem alterações, apenas placa de identificação. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 22 Sepultura em aparente estado de abandono. Ao fundo, estruturas tumulares em alvenaria. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 23 lateral do cemitério. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 24 Sepulturas com modelos parecidos. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 25 Lateral do cemitério. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 26 Fundos do cemitério. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 27 vista lateral do cemitério. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 28 Vista lateral do cemitério. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 29 Fotografia tirada em direção à entrada do cemitério. Ao fundo, o prédio da administração. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 30 Fotografia tirada em direção à entrada do cemitério. Ao fundo, a lateral da administração. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 31 Imagem da lateral do cemitério, mostrando a administração. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 32 Sepulturas em aparente estado de abandono. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 33 disposição das sepulturas irregulares e espaçadas. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 34 Disposição das sepulturas irregulares e espaçadas. Acervo pessoal. 10/10/2023



*Imagem 35 túmulo em aparente estado de abandono com árvore nascendo. Acervo pessoal.
10/10/2023*



Imagem 36 Padrão tumular. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 37 Sepulturas dispostas de forma irregular e muro final do cemitério. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 38 Lateral do cemitério. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 39 Túmulos em alvenaria, podendo ser observado um certo padrão. Acervo pessoal. 10/10/2023

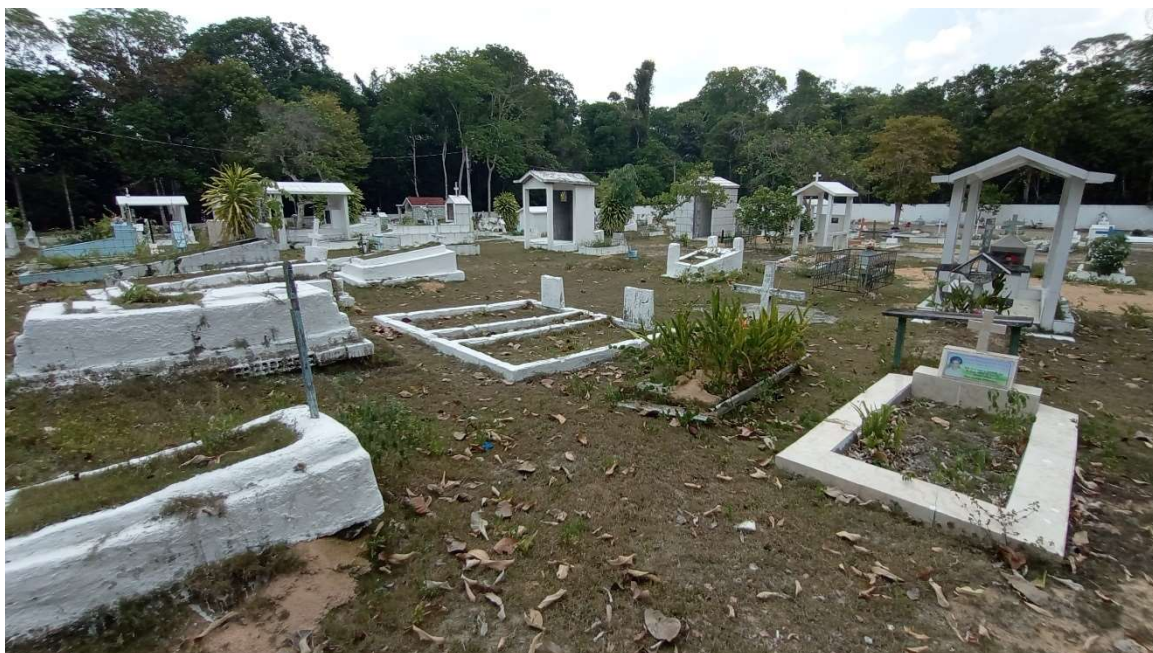


Imagem 40. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 41 Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 42 Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 43 Sepultura com velas. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 44 Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 45 Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 46 Detalhe de cruz em madeira, com inscrições ilegíveis. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 47 Cruz em madeira com inscrições ilegíveis. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 48 Flores ornamentando o túmulo. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 49 Estrutura protegendo a sepultura. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 50 Crucifixo depositado em sepultura. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 51 Cruz com a frase "Coração de mãe" entalhado, juntamente com o nome e data de nascimento e falecimento. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 52 Sepultura ornamentada com flores artificiais e faixa. Acervo pessoal. 10/10/2023



*Imagem 53 Sepultura com cruz em madeira, com as iniciais e data gravadas. Acervo pessoal.
10/10/2023*



Imagem 54 Sepultura com cruz de ferro em aparente estado de abandono. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 55 Sepultura familiar. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 56 Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 57 Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 58 Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 59 Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 60 Cruz em ferro, encoberta pelos galhos do cajueiro. Acervo pessoal. 10/10/2023

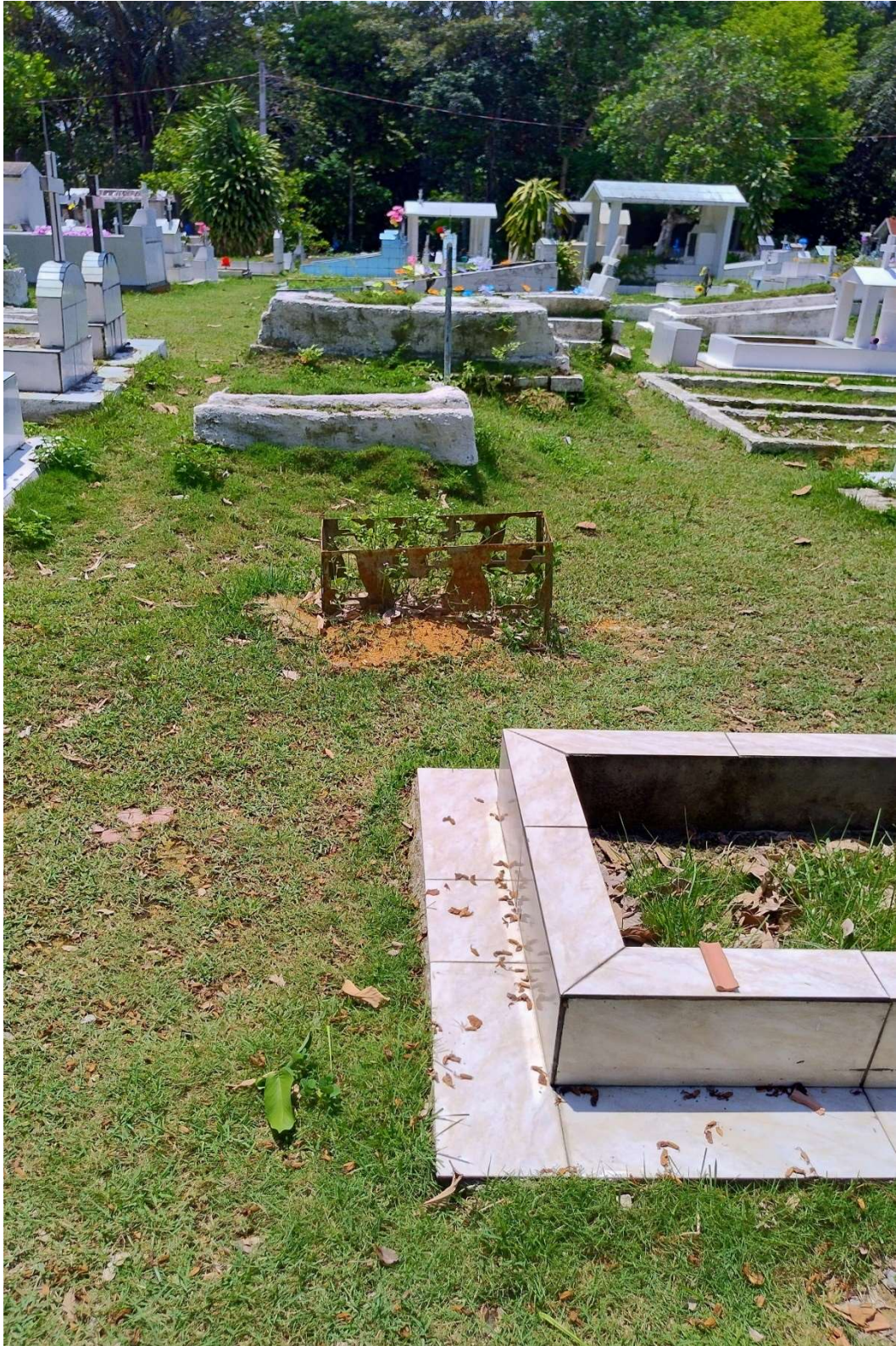


Imagem 61 Túmulos infantis, sem identificação. Acervo pessoal. 10/10/2023

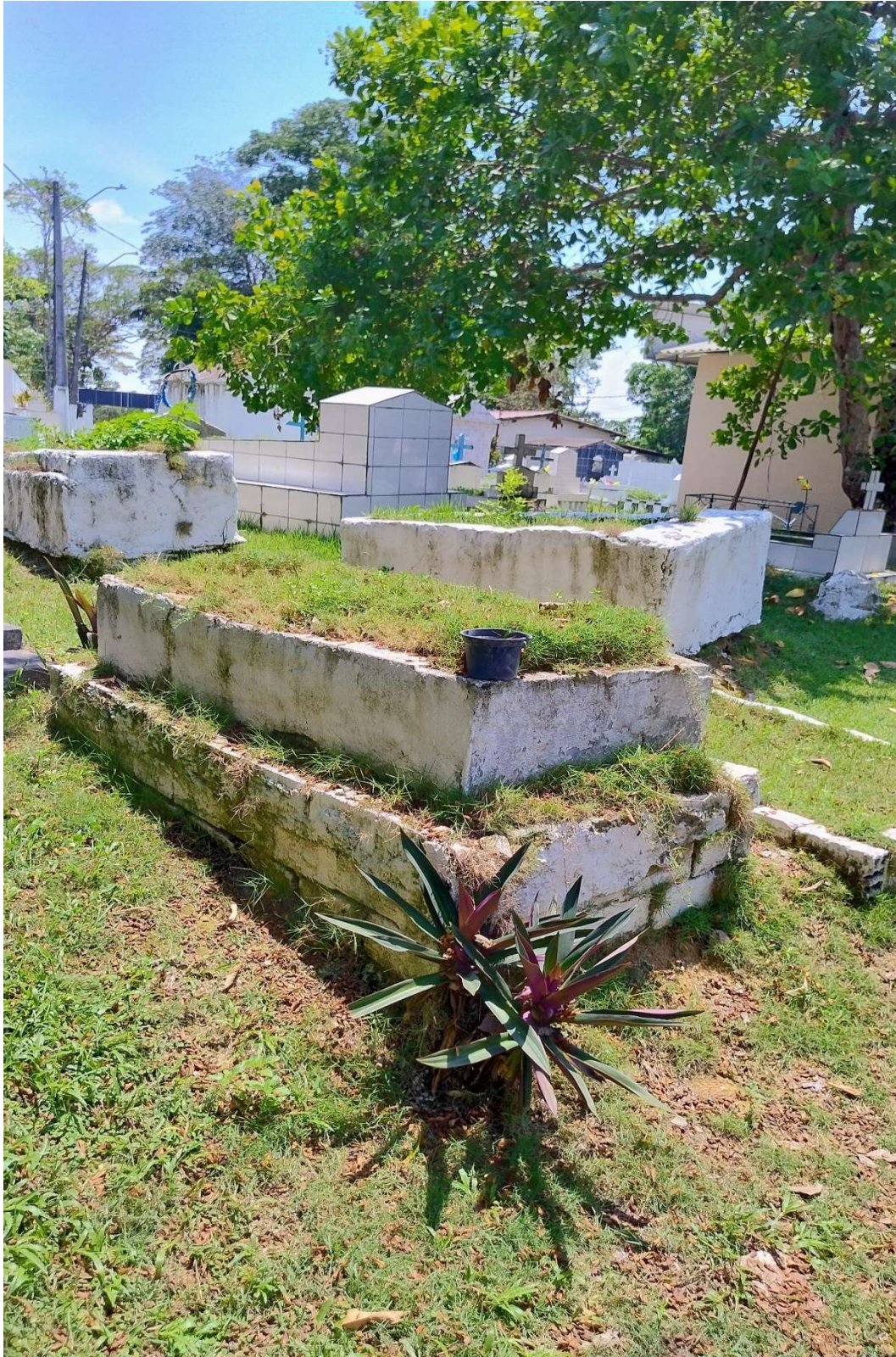


Imagem 62 Túmulo sem identificação. Acervo pessoal. 10/10/2023

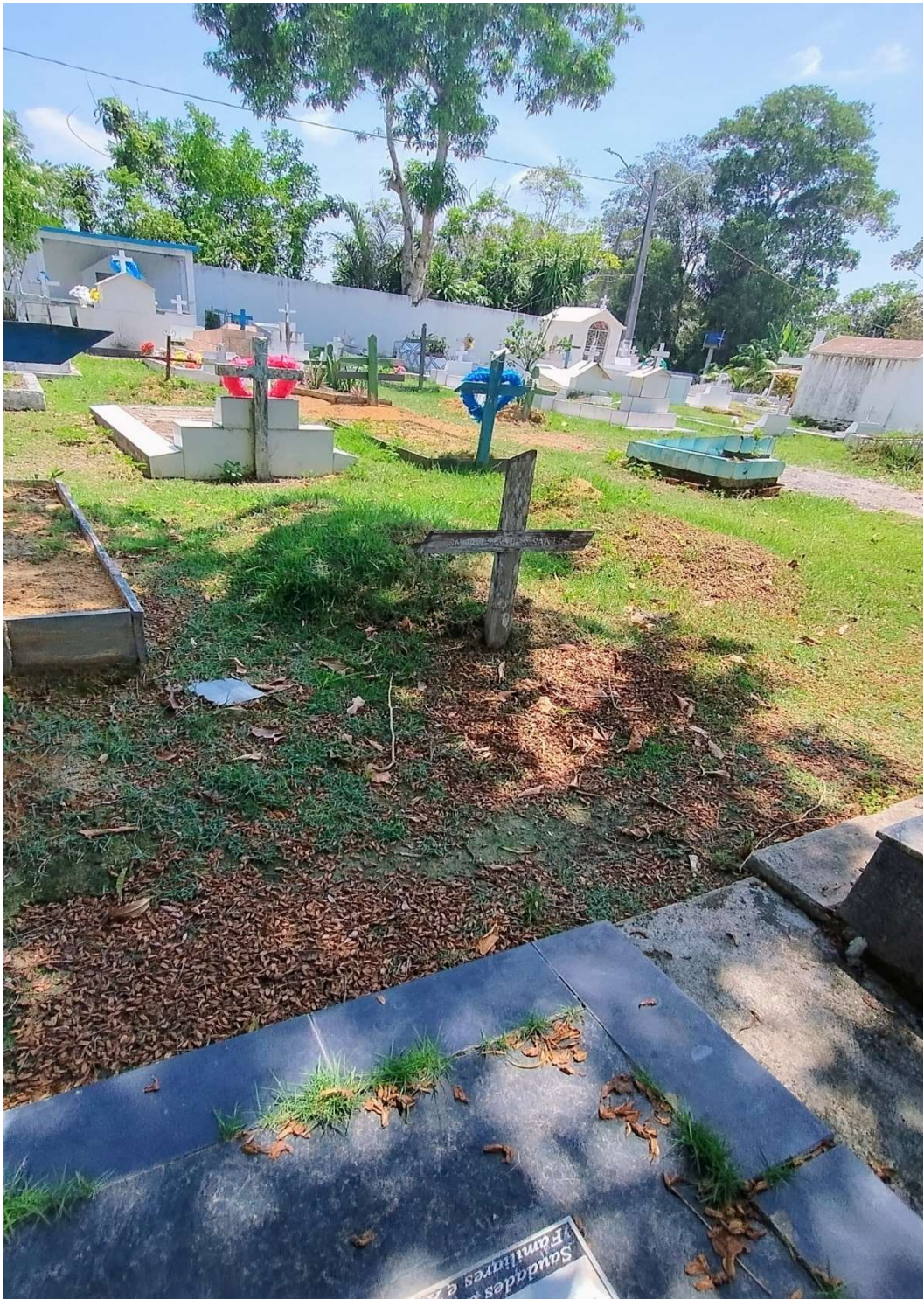


Imagem 63 vista lateral. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 64 Sepultura sem identificação. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 65 Sepultura sem identificação e com alvenaria quebrada. Acervo pessoal. 10/10/2023

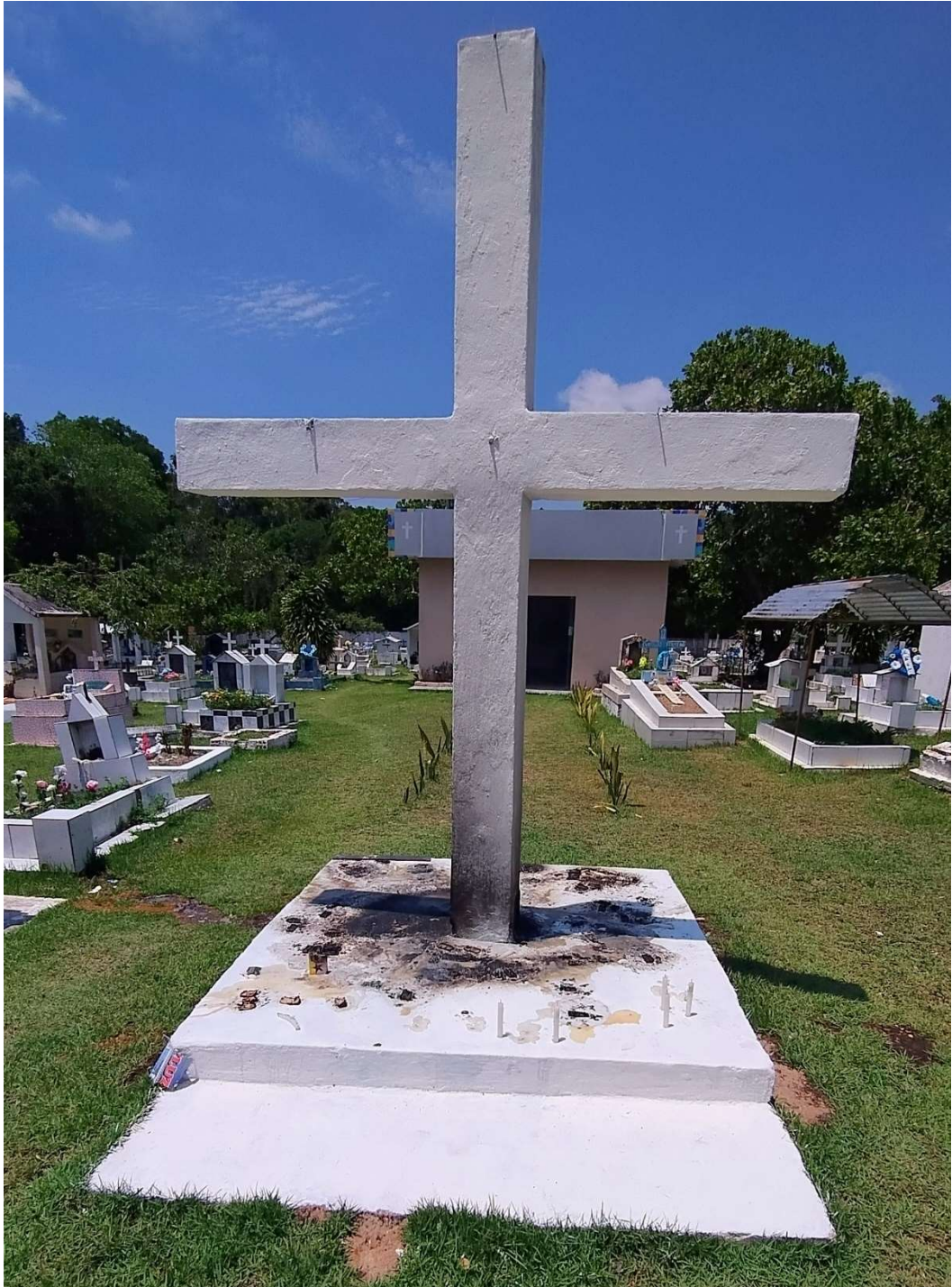


Imagem 66 Cruzeiro das Almas, com velas. Acervo pessoal. 07/11/2024

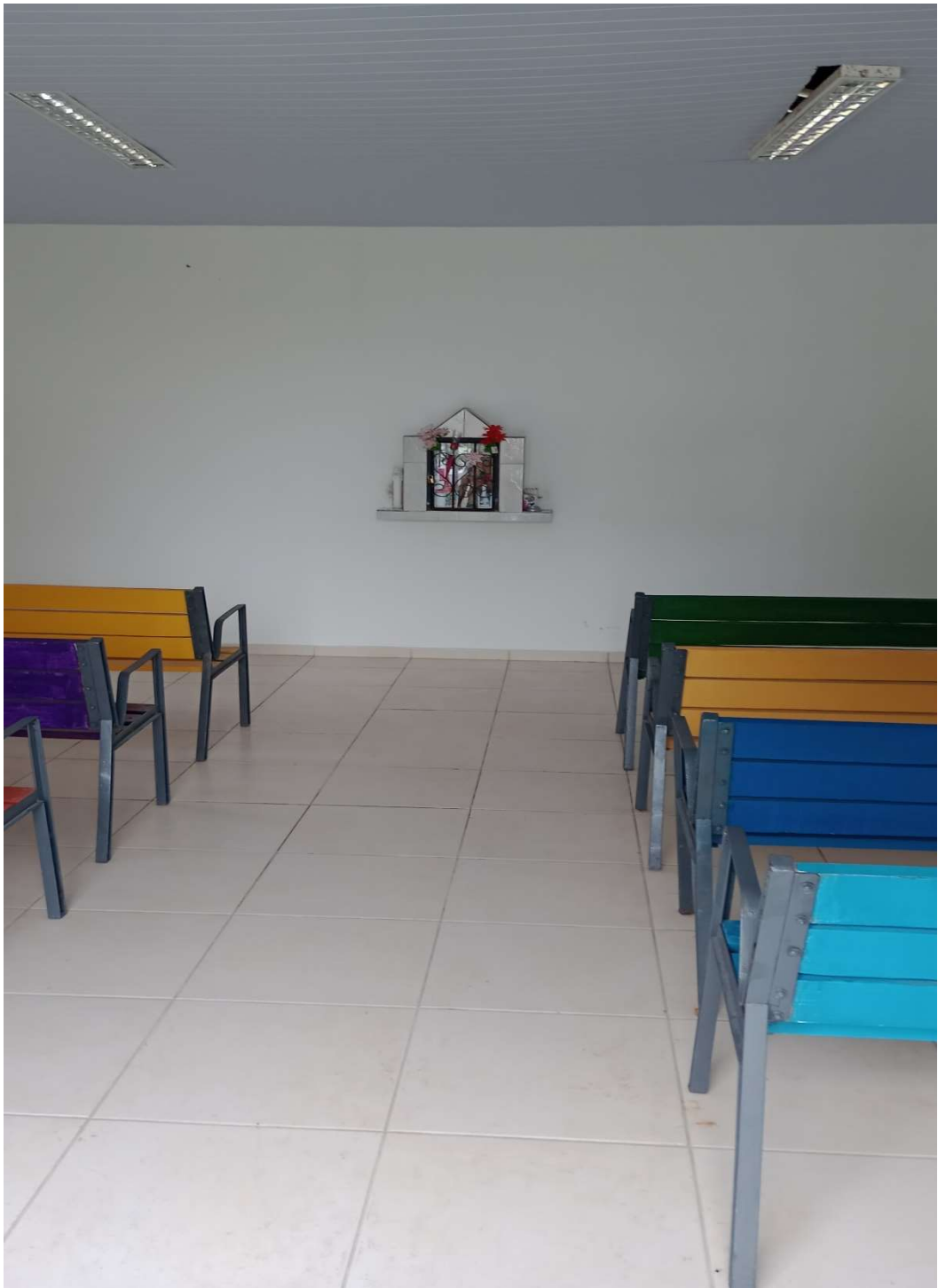


Imagem 67 Interior da Capela do cemitério. Acervo pessoal. 07/11/2024



Imagem 68 Cruzeiro das Almas e Capela do Cemitério Nossa Senhora da Piedade. Acervo pessoal. 07/11/2024

APÊNDICE B – Cemitério de Nossa Senhora da Conceição das Lajes – Mauazinho



Imagem 69 Prédio da administração do Cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 70 Prédio da administração do Cemitério Nossa Senhora da Conceição das Lajes. Acervo pessoal.
10/10/2023



Imagem 71 Placa comemorativa da revitalização do Cemitério das Lajes. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 72 Sepultura mais antiga identificada, datada de 1898. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 73 Cruzeiro das Almas. Acervo pessoal. 10/10/2023

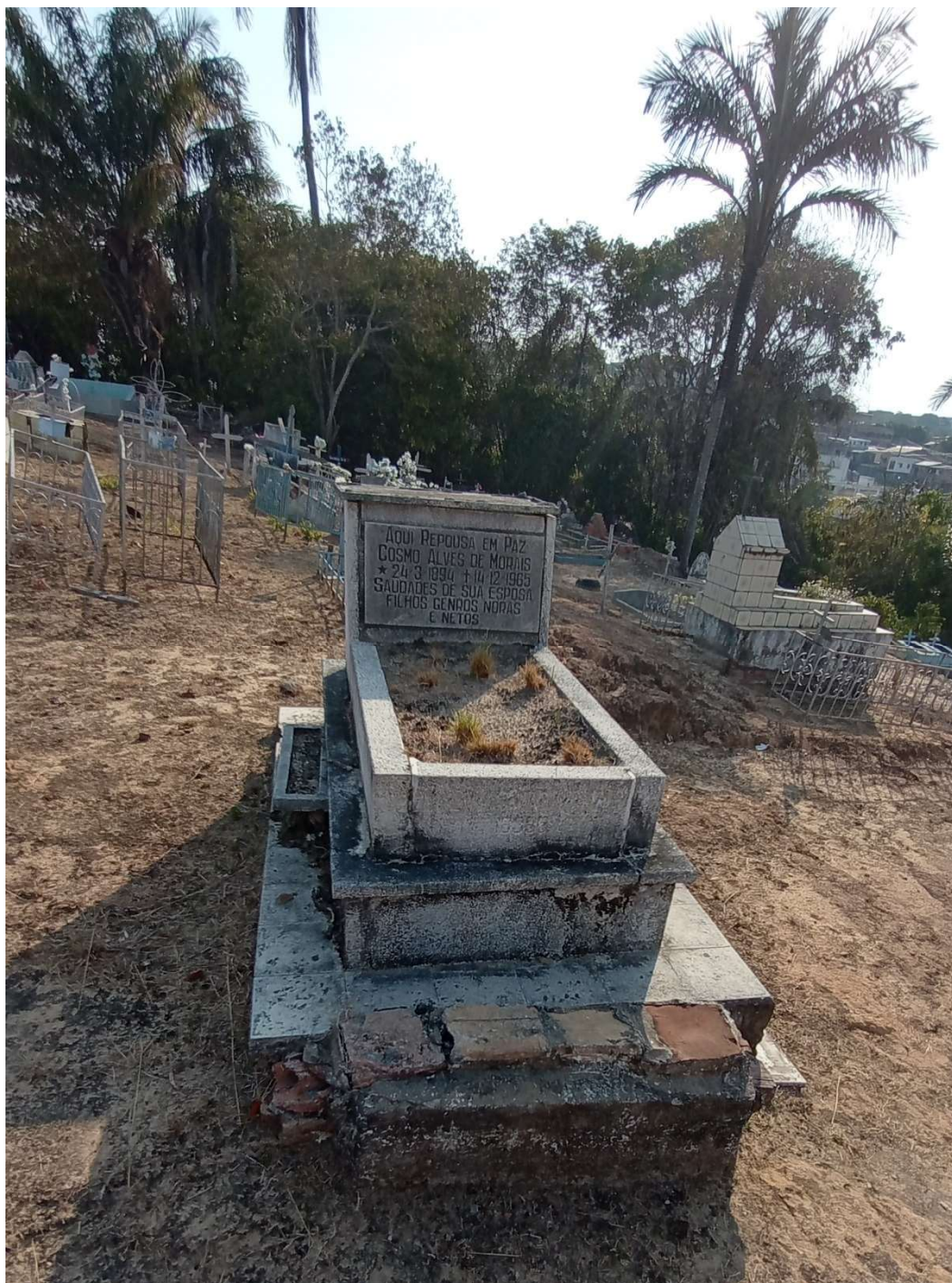


Imagem 74 Sepultura com datas de falecimento em 1894 e falecimento em 1964. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 75 Sepultura ao lado da mureta do cemitério. Ornamentada com uma garrafa de café. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 76 Sepultura ao lado da mureta do cemitério. Detalhe para a garrafa de café. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 77 Sepultura de crianças. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 78 Sepulturas na lateral do prédio administrativo. Acervo pessoal. 10/10/2023



Imagem 79 administração do cemitério. Acervo pessoal. 10.10.2023



Imagem 80 Sepulturas sem identificação. Acervo pessoal 10.10.2023



Imagem 81 Acesso terrestre, com o início da escadaria de pneus. Acervo pessoal 10/10/2023



Imagem 82 Vista da escadaria do cemitério para o bairro. Na cheia do rio Negro, o acesso só é possível via fluvial. Acervo pessoal 10.10.2023



Imagem 83 Escadaria de pneus para facilitar o acesso ao cemitério. Acervo pessoal 10.10.2023



Imagem 84 Escadaria de pneus para facilitar o acesso ao cemitério. Acervo pessoal 10.10.2023



Imagem 85 Escadaria de pneus para ter acesso ao cemitério. Acervo pessoal 10.10.2023



Imagem 86 Vista de um dos lances da escadaria. Imagem 87 Vista de um dos lances da escadaria de pneus. Acervo pessoal 10.10.2023



Imagem 87 Vista de um dos lances da escadaria. Imagem 87 Vista de um dos lances da escadaria de pneus. Acervo pessoal 10.10.2023



Imagem 88 Um dos lances da escadaria de pneus. Imagem 87 Vista de um dos lances da escadaria de pneus. Acervo pessoal 10.10.2023